



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO

**IMAGENS SEDUTORAS DA CIDADE: uma arqueologia das marcas  
imagéticas na produção do espaço urbano em Campina Grande/PB**

JOSÉ ARIMATÉIA DA SILVA ARAUJO

João Pessoa – PB  
2019

José Arimatéia da Silva Araujo

**IMAGENS SEDUTORAS DA CIDADE: uma arqueologia das marcas  
imagéticas na produção do espaço urbano em Campina Grande/PB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

**Área de concentração:** TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Doralice Sátyro Maia

João Pessoa – PB  
2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A663i Araujo, Jose Arimateia da Silva.

IMAGENS SEDUTORAS DA CIDADE: uma arqueologia das marcas  
imagéticas na produção do espaço urbano em Campina  
Grande/PB / Jose Arimateia da Silva Araujo. - João  
Pessoa, 2019.

207f. : il.

Orientação: Doralice Sátyro Maia.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Produção do Espaço Urbano. 2. Discurso. 3. Cidade  
Hiperbólica. 4. Campina Grande/PB. 5. Geografia  
Histórica Urbana. I. Maia, Doralice Sátyro. II. Título.

UFPB/BC

**“IMAGENS SEDUTORAS DA CIDADE: uma arqueologia das  
marcas imagéticas na produção do espaço em Campina  
Grande/PB”.**

Por

**José Arimateia da Silva Araújo**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovada por:

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. **Doralice Sátyro Maia**  
Orientadora

  
Prof. Dr. **Carlos Augusto de Amorim Cardoso**  
Examinador interno

  
Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**  
Examinador interno

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. **Amanda Batista Braga**  
Examinadora interna

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Eliana Alda de Freitas Calado**  
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curso de Doutorado em Geografia**

**Setembro/2019**

Ao presidente Lula e à presidenta Dilma por  
possibilitarem a expansão do ensino superior da  
qual eu sou fruto.

## AGRADECIMENTOS

---

*Durante a pesquisa é indispensável o apoio de tantos que nos cruzam o caminho nos longos quatro anos de doutorado. E mesmo que o processo de escrita seja bastante solitário se configurando sob a inteira responsabilidade do autor, é a contribuição de cada um, que nos marca nessa jornada, que faz do trabalho acadêmico uma obra coletiva.*

*Assim, esses agradecimentos embora insuficientes para exprimir sentimentos de gratidão, servem para registrar aqueles que, de maneira muito particular, contribuíram para que eu chegasse até aqui.*

*Em primeiro lugar agradeço a Deus que permitiu que a alegria de viver pudesse ser compartilhada com outras pessoas, com a felicidade de cada momento e a peculiaridade de cada um. Desta feita sou imensamente grato:*

*Aos meus pais, Abelardo e Isabel, grandes responsáveis por essa conquista. Por todo incentivo, dedicação e colo, obrigado!*

*Aos meus irmãos Kanon, Agamenon, Karina, Sonally e Camila, pela compreensão e pela certeza de estarmos sempre juntos. Embora as eleições de 2018 tenham revelado posicionamentos excludentes e, às vezes, violentos, inclusive de alguns dos meus, os amo e agradeço por ter de praticar a paciência!*

*Aos meus sobrinhos Anne, Artur, Laura, Kauan, Sofia, Lorena, Heitor, Pérola e Alice, crianças que alegam o meu dia a dia!*

*A Valesca, Vailto e Rafael, cunhados queridos por se fazerem, sempre, tão boas companhias.*

*A madrinha Chiquinha, minha avó por escolha, pelo apoio e admiração.*

*A tio José que no auge de seus 87 anos e sem saber ler me dá lições que nenhum título me poderia ensinar.*

*A Júnior, companheiro de todas as horas, por sua presença, apoio, palavras e abraço.*

*A Verônica, companheira, amiga, confidente. Obrigado pela presença constante e gratuita.*

*A Doralice Sátyro, minha orientadora, presença importante na elaboração desta pesquisa. Dora sempre foi mais que orientadora. Se é por suas mãos que hoje me faço doutor, foi também por suas mãos que pude conhecer o mundo: primeira viagem de avião, ainda no mestrado; primeira ida a Europa; dentre tantas outras experiências que somente uma orientadora*

*dedicada à ciência e aos orientandos pode proporcionar. Muito obrigado por tudo*

*A Marcinha e Clarissa, por todas as vezes que compartilhamos nossas angustias acadêmicas e por todos os momentos de bons e intensos sorrisos.*

*A Cláudia, Márcia e Baiano (Marcos), grandes amigos! Grato pelas boas gargalhadas, pelos nossos sambas, por nossas conversas e por compreenderem a necessária ausência quando das etapas finais do doutorado.*

*A Edith e Jô, por todas as vezes que se fizeram presentes.*

*A dona Lúcia e dona Nevinha, minhas professoras do ensino fundamental, e Rosilda, professora no ensino médio, por me auxiliarem à construção da curiosidade, interesse à leitura, e por admirá-las.*

*Aos estimados colegas do Grupo de Estudos de Geografia Urbana em particular Wilma, Nirvana, Mariana, Elizângela e Taynan por terem feito os nossos encontros tão divertidos e instigantes.*

*A Carmen Bellet, co-orientadora durante o estágio de doutorado sanduiche em Lleida, Espanha. Pela disponibilidade, presença, simpatia, ensino e incentivo. Moltés Gracies!*

*A Margarida Troguet com quem dividi o dia a dia na Catalunha e por ser a principal responsável por me apresentar o mundo catalão.*

*A Elena, Inés, Alberto, Jorge, José Leonardo, Maité e Neu, amigos que pude conhecer no velho continente e que me proporcionaram momentos que ficarão marcados para sempre na minha memória.*

*Às funcionárias da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida pela disponibilidade constante.*

*A Capes pela bolsa para cursar doutorado sanduíche no exterior.*

*A ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – que via projeto Pró-integração, me possibilitou solicitar cursar o doutorado sanduíche.*

*Aos professores Carlos Augusto (PPGG/UFPB) e a Amanda (Proling/UFPB) pelas contribuições na qualificação da tese que deram um norte a este trabalho esclarecendo e evidenciando inquietações essenciais à pesquisa acadêmica. E por extensão, a Eliana (UFPB) e Josias (UFCG) por aceitarem compor a banca arguidora desta tese.*

*Há um certo tempo produziu-se, em Campina Grande, no interior da Paraíba, a percepção de que a cidade experienciava um caos, do qual decorria uma necessidade de organização. O tempo presente parecia, para estas vozes, uma fonte desagradável de experiências parcelares e destituídas de um sentido mais palpável, e sentia-se falta de um projeto definido para a construção do futuro. O amanhã, esperava-se, deveria ser bem planejado desde logo, para que fossem evitadas surpresas desagradáveis.*  
*Alarcon Agra do Ó (2006)*

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Jornais que compõem a primeira parte do <i>corpus</i> de análise	62
Quadro 2: Crescimento Demográfico da cidade de Campina Grande de 1900 a 1970	79

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Censo industrial de Campina Grande e João Pessoa (1940-1960)	91
--	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	Jornal A palavra – Suplemento: 7 de setembro de 1925	73
FOTOGRAFIA 2	Jornal Voz da Borborema, 16 de julho de 1938	75
FOTOGRAFIA 3	Voz da Borborema, 25 de agosto de 1937	80
FOTOGRAFIA 4	Diário da Borborema, 22 de outubro de 1957	86
FOTOGRAFIA 5	Exemplo de estratégia de convencimento do DB sobre as intervenções no centro da cidade.	117
FOTOGRAFIA 6	Museu do Algodão de Campina Grande, 2019.	121
FOTOGRAFIA 7	Parque Evaldo Cruz atualmente, antes denominado Parque do Açude Novo, com destaque para monumento aos Índios Ariús.	154
FOTOGRAFIA 8	Estádio Ernani Sátiro “O amigão”, 2019.	157
FOTOGRAFIA 9	Entrada da Empasa Campina Grande, 2019.	160
FOTOGRAFIA 10	Aspecto atual do Forródomo, também conhecido como Pirâmide do Parque do Povo, ao fundo pode se observar o Monumento aos Índios Ariús, no Parque Evaldo Cruz.	166
FOTOGRAFIA 11	Viaduto Elpídio de Almeida em 20 de julho de 2019	168
FOTOGRAFIA 12	Viaduto Elpídio de Almeida, congestionamento abaixo e quase nenhum veículo sobre ele.	169
FOTOGRAFIA 13	Propaganda institucional que remete à cidade como lugar singular e hiperbólico	179
FOTOGRAFIA 14	Frases de exaltação à Campina na Praça Clementino Procópio.	180

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Reprodução da campanha publicitária institucional na gestão de 1997-2002 da Prefeitura Municipal de Campina Grande.	43
FIGURA 2	Croqui do espaço urbano de Campina Grande no ano de sua emancipação política	58
FIGURA 3	Gazeta do Sertão de 01 de março de 1889	65
FIGURA 4	Morfologia urbana de Campina Grande em 1907, ano da chegada do trem.	69
FIGURA 5	Morfologia urbana de Campina Grande em 1943, com destaque para a presença da Avenida Floriano Peixoto após as reformas urbanísticas de Verginaud Wanderlei.	78
FIGURA 6	Editorial do Jornal da Paraíba. 16 de março de 1972	98
FIGURA 7	Editorial do Jornal da Paraíba. 17 de março de 1972	99
FIGURA 8	Editorial do Jornal da Paraíba. 18 de março de 1972	100
FIGURA 9	Editorial do Jornal da Paraíba. 10 de fevereiro de 1972	107
FIGURA 10	Editorial do Jornal da Paraíba. 16 de março de 1972	109
FIGURA 11	Editorial do Jornal da Paraíba. 10 de março de 1974	118
FIGURA 12	Estação Velha em 1907.	120
FIGURA 13	Fachada da Escola Politécnica, em 1957, quando passou a integrar a Universidade da Paraíba	126
FIGURA 14	Novo prédio da Escola Politécnica na década de 1960. Hoje reitoria da UFCG.	128
FIGURA 15	Fachada da Reitoria da URNe, onde funcionou a POLI e, antes dela, o Grupo Escolar Sólon de Lucena, Destaque para a mudança do letreiro aonde se lê: Universidade Regional do Nordeste em 1967	130
FIGURA 16	Editorial do Jornal da Paraíba. 05 de novembro de 1972	133
FIGURA 17	Editorial do Jornal da Paraíba. 13 de abril de 2002.	139
FIGURA 18	Construção do Parque do Açude Novo, com destaque para o Monumento aos Índios Ariús	151
FIGURA 19	Parque do Açude Novo no início da década de 1980.	152
FIGURA 20	Nota sobre a inauguração dos estádios de futebol de Campina Grande e João Pessoa.	158
FIGURA 21	Editorial do Jornal da Paraíba em 06 de abril de 1973.	159
FIGURA 22	Antigo palhoção construído para as comemorações de São João no local onde hoje se encontra o Parque do Povo. Detalhe para o Parque do Açude Novo em segundo plano.	164
FIGURA 23	Construção do “Forródromo”, conhecido popularmente como Pirâmide do Parque do Povo	165
FIGURA 24	Propaganda institucional sobre a construção do viaduto Elpídio de Almeida durante o governo de Cássio Cunha Lima	167
FIGURA 25	Imagem síntese da cidade como lugar singular que seduz.	172
FIGURA 26	Imagem simbólica sobre o povo campinense.	178

## LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
AI-5	Ato Institucional Número 5
ARCCA	Área de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATECEL	Associação Científica Ernesto Luis de Oliveira Júnior
BANFOP	Bando de Fomento a Produção
C&T	Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CCT	Centro de Ciência e tecnologia
Ceasa	Central Estadual de Abastecimento
CELB	Companhia de Eletricidade da Borborema
CINGRA	Companhia de Industrialização de Campina Grande
CNPq	Conselho nacional de Pesquisa
COHAB-CG	Companhia de Habitação de Campina Grande
CODENO	Conselho de desenvolvimento Econômico do Nordeste
COMDECA	Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande
CUMUDE	Companhia Municipal de Desenvolvimento
DB	Diário da Borborema
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EBT	Empresas de Base Tecnológica
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agropecuários
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FADIN	Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
FD	Formação Discursiva
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FUMINGRA	Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande
FUNDACT	Fundação para o Desenvolvimento da ciência e da Técnica
FURNe	Fundação Universidade Regional do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GWBR	Great Western of Brazil Railway
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Federais e do Estado
JK	Juscelino Kubitscheck
LPM	Laboratório de Produção Mineral
PaqTcpcb	Parque tecnológico da Paraíba
P&D	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
POLI	Escola Politécnica
PSB	Partido Socialista Brasileiro
RFN	Rede Ferroviária do Nordeste
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SANESA	Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima
Serfhau	Serviço Federal de habitação urbanismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELINGRA	Companhia Telefônica de campina Grande
TELPA	Telecomunicações da Paraíba S.A.
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UUC	União Universitária Campinense
URNe	Universidade regional do Nordeste

## RESUMO

### **IMAGENS SEDUTORAS DA CIDADE: uma arqueologia das marcas imagéticas na produção do espaço em Campina Grande/PB**

O trabalho de investigação proposto nesta tese buscou investigar as vontades de verdade na constituição das imagens sedutoras da cidade de Campina Grande enquanto cidade hiperbólica, refletindo sobre a construção e a circulação de sentidos predominantes no processo de (re) produção urbana de Campina Grande e suas marcas simbólicas. A partir da mediação entre as formações discursivas, tomou-se o discurso jornalístico, especialmente dos editoriais dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba para a constituição do *corpus* de análise dessa pesquisa. Partiu-se do questionamento sobre o modo que as práticas espaciais da elite política-comercial de Campina Grande forjou imagens-símbolos da cidade, em múltiplas escalas espaciais, reclamando ações do Estado a partir da memória e da reativação de efeitos de sentido como formas de dizibilidade e efeitos de verdade. Dessa forma, atrelou-se as discussões discursivas à produção do espaço urbano campinense, uma vez que, conforme pode-se observar em Lefebvre, o espaço urbano é resultado da condição da prática social. Para tanto, lançou-se mão dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, tomando por base, principalmente, as contribuições de Foucault (1997; 1999 e 2008), Orlandi (1998 e 2002), Michel Pêcheux (1997 e 1999) entre outros que auxiliaram nas discussões acerca dos conceitos de discurso, interdiscurso, formações discursivas, memória discursiva e acontecimento. Além disso, vincularam-se tais discussões àquelas inerentes à produção do espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2006; 2008 e 2010), Raffestin (1993), Corrêa (2013) dentre outros cujas produções acerca dessa temática são muito caras, guiaram as análises. Nessa perspectiva, apresentam-se discussões interdisciplinares que levaram a compreensão da produção espacial da cidade de Campina Grande, como resultado das práticas discursivas para constituição da cidade hiperbólica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção do espaço urbano; Discurso; imagens-síntese; Campina Grande; cidade hiperbólica; Geografia História Urbana.

## ABSTRACT

### **CITY-SEDUCING IMAGES: an archeology of the imagery marks in the production of space in Campina Grande/PB**

The research work proposed in this thesis sought to investigate the wills of truth in the constitution of seductive images of the city of Campina Grande as a hyperbolic city, reflecting on the construction and circulation of meanings predominant in the process of urban (re) production of Campina Grande and its symbolic marks. From the mediation between the discursive formations, the journalistic discourse was taken, especially from the editorials of the newspapers *Diário da Borborema* and *Jornal da Paraíba* for the constitution of the corpus of analysis of this research. It started from the question of how the spatial practices of Campina Grande's political-commercial elite forged symbolic images of the city, on multiple spatial scales, claiming state actions based on memory and the reactivation of meaning effects as forms of sayability and real effects. Thus, the discursive discussions were linked to the production of the urban space of the state, since as can be observed in Lefebvre, the urban space is a result of the condition of social practice. To this end, studies using French Discourse Analysis were used, based mainly on the contributions of Foucault (1997; 1999 and 2008), Orlandi (1998 and 2002), Michel Pêcheux (1997 and 1999) between others who assisted in discussions about the concepts of discourse, interdiscourse, discursive formations, discursive memory and event. Moreover, such discussions were linked to those inherent in the production of space. In this sense, Lefèbvre (2006; 2008 and 2010), Raffestin (1993), Corrêa (2013), among others whose productions on this theme are very expensive, guided the analysis. In this perspective, we present interdisciplinary discussions that led to the understanding of the spatial production of the city of Campina Grande, as a result of discursive practices for the constitution of the hyperbolic city.

**KEYWORDS:** Production of urban space; Speech; synthesis images; Campina Grande; hyperbolic city; urban historical geography

## RESUMEN

### **IMÁGENES SEDUCTORAS DE LA CIUDAD: una arqueología de las marcas imagéticas en la producción del espacio de Campina Grande/PB**

El trabajo de investigación propuesto en esta tesis buscó investigar las voluntades de verdad en la constitución de imágenes seductoras de la ciudad de Campina Grande como una ciudad hiperbólica, reflexionando sobre la construcción y circulación de significados predominantes en el proceso de (re) reproducción urbana de Campina Grande y sus marcas simbólicas. De la mediación entre las formaciones discursivas, se tomó el discurso periodístico, especialmente de los editoriales de los periódicos *Diário da Borborema* y *Jornal da Paraíba* para la constitución del *corpus* de análisis de esta investigación. Comenzó con la pregunta de cómo las prácticas espaciales de la élite político-comercial de Campina Grande forjaron imágenes simbólicas de la ciudad, en múltiples escalas espaciales, reclamando acciones estatales basadas en la memoria y la reactivación de los efectos de significado como formas de digibilidad y efectos reales. Así, las discusiones discursivas estaban vinculadas a la producción del espacio urbano del municipio, ya que, como se puede observar en Lefèbvre, el espacio urbano es el resultado de la condición de la práctica social. Con este fin, se utilizaron estudios que utilizan el análisis del discurso francés, basado principalmente en las contribuciones de Foucault (1997; 1999 y 2008); Orlandi (1998 y 2002), Michel Pêcheux (1997 y 1999) entre otros que ayudaron en las discusiones sobre los conceptos de discurso, interdiscurso, formaciones discursivas, memoria y evento. Además, tales discusiones estaban vinculadas a las inherentes discusiones sobre producción del espacio. En ese sentido, Lefèbvre (2006; 2008 y 2010); Raffestin (1993), Corrêa (2013), entre otros cuyas producciones sobre este tema son muy caras, guiaron el análisis. En esta perspectiva, presentamos discusiones interdisciplinarias que condujeron a la comprensión de la producción espacial de la ciudad de Campina Grande, como resultado de prácticas discursivas de una ciudad hiperbólica.

**PALABRAS-CLAVE:** Producción del espacio urbano; Discurso; imágenes-síntesis; Campina Grande; Ciudad hiperbólica; Geografía Histórica Urbana

## SUMÁRIO

<b>TESSITURAS INICIAIS</b>	17
<b>O percurso metodológico</b>	18
<b>A constituição do <i>Corpus</i> de análise</b>	25
<b>CAPÍTULO 1: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ANÁLISE DO DISCURSO: Uma interdisciplinaridade possível</b>	30
1.1 <b>O discurso como fundamento inerente à Análise do Discurso</b>	31
1.1.1 <b>O enunciado e o sujeito enunciativo</b>	36
1.2 <b>A ordem do repetível: memória, formação discursiva e interdiscurso</b>	41
1.2.1 <b>A noção de acontecimento</b>	45
1.3 <b>Produção do Espaço e Relações de Poder: o espaço produzido ideologicamente na interface das condições de produção do discurso</b>	47
1.3.1 <b>A (re) produção social do espaço urbano</b>	52
1.3.2 <b>O processo de urbanização de Campina Grande</b>	54
<b>CAPÍTULO 2: A ESCALA ESPAÇO-TEMPO NA CIDADE E O DISCURSO: Uma possibilidade de leitura espacial para a compreensão dos processos de (re) produção do espaço em Campina Grande</b>	60
2.1 <b>A escala, a relação espaço-tempo e os discursos fundadores de Campina Grande: rupturas, simultaneidade e continuidade</b>	62
2.2 <b>O espaço intraurbano e as práticas espaciais da elite para a industrialização: as representações sócio espaciais para a (re)definição da espacialidade/centralidade urbana</b>	83
<b>CAPÍTULO 3: DISCURSOS SOBRE CAMPINA GRANDE: a perseguição à modernização e à diversificação econômica</b>	103
3.1 <b>A necessidade por projetos para a reestruturação urbana: o saudosismo de um tempo áureo</b>	104
3.2 <b>A produção do espaço de campinense para a reconfiguração do seu papel urbano: O Ensino Superior como prática discursiva</b>	121
3.2.1 <b>O insaciável desejo pela universidade de Campina Grande: na busca da UFCG os discursos pelo futuro da cidade</b>	130
<b>CAPÍTULO 4: UMA ODE À CIDADE: do discurso de modernidade à cidade – hipérbole</b>	141
4.1 <b>As marcas históricas do discurso no espaço urbano</b>	142
4.2 <b>A cidade hipérbole: as formações imaginárias para a configuração do discurso da cidade contemporânea</b>	170
<b>A GUIA DE CONCLUSÃO</b>	182
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	187



## TESSITURAS INICIAIS

Para iniciarmos, falar sobre o trabalho que temos desenvolvido desde 2015 parece ser uma questão simples e elementar, inclusive um tanto subjetiva, mas à medida que avançamos nas leituras e nos dispomos a mergulhar nas noções essenciais da Análise do Discurso de vinculação francesa (AD) bem como da teoria da Produção do Espaço, passamos a reconhecer o desconforto que nossa condição de incompletude produz nesse momento da escrita.

Se se emerge na elaboração de um trabalho acadêmico tal condição, nos parece até que parte constitutiva do trabalho passa, necessariamente, pela incompletude. Especialmente porque esta é uma característica que constitui também os sujeitos seja qual for a posição social que ocupa.

Escrever, em rigor, é uma questão discursiva e identitária. São muitos os questionamentos que nos instigam ao passo que ampliam nossas angústias. A vida acadêmica, como a vida pessoal, é sempre resultado de escolhas: de acordo com as opções vai-se delineando um caminho que aos poucos vamos traçando, buscando no aprendizado a construção de nossa própria identidade e reconhecendo nossa condição de incompletude.

Aliás, se o texto que produzimos é uma materialidade de discursos, ele é o nosso desejo, mas é também nossa ilusão. Afinal a própria AD nos mostra que não somos nós a origem do nosso discurso e, mais uma vez nos angustiamos porque esperamos criar algo novo, que ninguém tenha dito antes. Mas de fato é importante aceitarmos nossa condição de “sujeito”, ainda que compreendamos que Foucault não acredita no total assujeitamento dos sujeitos, já que eles podem produzir as resistências.

Assim propomos este trabalho como uma possibilidade de leitura do espaço urbano, atravessado por muitos discursos, mas que acreditamos ser um recorte singular pela perspectiva do olhar que se lança sobre a materialidade escolhida: as vinculações/articulações ideológicas que materializam o espaço e possibilitam leitura/releitura particular, determinada pelas condições de produção discursivas.

Se há um ponto fundante desta pesquisa, ele se situa num determinado momento de nossa experiência acadêmica. É importante salientar que quando da produção da dissertação de mestrado, a inquietação sobre as filiações ideológicas que, com efeito, deram norte à produção do espaço urbano de Campina Grande, permitiu o movimento que possibilitasse o diálogo entre a Geografia e a Análise do Discurso.

Nesse entremeio, o fio condutor tem sido a preocupação de discutir a inserção do capital à luz do discurso das elites, assim as questões relativas à linguagem, começaram a se fazer presentes.

Nossa posição é a do movimento. Do mesmo modo que o discurso e o espaço, o conhecimento não pode ser fechado em si mesmo. Eis mais um desafio: trazer as discussões relativas ao discurso para o espaço.

Diante disso, implica tratar o espaço por articulações em distintas áreas do conhecimento. Assim, as relações entre o linguístico e o jornalístico são necessárias, porque é a materialidade discursiva que nos interessa. Afinal, para circunscrever o objeto de análise, precisamos ir até onde ele se constitui, e reconhecer suas condições de produção.

Além disso, a especificidade do *corpus* de análise exige que entremos na História, pois ela revela os elementos históricos e, igualmente, as condições de produção que se projetam no discurso em análise. Também a Filosofia, já que nos faz refletir sobre os elementos subjacentes à constituição do espaço, sobretudo, a questão ideológica. Claro, se insere também a Geografia, que reconstitui os movimentos de divisão territorial do trabalho, e nos dá o suporte materializado dessa análise: o espaço.

Assim sendo, se configura o movimento do pesquisador que sente a necessidade de ir “beber em outras fontes”, como diz o dito popular. Estas outras fontes nem sempre se apresentam de forma cristalina e nem sempre saciam a sede, mas indicam caminhos possíveis para o desenvolvimento desta tese sobre a produção do espaço urbano de Campina Grande-PB.

## **O percurso metodológico**

Partimos essencialmente da seguinte questão: De que modo as práticas espaciais da elite político-comercial de Campina Grande, forjou

imagens-símbolo da cidade, em múltiplas escalas espaciais, reclamando ações do Estado a partir da memória e da reativação de efeitos de sentido como formas de dizibilidade e efeitos de verdade? Assim, é um tema que evidencia e norteia a problemática que pode nos levar à compreensão da produção do espaço urbano a partir do imaginário coletivo forjado entre os interesses capitalistas da elite e o discurso político local.

Desse modo, elegemos um *corpus* de análise que advém do jornalismo, pois consideramos que este é elemento essencial da sua constituição enquanto discurso. Sobretudo por tratar-se de um gênero que, por excelência, é o responsável por persuadir de/sobre/para um grupo social, enquanto constitutivo de um imaginário coletivo.

Os editoriais, portanto, estabelecem a interlocução ao se constituírem como discurso em que o emissor, utilizando-se do padrão formal da linguagem, tem a finalidade de convencer o interlocutor a acreditar no que está dizendo. Assim, o autor editorialista expressa a opinião do jornal e, embora, sejam textos de caráter subjetivo, eles podem apresentar certa objetividade uma vez que se constitui uma tipologia dissertativo-argumentativo com a finalidade de propagar o ponto de vista da empresa sobre determinado tema.

Pelos editoriais, são debatidos e recontados temas cuja premissa é o conhecimento prévio do assunto tratado. Assim, se reconta a história, se produzem efeitos de sentido capazes de contribuir para a instituição de uma imagem. Isso se dá em nível de representação, pois o jornal é, por excelência, um lugar de representação sociopolítico e espacial.

Desse modo, a opção por um tema que busca investigar a produção do espaço atrelado ao discurso acerca da construção da imagem de Campina Grande, vem motivada por interesse de ordem pessoal, que não se encontra, no entanto, desvinculado de preocupações de ordem acadêmica.

Muito nos chamou a atenção, em trabalhos anteriores (a produção da dissertação para demarcar uma temporalidade objetiva), perceber enunciados produzidos por sujeitos históricos/ideológicos de Campina Grande que, se não forjava a imagem da cidade perante seus cidadãos, buscava forjar a própria centralidade urbana exercida pela cidade a um conjunto de municípios.

Tais enunciados expressavam num modo de dizer a realidade campinense que, por vezes parecia-nos fragmentada do escopo social, mas

também espacial. Era como se a cidade fosse uma ilha de desenvolvimento no imenso Nordeste empobrecido. Uma cidade cogumelo, como expressou Cardoso (2002).

Na dissertação (ARAUJO, 2012), este autor teve então o necessário distanciamento do objeto e a percepção de que muito do dizer sobre Campina Grande alimentava a imagem-símbolo da cidade e interpelava a classe mais abastada a intervir no espaço para que, cada vez mais, a cidade apresentasse o progresso “nato” que seu próprio nome já trazia.

Ao final da pesquisa do mestrado, já tínhamos um outro olhar para o modo como a história do espaço campinense era contada. Desse modo, percebemos que intelectuais, políticos e membros das classes mais abastadas do município davam voz à condição imagética de Campina Grande nos jornais. Desde os primeiros periódicos, ainda no final do século 19, como é o caso do jornal *Gazeta do Sertão* de Irineu Jóffily, a imagem de uma cidade hiperbólica foi sendo construída. Mesmo em um tempo em que as técnicas de editoração eram arcaicas ou mesmo artesanais. Mas expressam ali, nos textos, o discurso político-burguês que reverberava a imagem de uma cidade fadada ao progresso.

Começou-nos então a despertar o interesse sobre o modo como o espaço campinense era (re) produzido e o modo como a mídia elaborara os discursos acerca da cidade. E tínhamos um mote: o discurso da vocação comercial e do progresso era uma prática espacial da elite para reclamar ações do Estado em múltiplas escalas espaciais. Estas intervenções redefiniam os papéis urbanos que a cidade desempenhava, e os discursos eram materializados nos jornais: os difusores dos discursos.

Destarte, nossa posição de geógrafo que analisa o espaço, associava-se a Análise do Discurso para nos possibilitar olhar para Campina Grande em sua complexidade urbano-espacial, sem a finalidade de investigar a influência da mídia sobre a construção da imagem da cidade ou mesmo, sem nos interessar o modo como se fala de Campina por meios de reportagens e notícias da mídia impressa ainda que não tenhamos aberto mão disto.

Pretendemos, portanto, investigar como os processos de reprodução do espaço urbano campinense se vinculam às vontades de verdade na constituição da imagem da cidade enquanto lugar singular e hiperbólico ao

longo do tempo. Para tanto, o discurso do progresso inato da cidade é nosso viés, pois, ao estudarmos o discurso, intentamos compreender a regularidade discursiva que forjou a imagem de Campina Grande, a cidade rainha.

Num primeiro momento, tínhamos como interesse investigar tal processo nos dois principais jornais que circularam na cidade a partir da segunda metade do século 20 e início do século 21. Mas a AD nos mostra que não somos donos dos nossos dizeres (Pêcheux, 1997); que nada do que dizemos é novo ou jamais foi dito antes. Assim para encontrar a posição dos jornais “Diário da Borborema” e “Jornal da Paraíba” era preciso observar o que de novo eles construía. Para tanto era preciso conhecer o velho.

Dessa forma, ao mergulharmos nos arquivos jornalísticos que nos possibilitasse perceber a ordem do discurso, jornais anteriores ao Diário da Borborema e ao Jornal da Paraíba precisaram entrar na discussão. Muito mais para podermos estabelecer uma discussão sobre cadeia enunciativa do que, propriamente, o modo como as intervenções espaciais ocorreram na cidade à luz do discurso burguês presente no gênero jornalístico.

Portanto, entender o modo como os jornais supracitados se localizam enquanto sujeitos enunciadore necessita percebê-los como eco de discursos repetidos ao longo da história. Por isso a necessidade da perspectiva linguístico-discursiva: o fomento do debate em torno da importância da linguagem jornalística nos auxilia na compreensão da produção de sentidos da construção imagética de Campina Grande.

Ao discutirmos, então, tal construção de imagem reverberada no discurso jornalístico dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, este trabalho vem, não somente contribuir para a compreensão da produção de sentido da construção imagética da cidade, mas também compreender que o discurso jornalístico revela, intrinsecamente, as relações de poder cuja materialidade se encontra na divisão territorial do trabalho e, esta, no interior das formações ideológicas.

Por tudo isso, nosso percurso não pode ser linear. Mas um vai-e-vem de quem se serve de noções de diferentes áreas do conhecimento que viabilizem o desenvolvimento de um ponto de vista e produza reformulações.

De fato estaremos tratando de uma questão que advém da ordem do imaginário e se materializa no espaço via discurso. Dessa forma, as ações de

produção espacial são atravessadas pelas Formações Discursivas que, em última análise, são ideologicamente interpeladas.

Desse modo, tratamos dos principais encaminhamentos relacionados ao conceito de Produção do Espaço, especialmente produção do espaço urbano, na Geografia. Nesse caso, a necessária discussão sobre as articulações que se impõem no espaço pelos agentes produtores se faz ímpar. Isto porque, nas ciências humanas há uma tradição de dar importância aos múltiplos aspectos da urbanização com todas as pressões econômicas, aumento da desigualdade sócio espacial e as redefinições políticas urbanas. Na Geografia, as orientações teórico-metodológicas têm reafirmado a necessária compreensão dos processos espaciais, sejam eles políticos, econômicos e até culturais.

Nesse sentido, compreender os processos espaciais decorrentes das diferentes estratégias daqueles que visam à reprodução espacial e daqueles que concebem o espaço enquanto negócio para a acumulação com a finalidade da troca, são uma regra em sua produção.

Como consequência, as estratégias dos agentes produtores do espaço vão se transformando enquanto condição necessária da relação de poder que se pretende estabelecer sobre o espaço produzido. Estas estratégias vão sendo reveladas por meio das práticas sócio espaciais empreendidas no lugar e este último, concomitantemente, traz à análise a justaposição de ações, bem como os níveis e dimensões da produção espacial.

Assim a teoria elaborada por Henri Lefebvre (2006) em que o espaço ganha centralidade na reprodução da acumulação capitalista e segue aprofundando sua importância como mercadoria e instrumento político, é nosso ponto de partida. Torna-se central as estratégias empreendidas no sentido de impor as representações sócio espaciais que são criadas para dar coerência e coesão às ações dos agentes que se compõe como uma linguagem e, na prática sócio espacial, aparecem como discurso.

Desse modo, as ações de produção são capitaneadas em grande parte pelo Estado, como ações intraurbanas e que integram o corpo das estratégias com a finalidade de transformar o espaço em objeto produtivo, produzem um discurso específico, aquele espacial, legitimando intervenções.

Este processo de construção de um discurso espacial-urbano com o intuito de legitimar ações que integram o espaço urbano, materializam as intencionalidades. Isto pode ser observado a partir da cidade objeto dessa tese que é exemplar em sua condição de produção de um discurso espacial, que ecoa no fenômeno de sua centralidade urbana, definindo e redefinindo a cidade ao longo de tempo.

Entendemos, portanto, que para dar robustez e legitimidade a esses discursos, a linguagem se apresenta como preponderante na prática urbana, no sentido de constituir uma ideologia do espaço. A linguagem, como expressão da representação, aparece enquanto mecanismo que tenta envolver a imaginação individual e os simbolismos coletivos.

Ao compor uma linguagem que contenha uma gama de ligações que forjam a construção imagética de um lugar, toma-se de assalto o espaço como instrumento estratégico na prática urbana. Realiza-se, portanto, um discurso espacial que, sutilmente, se constitui em uma rede de formações discursivas.

O discurso transforma-se, nesse sentido, em um instrumento da coerência e ganha importância no decurso da história. Porém, cabe ressaltar que o espaço produzido comporta significados dotados de experiências e sentidos que influenciam (se não produzem) o comportamento dos sujeitos. “As contradições do espaço ‘exprimem’ os conflitos de interesse e das forças sociopolíticas” (LEFEBVRE, 2006, p. 286).

Mesmo na tentativa de sufocar os conflitos oriundos da tendência da coerência e coesão atribuídas (ou tentativa de atribuir) ao espaço, eles persistem na produção do espaço urbano, ainda que em latência. Sendo assim, o espaço é ideologicamente produzido, intencionalmente manipulado, cujos objetivos buscam disciplinar os habitantes/usuários. (LEFEBVRE, 2006)

São por tais condições estruturantes do espaço que as discussões acerca do discurso e das noções que norteiam o campo da Análise do Discurso de vinculação francesa se inserem para a compreensão espacial.

Na AD, desde sua fundação no final dos anos de 1960, muitas discussões foram geradas no sentido de definir que o discurso não é redutível a uma frase ou mesmo a um texto enquanto organização linguística. Mas é o discurso, uma materialidade simbólica (ORLANDI, 1999).

Sendo assim, segundo Orlandi (1998) a AD supera o behaviorismo americano, o positivismo da linguística estruturalista e coloca-se contra as tendências epistemológicas saussurianas que excluía o sujeito e a significação para emergir a diferenciação entre frase e discurso.

Por isso que na proposta teórico-metodológica da AD encontramos uma significativa mudança de perspectiva, na qual a noção de discurso não é sinônimo de noção de frase nem se limita à extensão finita de um texto. Igualmente, não aceita a concepção de língua enquanto um sistema de regras formais, pois o funcionamento do discurso reclama relações sócio históricas e espaciais para significar.

Quando Foucault insere a noção de Formação Discursiva (FD) para além de uma “máquina estrutural fechada”, também se inicia um movimento de que o reconhecimento de um determinada FD está em relação paradoxal ao seu exterior: uma FD não é um espaço estrutural fechado em si mesmo, porque é constitutivamente atravessada por elementos que vêm de outras FD’s que se repetem nela (FERNANDES, 2008) e que lhe dá novos efeitos de sentido.

Contudo a significação se dá no interior da prática discursiva, cuja realização depende das condições de produção de onde falam e se posicionam os interlocutores. Assim, o sentido é um efeito que se produz na e pela prática discursiva.

Por todas essas considerações expostas, esta pesquisa é antecedida por uma abordagem que procura estabelecer o conjunto de características sócio espaciais que conectam o espaço e a linguagem. Por conseguinte, o procedimento analítico é a formação sócio espacial somada ao fato de pensar a produção do espaço e as relações de poder.

Em seguida, anseia-se a construção de representação da produção do espaço, apontando tanto para o recorte regional e os interesses burgueses que coincidem para a estruturação do espaço urbano, como para as relações interurbanas enquanto desdobramentos da dialética territorial da parte *versus* o todo. Discute-se, portanto, as relações que se estabelecem no espaço ao se forjarem os interesses que geraram ações de Estado. De tal modo que as representações sócio espaciais revelam a produção espacial que, se não tramaram, interferiram na (re) definição da centralidade urbana.

Desse modo, o levantamento de referências bibliográficas que nos auxiliaram e permitiram novas interpretações, também nos garantiram possibilidades de contribuir para o quadro teórico geográfico da definição e discussão sobre a produção do espaço em múltiplas escalas, especialmente, na constituição de imaginários na escala tempo-espaço.

Assim, o recorte espacial permite discussões que ultrapassam os limites da cidade, mas não a perde de foco, pois nos leva a compreender a constituição e a (re) definição/(re)estrutururação da centralidade de Campina Grande.

### **A constituição do *Corpus* de análise**

Courtine (2009) define *corpus* como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo que, no caso de seu trabalho e de analistas contemporâneos a ele, restringe-se aos discursos produzidos por órgãos de imprensa ou porta-vozes de partidos políticos da esquerda francesa.

Retomando as propriedades de enunciado dadas por Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008), em especial a de que o enunciado tem um domínio associado (o que permite dizer que ele entra em uma rede interdiscursiva de formulação), Courtine (2009) propõe chamar de enunciados os elementos de saber próprios a uma formação discursiva (FD), concebendo o enunciado como “uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (COURTINE, 2009, p. 100). Essa rede constitui, assim, o conjunto de formulações possíveis de um enunciado, remetendo à sua dimensão interdiscursiva.

Nesse sentido, começamos a pensar a constituição de um *Corpus* que pudesse nos revelar os discursos produzidos por Campina Grande, bem como que pudesse ser localizado no interior de uma FD, apresentando a regularidade discursiva inerente aos discursos de constituição imagética.

Os jornais, de pronto, se constituíram material imprescindível para estudar Campina Grande e o modo como a elite foi construindo o imaginário de “grande” e reclamando ações do Estado sobre o espaço intraurbano. Ademais,

os meios de comunicação se mostraram propagadores no intento de engradecer e reverberar tais discursos.

Dessa forma, nosso *corpus*, que anteriormente compusera-se dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba foi sofrendo alterações. E atingimos a constituição do *corpus* composto de duas fases.

A primeira com jornais antigos, que circularam na cidade a partir do final do século 19 até a metade do século 20<sup>1</sup>. Esses jornais se caracterizam pelas formas arcaicas de prensa e sem o formato moderno dividido em cadernos tal como conhecemos hoje.

Entretanto, foram preponderantes para observar a regularidade discursiva dos enunciados e, claro, o local ideológico de onde os sujeitos discursivos falavam. Desse modo, elegemos quatro jornais que passaram a integrar nosso *corpus*. A escolha deu-se pelo fato de não se declararem jornais político-partidários: Gazeta do Sertão fundado em 1888 por Irineu Joffily<sup>2</sup> foi o primeiro jornal a circular em Campina Grande e permaneceu até 1924 com muitas interrupções; A Palavra que circulou em 1925, mas não conseguimos identificar seus fundadores e diretores; Comércio de Campina que circulou entre 1932 e 1933, fundado por Almeida Barreto e Alfredo Dantas; e, por fim a Voz da Borborema que era impresso bissemanalmente, todas as quartas e sábados entre 1937 e 1939, tendo como diretor Acácio Figueiredo.

Todos esses jornais passaram a compor nosso *corpus* com o único objetivo de observarmos a regularidade da cadeia enunciativa em torno da “grandeza” de Campina Grande como discurso de uma cidade unitária e seu lugar singular.

A segunda parte de nosso *corpus* é constituída pelos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba por se constituírem como os diários de maior

---

<sup>1</sup> Encontramos um total de 49 jornais que circularam em Campina Grande entre o final do século 19 até a década de 1950. Entretanto, a maioria desses jornais apresentavam uma frequência de circulação muito pequena, bem como era destinados muito mais ao entretenimento. Dessa forma, optamos pelos jornais cujas características se aproximam do formato mais conhecido hoje e que, estavam mais alinhados com um modo profissional de jornalismo.

<sup>2</sup> Irineu Cecliliano Pereira Joffily nasceu em Pocinhos, então distrito de Campina Grande, em 1843. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, foi juiz municipal e membro da Câmara Municipal de Campina Grande, bem como Deputado Provincial e Geral por várias vezes consecutivas, até ser cassado com a Proclamação da República, em 1889. Publicou no Rio de Janeiro seguintes livros de natureza histórica: *Notas sobre a Paraíba* (com prefácio de Capistrano de Abreu) em 1892 e *Sinopse de Sesmarias*, em 1894. Após sua morte em 1902, o jornal entra em sua segunda fase, mas mantém o caráter político de suas publicações.

circulação na cidade e apresentarem formas modernas de editoração e diagramação, cujo principal motivo é a profissionalização do jornalismo em Campina Grande. A opção por esses jornais foi de modo consciente pois já esperávamos que eles se revelassem como eco dos discursos, cuja grandeza da cidade seria a marca da regularidade discursiva.

Entretanto, elegemos como especificidade do *corpus*, os editoriais dos dois últimos periódicos citados por se configurarem como a “voz” do jornal e por demarcar a vinculação ideológica da direção dos diários. Assim, realizamos um mergulho nos acervos do Jornal da Paraíba<sup>3</sup> (digitalmente) e do Diário da Borborema<sup>4</sup> (Na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida).

Desse modo, entender por quem os dois falam dependia das condições de produção do discurso no interior de uma Formação Discursiva que há muito vinha sendo divulgada pelos periódicos anteriores a eles. Ou seja, a necessária compreensão da intensidade em que a percepção, a visão e os significados que esses meios de comunicação apresentavam sobre as diversas questões sociais em Campina.

De modo particular aquelas relativas à redefinição da centralidade urbana originadas desde a crise econômica que emergiu na cidade no final dos anos de 1950 a partir da crise da economia algodoeira. Assim, os jornais passaram a ser “voz” que reclamavam transformações espaciais em múltiplas escalas.

Além disso, os discursos dos editorialistas nos dois periódicos, nos ajudam a compreender o processo de redefinição da centralidade de Campina Grande, ao passo que se configuram como eco do discurso fundante da cidade. Neste caso, o DB e o JP ressaltaram determinada voz (a dos grupos mais abastados da cidade) e silenciaram outras (a dos usuários “comuns” da cidade).

Diante do exposto, esta tese tem como objetivo geral investigar as “vontades de verdade” na constituição das imagens sedutoras da cidade de Campina Grande enquanto cidade hiperbólica. Além disso, como objetivos

---

<sup>3</sup> Fundado em 1971, vinculado à Rede Paraíba de Comunicação pertencente ao grupo São Bráz: um conglomerado de empresas que agrupa atividades do ramo alimentício, jornalístico e de veículos.

<sup>4</sup> Fundado em 1957 por Assis Chateaubriand, (fundador do grupo Diários Associados) foi o jornal de maior tempo de circulação em Campina Grande, encerrando suas atividades em 2012.

específicos, elegemos: a) identificar os regimes e as vontades de verdade relacionadas à Campina Grande enquanto cidade rainha; b) apresentar as transformações espaciais da cidade, reafirmadas pela reestruturação urbana como marca nas imagens-símbolo; c) caracterizar a construção imagética da cidade hiperbólica sem qualquer naturalidade geográfica; e d) verificar as reverberações e os discursos acerca da cidade que contribuem para sua evocação.

Quanto à organização, esta tese está dividida, além desse texto introdutório, em quatro capítulos: O primeiro apresenta as discussões teórico-metodológicas que conduziram esta pesquisa. Estabelecemos reflexões no que concernem os fundamentos da Análise do Discurso, trazendo conceitos de memória discursiva, discurso, interdiscurso, a noção de acontecimento e a concepção de verdade, nos fundamentando nos estudos, especialmente de Foucault, mas também de Michel Pêcheux, entre outros.

Além disso, estabelecemos um quadro teórico discursivo acerca da produção do espaço, e de modo muito específico, a produção do espaço urbano. Para tanto, recorreremos, em especial, a Henri Lefèbvre, além de realizarmos o diálogo fundamental com aqueles que consideramos importantes nessa discussão como Gottdiener, Raffestin, Roberto Lobato Corrêa, dentre outros nomes.

No segundo capítulo estabelecemos uma discussão que diz respeito à escala geográfica na relação espaço-tempo. Nele iniciamos um mergulho na constituição da análise espacial para a (re) produção do espaço. Trazemos as discussões inerentes ao espaço de relações de poder e adentramos no *corpus* de análise que nos localiza, no tempo, os discursos fundantes da imagem de Campina Grande.

Além disso, na segunda parte do capítulo 2 introduzimos o discurso como prática da elite campinense para reclamar modificações espaciais que auxiliassem a reprodução do capital na cidade desde o fim do ciclo do algodão.

No terceiro, discutimos as questões relativas ao processo de reestruturação econômica da cidade. Aqui, a AD se mostrou imprescindível para configurarmos os regimes de verdade e a memória discursiva sobre Campina Grande. Além disso, estabelecemos uma análise da perseguição à

modernização até os discursos que reclamavam diversificação econômica como marca para a constituição de imagens-símbolo da cidade.

Trazemos, ainda, a discussão da emergência do ensino superior como marca de vinculação política rumo à reestruturação econômica para a reprodução do espaço urbano inerente às relações de poder.

Por fim, no quarto e último capítulo, estabelecemos uma discussão sobre os símbolos que marcam a imagem da cidade e evocam um sentimento de vaidade de ser campinense. Tais imagens - símbolo nos auxiliam a perceber a regularidade discursiva e como a memória ressignifica os enunciados, direcionando nosso olhar acerca da construção e da circulação de sentidos predominantes em discursos específicos, a saber, o jornalístico, com relevo para os efeitos de memória e produções de verdade acerca de Campina Grande enquanto cidade-hiperbólica.

## 1. CAPÍTULO

### **PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ANÁLISE DO DISCURSO: Uma interdisciplinaridade possível**

Se há uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. Henri Lefebvre

Para iniciarmos os debates a cerca da base conceitual que fundamenta esta pesquisa, trataremos dos elementos teórico-metodológicos de domínio da Análise do Discurso francesa que nos conduzirão às respostas de nossos questionamentos a cerca da cidade de Campina Grande. Para tanto, cabe uma breve introdução sobre esse campo interdisciplinar surgido na França.

Aliás, a França é, notadamente, um dos lugares de surgimento das rupturas positivistas. Asseveremos isso ao considerarmos que a Geografia também foi muito influenciada com contribuições consistentes de teóricos franceses que visavam renovar essa ciência, na primeira metade do século XX, a partir de tais rupturas. Igualmente ali, há um gesto nesse sentido com a linguística, e a Análise do Discurso (AD) é um campo marcado por rupturas.

O surgimento da AD marca um esforço no sentido de buscar o entendimento do discurso enquanto uma prática. Originalmente surgida na França na década de 1960, busca entender, a rigor, a prática languageira. Contudo, não busca compreendê-la como fala, mas como discurso, uma vez que é preciso considerar as condições de produção desse dizer.

Aliás, as condições de produção do discurso é um conceito advindo da teoria da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1997) que consiste nas circunstâncias historicamente definidas que possibilitam as condições de produção dos discursos.

Assim, para se debruçar sobre o discurso a fim de compreendê-lo é que a Análise do Discurso só pode constituir-se como um campo

interdisciplinar, pois dialoga com várias vertentes da própria Linguística, mas também com a Psicanálise e a história (notadamente o materialismo histórico) possibilitando conexões com a Filosofia, a Sociologia, e claro, a Geografia dentre outros campos.

Neste capítulo iremos dissertar sobre alguns de seus elementos constitutivos, pois, sendo seu o objeto teórico o discurso é imprescindível entendê-lo para nos direcionarmos à Campina Grande. Nesse sentido, partiremos da noção de que o discurso ultrapassa a sua estrutura linguística e estende-se à história e esta, por sua vez, influencia o pensar e o dizer dos sujeitos.

### **1.1 O discurso como fundamento inerente à Análise do Discurso**

O homem se constitui primariamente por ser social e possuir a capacidade de engendrar a própria história. O percurso temporal e espacial do ser humano é permeado por sua relação com o mundo; a consciência apreende as coisas, tudo o que está ao nosso redor se dá na relação entre o sujeito e o objeto. Esta relação dualística e dialética é a base de toda a questão da trajetória dos principais questionamentos acerca da capacidade de conhecer o que temos (BACHELARD, 2006).

O discurso está, segundo Foucault (1999), para além de um sistema, estrutura ou ordenamento semiótico, ele é entendido como uma manifestação do modo de pensar de uma sociedade em determinado período, suas práticas, técnicas, cultura, instituições e organizações. É possível dizer que um discurso de uma sociedade é sua própria definição identitária, englobando os aspectos materiais e imateriais que a configura.

Inicialmente, é preciso compreender que o discurso enquanto objeto da Análise do Discurso (AD) não pode ser compreendido apenas como a língua, ou o texto em si mesmo, tampouco a fala. Para compreendermos o discurso tal como aqui se propõe é preciso considerar os aspectos sociais e ideológicos que envolvem as palavras. Para tanto, compreende-se que o “discurso implica uma exterioridade à língua” (FERNANDES, 2008. p. 13).

Desse modo, longe de ser um elemento neutro, sequer transparente, o discurso, ainda que pareça simplista, pode revelar os lugares sócio ideológicos de desejo e de poder. Sobre isso Foucault (1999) considera o discurso enquanto uma rede de signos que se conecta a tantos outros registrando e reproduzindo os valores de uma determinada sociedade. É um conjunto de enunciados apoiados na mesma formação discursiva.

(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorar-nos. (FOUCAULT, 1999, p. 4).

Portanto, não se trata de concatenação lógica de palavras, frases e orações, cujo objetivo final é pretender um significado em si. Mas, e antes de qualquer coisa, é um instrumento que pretende estruturar determinado imaginário social.

Assim, o discurso é o encadeamento entre os significantes e os demais discursos externos. Por isso apresenta uma exterioridade. Antes, o discurso direciona seu foco no significante e não no significado, a priori. Melhor dizendo: O discurso é direcionado para o imaginário dos receptores do discurso. Assim, podemos afirmar que nenhum discurso é fixo, conforme nos mostra Orlandi (1999). Ao contrário, são palavras em movimento que sofrem transformações sociais e políticas.

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando(...) (ORLANDI, 1999.p, 15)

Dessa forma, há as produções de sentido ante o lugar ocupado pelos sujeitos<sup>5</sup>. Por isso as palavras podem ter diferentes sentidos: porque elas estarão em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam. Esses sentidos do discurso têm, segundo Fernandes (2008), vistas às condições sociais, históricas e ideológicas de produção.

Por essas razões, é que o discurso encontra em seu exterior, a vida social; no campo dos conflitos, dos embates sociais, dos espaços

---

<sup>5</sup> De acordo com Orlandi (2005), a ideologia interpela indivíduo em sujeito. Desse modo, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Para mais esclarecimentos: ORLANDI, E.P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas – SP: Pontes. 6ed. 2005.

territorializados antagonicamente. E o que demarca as posições dos sujeitos é sua filiação ideológica. De acordo com Gregolin (1995), a ideologia enfim, é inerente à compreensão de discurso, pois eis que reflete a visão de mundo de uma determinada classe e a maneira como ela representa a ordem social. Essas relações disseminam “vontades de verdade” que soam como verdade em determinado momento sócio histórico.

(...) discurso não é a língua e nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; realiza-se então, por meio de uma materialidade linguística, cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas (linguísticos e /ou semióticos) estruturalmente elaborados (FERNANDES, 2008, p.24)

Desse modo, o discurso se constitui de um conjunto enunciativo, cujo átomo é o enunciado (FOUCAULT, 2008). O enunciado é, portanto, a unidade básica de análise do discurso. Ou seja, a produção dos enunciados na dispersão dos acontecimentos discursivos busca compreender a produção dos discursos como elemento da história, revelando os processos sócios históricos de constituição dos discursos (FERNANDES 2008).

A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s) (...) (FERNANDES, 2008, p. 18-19).

Corroborando com Foucault (2008, p.30), a autora supracitada retoma uma de suas principais indagações que auxiliam essa compreensão: “Como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” Tal questionamento possibilita encontrar os enunciados, mas também a intenção do sujeito enunciator, “sua atividade consciente, o que ele quis dizer ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras”.

Gregolin (2004, p. 37), ao abordar a relação entre o discurso e a história, direciona-se sobre a necessidade de pensar, justamente, a relação entre o discurso e a memória. A autora promove uma discussão acerca do questionamento sobre “o que faz com que certos discursos sejam esquecidos e outros permanentemente conservados”. Assim, estabelece uma discussão em consonância com as ideias foucaultianas de “raridade” e ‘exterioridade’ dos enunciados:

(...) para produzir sentido o enunciado se co-relaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado. Essas margens, com redes verbais, formam uma trama complexa, que se constitui pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve (seja para repeti-las ou confrontá-las, implícita ou explicitamente) ou aquelas cuja possibilidade ulterior é possibilitada pelo enunciado. (GREGOLIM, 2004, p.37)

Assim, a autora reforça o movimento contínuo dos sentidos, que se dá na estrutura material dos enunciados. Essa compreensão ratifica a perspectiva de Michel Foucault na qual o discurso é compreendido como uma prática, em que há um jogo estratégico de vontade de verdade que está em constante luta para se impor.

Em *A ordem do discurso* (1999), Foucault afirma o poder do discurso de instituir “verdades”, sendo estas verdades ligadas a uma época e a um regime de verdade. Nesse caso, a ideia da verdade absoluta é descartada, uma vez que na ótica foucaultinana, àquilo que se atribuía valor de verdade em determinada tradição não estaria sendo feito sem neutralidade, mas estaria imerso em jogos de forças e posições que perpassam o espaço social.

Nesse sentido é necessário olhar para a tessitura social e a história para se analisar as condições e os processos que levaram à legitimação da verdade. Toda e qualquer sociedade e em todos os tempos possui um “regime de verdade” que, segundo Foucault (1997, p. 14) faz com que haja discursos que funcionem como verdadeiros.

Acerca desse regime de verdade, Foucault (1997) defende as seguintes especificidades: i) a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; ii) é requerida tanto pelo poder econômico quanto pelo político; iii) é imensamente difundida no corpo social por aparelhos de educação e de informação; iv) é produzida e transmitida sob o controle de alguns aparelhos políticos ou econômicos; e, v) é objeto de debate político e de confronto social.

Desse modo, a produção do discurso em uma sociedade passa por procedimentos de controle, seleção, organização, repartição e funcionamento dos enunciados: processos que filiam os discursos a uma interdependência do desejo da verdade e do poder. Fato que, a rigor, resulta na aceitação do

discurso (mas também que ele seja excluído e/ou interdito), pois “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2009, p.12).

Além disso, Foucault (1997) chama atenção para o fato de que poder não deve ser visto sempre como sinônimo de repressão, nem como um produto exclusivo do Estado:

(...) Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo (...) e também a nível de saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 1997, p. 84)

Assim Foucault defende ser necessário pensar os efeitos de poder em termos, também, positivos e não apenas em termos negativos, porque o poder produz realidade. Assim o indivíduo e o conhecimento “que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2009, P. 161).

O autor considera ainda que o poder nem tem um início definido, nem tampouco um fim. De modo que ele vai se modificando ao longo do tempo, sendo permeado por múltiplas técnicas que, ao passo que se cristalizam nas instancias sociais, se resignificam. “Enquanto existirem discursos, o poder sempre existirá, continuará atuando mesmo no silêncio, nos não-ditos” (PEREIRA, 2013, p. 49).

Assim, as relações de poder se instituem no discurso, naquilo que é dito, mediando as práticas sociais. Nesse sentido, a mídia, enquanto aparelho de informação, localiza-se em uma posição ímpar nessa maquinaria: é a voz autorizada que faz circular os saberes permitidos, atravessados pela mecânica das relações de poder e, no intradiscurso, trabalha para que seu texto se torne sempre e cada vez mais persuasivo.

Portanto, a compreensão de um texto, enquanto materialidade discursiva, na perspectiva da teoria do discurso, demanda uma prática de leitura calcada nas condições de produção uma vez que tais condições definem o lugar de onde se fala, mobilizando sentidos.

Dessa forma, para aprofundar as reflexões sobre discurso direcionando para os objetivos a que se propõe essa tese, passaremos a refletir, também, sobre as noções de discurso trazidas por Foucault em “A arqueologia do

saber”. Assim, as noções de enunciado, formação discursiva e memória são fundamentais para a compreensão do *corpus* a ser analisado.

### 1.1.1 O enunciado e o sujeito enunciativo

É importante destacar que, para Foucault (2008), o enunciado se diferencia de frase e de proposição. Pois ao ser considerado a unidade elementar do discurso, portanto indispensável, ele não é uma estrutura, mas uma função. É uma função de existência e, a partir da qual, se pode decidir se faz sentido ou não. Assim, o enunciado cruza estruturas com conteúdos concretos no tempo e no espaço, segundo Foucault (2008):

(...)mas não basta tampouco material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir. (...). Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2008, p. 102-113).

Gregolin (2006, p.27) apoiando-se em Foucault conclui que, “em sua natureza de acontecimento, o enunciado é a unidade central agenciada na teoria do discurso”. Nesse contexto, há de se compreender a existência do enunciado ligado às suas condições de produção. Porque o que diferencia o enunciado – tanto da fala, como da frase – é que ele é produzido. Assim, o sentido do enunciado se dá na sua relação com outros, que podem estar claros ou não, uma vez que há os enunciados implícitos. Sobre a compreensão de um enunciado, diz Foucault (2008):

(...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação: de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, (...) de mostrar que a singular existência é esta que vem à tona (...) (FOUCAULT, 2008, p. 31)

Assim, a existência do enunciado reclama uma singularidade. Para Orlandi (1999), o lugar histórico-social daquele que enuncia é marcado pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. Esse lugar não se trata, no entanto de uma realidade física, mas de um “objeto imaginário sócio-ideológico” (FERNANDES, 2008, p.19).

Nesse sentido, o enunciado ainda que singular, pode ser retomado, e assim sendo, se fará repetido, contudo, transformado. Porque todo enunciado tem suas margens povoadas por outros enunciados. Por isso suas características além da exterioridade, são raridade e acúmulo (MONTEIRO, 2008). Esse acúmulo garante a historicidade do enunciado.

Inútil procurar o enunciado junto aos agrupamentos unitários de signo. Ele não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de construção e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem. (FOUCAULT, 2008, p. 99).

Portanto, ainda que raro, o enunciado é repetível segundo Foucault (2008), porque seus ecos são repetidos ao longo da história. Raro, porque cada vez que ele é dito traz efeito de sentidos distintos tornando-se, portanto, outros. Devido a sua historicidade o enunciado é capaz de produzir novas identidades para si (MONTEIRO, 2008).

De acordo com Fernandes (2008), compreender a singularidade da existência do enunciado garante a possibilidade de atingir o entendimento das condições de produção do discurso elaboradas em determinada época e lugar. É que as transformações históricas possibilitam a compreensão da produção dos discursos, do seu surgimento no determinado momento histórico e sua dispersão.

Sendo assim, ao tomar o enunciado em sua função enunciativa para compreendê-lo, torna-se imprescindível compreender também o exercício dessa função em sua relação com o sujeito. Contudo, como salienta Ferreira (2003, p. 40) “não é apenas o sujeito ideológico-marxista-Althusseriano”, mas o sujeito enunciativo.

Em Foucault, a concepção de sujeito empírico (indivíduo) é abandonada em detrimento de “uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito” (FERREIRA, 2003, p. 43). De modo que o lugar e a posição que ocupam o enunciativo é de crucial importância para caracterizá-lo como sujeito, uma vez que são as práticas estabelecidas institucionalmente que marcam o discurso próprio daquele que enuncia.

Assim sendo, o sujeito se constitui pelos “jogos de verdade” (MURAD, 2010, p. 01). Isso justifica a possibilidade de o sujeito assumir diferentes posições no funcionamento discursivo, já que ele pode se articular em torno de determinadas modalidades de enunciação. Tais modalidades reúnem diversas outras vozes que ocupam o mesmo lugar sócio histórico.

Para Pontes (2018), para se compreender o sujeito discursivo, é necessário apreender quais são essas vozes constitutivas, oriundas de diversos discursos. Segundo Fernandes (2008) o sujeito é interpelado ideologicamente e seu discurso está permeado por formações discursivas, ou seja, no seu dizer está o outro: eis a exterioridade social do discurso.

Dessa forma, como constataram Pêcheux e Foucault, o sujeito não é homogêneo, uma vez que os discursos por ele enunciados são atravessados por outros discursos, como já dissemos. O sujeito torna-se, portanto, múltiplo e heterogêneo. De modo que os discursos por ele enunciados são atravessados por diferentes outros discursos.

Isso resulta no que Pêcheux (1997) chamou de esquecimentos do sujeito, pois segundo este autor ele (o sujeito) não é o centro do seu dizer. Esses esquecimentos de que fala Pêcheux refere-se, primeiro, à ilusão de que o sujeito tem o controle do seu dizer; e, segundo, a ilusão de que o sujeito é a origem de seu dizer.

Ora, se o enunciado é tomado por sua função enunciativa, entendê-lo no exercício dessa função traz como consequência, justamente, a relação dele com o sujeito: “o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas que é forçosamente a mesma de um enunciado a outro” (FOUCAULT, 2008, p. 118)

A análise enunciativa deve buscar compreender em que condições foram exercidas tais funções; deve buscar qual posição-sujeito, historicamente inscrita, serviu (ou serve) de lugar enunciativo e, de onde – ou por onde –, ele deve ser analisado. Ou seja, descrever os enunciados buscando sua regularidade no fluxo de uma série de condições enunciativas, ainda que ele esteja oculto, pois a não visibilidade de um enunciado (o não dito) não é uma parte secreta, mas, contraditoriamente, é a razão de que sua estrutura significativa na linguagem remete sempre a outra coisa – está povoado pelo outro - porque os limites de um enunciado não estão nele mesmo.

Embora não seja o meio pelo qual os sentidos se façam 'escondidos', nem tampouco os tragam transparentemente expressos e delimitados, o enunciado oferece à análise suas margens, deixando à mostra uma superfície a ser descrita. Então apesar de não se circunscrever de modo estrito ao linguístico, pela linguagem, de suas unidades, desde as palavras até os encadeamentos sintáticos, descreve-se o enunciado. (Grifo da autoria. CUNHA, 2011, p 48).

Isto é, a análise de uma enunciação que produziu um dito tende a inscrever o sentido que lhe foi conferido, e este estabelece a relação do enunciado com a unidade motivadora. Assim, o enunciado se constitui numa nova enunciação de algo que já se encontra dito, colocado em outro lugar, num outro momento.

Portanto, as condições que estabelecem o exercício da função enunciativa é a sua relação com os já-ditos. Contudo é na exclusividade do acontecimento enunciativo que se dota de sentido algo que foi expresso, mas não será diante de qualquer enunciação que se terá um novo enunciado.

Segundo Foucault (2008) o enunciado permanece e se repete, mas permanecendo se modifica porque carrega em si traços de outros enunciados. Sendo assim, ele, o enunciado, pode fazer-se identificado com a memória e trazer um passado que com ele se faz atuante.

Deste modo, os enunciados se manifestam em uma contínua vontade de verdade, relacionando-se com outros enunciados condicionados por uma série enunciativa (de regularidades internas) e constroem um sistema ao qual se denomina formação discursiva (FD).

A relação entre a exterioridade do discurso, a heterogeneidade do sujeito e a regularidade enunciativa marcam as reflexões de identidade e subjetividade do sujeito, bem como as características de sua identidade em cada discurso. Para Fernandes (2008, p. 87) "as múltiplas identidades que passaram a constituir o sujeito fizeram com que esse sujeito assumisse diferentes identidades".

Ainda em Fernandes (2008), o sujeito não é um dado a priori, mas resultado dessa estrutura discursiva complexa e descentrada, cuja filiação ideológica se inscreve social e historicamente com o inconsciente. O sujeito enunciativo é aquele que pode usar um dado enunciado em função da ocupação de um lugar institucional, porque o sujeito do discurso não é a

pessoa que realiza um ato de fala, como nos mostra Araújo (2007), mas aquele que, por possuir competência técnica fala, quase sempre, com exclusividade.

Associado a essas reflexões se insere também a noção de identidade que, compreendida por sua dimensão plural está constantemente em processo de produção. Dada a natureza plural e fragmentária das identidades, este conceito foi amplamente estudado e analisado por Bauman (2001; 2005) e Hall (2006) por exemplo.

Hall (2006) contribui para AD na compreensão desse sujeito discursivo porque as múltiplas faces que constituem o sujeito fazem com que ele assuma diferentes identidades em momentos distintos. O sujeito, bem como a identidade e o discurso, estão permanentemente em movimento. Assim, o sujeito discursivo é atravessado por uma pluralidade de vozes inscrevendo-se em diferentes formações ideológicas e discursivas. (FERNANDES, 2008).

Também Bauman (2005) discute o sujeito. A partir da leitura desse autor, podemos estabelecer que sua noção de identidade<sup>6</sup> nos auxilia na compreensão da enunciação discursiva. Ou seja, para compreendermos a(s) identidade(s), é necessário enviesá-la(s) através dos discursos que atravessam os indivíduos.

Desse modo, tais reflexões permitem divagar sobre as transformações sócio históricas que marcam lugares na memória discursiva dos sujeitos. Ou seja, as vozes do sujeito discursivo numa dada interação social se situam em uma rede de interdiscursividade infinita.

Assim as discussões em torno das noções de discurso, enunciado, sujeito e regimes de verdade levam a refletir sobre as transformações sócio históricas espacialmente marcadas. Nesse sentido, passaremos a abordar as noções de formações discursivas e memória, bem como de interdiscurso, pois para Foucault (2008, p. 130) “a análise das formações discursivas está bem centrada na descrição do enunciado em sua especificidade”. Desse modo, não se chega até as FD’s sem dimensionarem-se os enunciados. Por isso a partir daqui, mergulharemos nas noções acerca de Formação Discursiva, Memória e

---

<sup>6</sup> Nessas discussões Bauman (2001) produz um corpo teórico sobre a noção de identidade na era da pós-modernidade. Segundo este autor, na sociedade pós-moderna as existências individuais são fatiadas numa sessão de episódios fragilmente conectados porque, sendo efêmeras, as sensações representam as situações que as desencadearam. Nesse sentido, a fluidez das culturas atuais é marcada pela transformação das individualidades em “produto de consumo” (BAUMAN, 2005).

Interdiscurso, pois são esses conceitos que auxiliam à percepção do enunciado.

## **1.2 A ordem do repetível: memória, formação discursiva e interdiscurso**

Para iniciarmos uma possibilidade de análise da cadeia enunciativa é de suma importância o estudo das Formações Discursivas (FD) cujos sujeitos são inseridos. Isso porque os enunciados só podem ser analisados, segundo Foucault (2008, p. 140), a partir de um “sistema limitado de presenças” cuja determinação se dá através das formações discursivas.

Ao abordar a teoria discursiva que temos realizado até aqui, foi discutida a importância da história como ponto crucial para se identificar os efeitos de sentidos de determinado discurso. Tais efeitos de sentido refletem as nuances dos lugares sociais ocupados por sujeitos imbuídos de posições ideológicas definidas. Contudo essas posições não são fixas e podem revelar diferentes formações discursivas:

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p, 36).

Em outras palavras Foucault (2008) afirma que as formações discursivas estão relacionadas à produção de enunciados que abrangem a mesma filiação, contudo não são homogêneas, pois a noção de unidade para Foucault relaciona-se à dispersão:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 2008, p. 137)

Ou seja, todo discurso é decorrente de um já-dito que, uma vez enunciado pode reaparecer posteriormente transformado segundo os novos acontecimentos sócio históricos. Diz Orlandi (1999) que este reaparecimento

estará filiado a uma determinada formação discursiva, resultando em novos efeitos de sentido.

Há aqui uma historicidade, uma memória, porque são as formações discursivas que definem a identidade dos enunciados que as constituem. Segundo Foucault (2008) é o que possibilita a aparição e a legitimação dos discursos no verdadeiro de uma época.

No caso que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva**. (Foucault, 2008, p.48 Grifo do autor).

Se as FD's como uma prática institucional, de acordo com Foucault (2008), revelam as condições de produção segundo uma série de dispositivos identificáveis, a análise empreendida tem por interesse o desvelamento das intenções do discurso.

Dessa forma, nota-se com clareza que, apoiando-se em Foucault (2008), as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso. Pois é na composição da formação discursiva que se pode perceber os intentos do discurso, como já foi dito e, claro, os termos de seu engendramento.

Verifica-se, então, que uma FD não é um espaço estrutural encerrado em si, mas é continuamente atravessada por elementos que vêm de outras FD's. E esta interdiscursividade reclama redes de memória.

Segundo Le Goff (2003, p. 419) a memória nos remete a “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”, ou que ele compreende como passadas. Assim, o interdiscurso decorrente da abordagem de memória discursiva está ligado à relação entre o já dito e o que está sendo dito, por vezes inconscientemente no discurso (considerando o apagamento da memória). Para Orlandi (1999) é preciso não confundir as noções de interdiscurso e intertexto:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para

que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras”. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome (grifos de autoria). (ORLANDI, 1999, p. 31)

Sendo assim, o interdiscurso relaciona-se aos movimentos de retorno dos discursos filiados a formações discursivas, marcadamente, presentes em determinadas condições de produção. Além disso, estes retornos se dão de forma inconsciente e passíveis de produzirem novos sentidos. Nesse sentido, segundo Pontes (2018) todo dizer é produzido ante o encontro de dois direcionamentos: o da memória e o da atualidade.

De acordo com Monteiro (2008), é na memória social que estão guardados todos os discursos que circulam e que circularam na sociedade. Sendo que é a partir da memória social coletiva que o leitor tem a sensação de estar diante de algo familiar ao entrar em contato com um texto, seja ele verbal ou não-verbal. Tomemos como exemplo a cidade objeto dessa tese para percebermos a relação entre rede de memória e constituição dos sentidos:



FIGURA 1: Reprodução da campanha publicitária institucional na gestão de 1997-2002 da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2012/11/marcas-de-governos-prefeitura-municipal.html#.XT0NHvJKjIU>. Acessado em 03/03/2018.

Nesta campanha publicitária institucional podemos observar o modo como uma FD apresenta elementos de uma rede de memória. Para fazer fluir os sentidos, os textos (verbal e não-verbal) acionam redes de memórias que têm conotação muito específica para a cidade de Campina Grande: a de que o adjetivo GRANDE está presente em seu nome como um característica inata da cidade.

Tais memórias produzem efeitos de representação da identidade campinense, ainda que instaure polêmicas, faz retornar formulações anteriormente produzidas<sup>7</sup>. Isto porque outrora, essas condições de produção discursiva, não encontravam oposição à evocação da grandeza da cidade.

Assim, ao se deparar com o texto, o leitor (e no limite, o eleitor) para entender a figura, precisa buscar na memória os enunciados que foram produzidos ao longo da história da cidade e que reclamavam uma posição de destaque dela em relação a todas as demais do Nordeste brasileiro.

Enquanto mote publicitário que tem como objetivo apresentar a grandeza da cidade, as cores do texto posicionam o leitor frente a ideia de grandeza de Campina: a materialidade verbal “Campina” em vermelho circundada pelas materialidades em preto “Você Faz” e “Grande” desdobra a ideia.

Para dar sentido àquilo que vê, o leitor aciona o inconsciente coletivo (os interdiscursos). É no entrecruzamento das memórias que o leitor encontra os sentidos. Considerando, portanto, a heterogeneidade das FDs cujos saberes são organizados pela interdiscursividade, é na memória que se inserem determinadas condições de produção e através dela que se estabelece um acontecimento<sup>8</sup>.

Se Pêcheux (1999) afirma que a memória que interessa a AD não é a memória individual, Courtine (2009) vai dizer que a memória deve ser entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Courtine encontra em Foucault a sustentação para a noção da memória discursiva, porque a tarefa de compreender sentidos na AD exige a mobilização da memória do dizer.

No exemplo da figura 1, o campo enunciativo se materializa na palavra “grande”, em destaque tão grande quanto o substantivo Campina. Além de que, a formação discursiva em que se coloca tem limites instáveis. Pelo interdiscurso, a ser abordado na próxima seção, o saber da grandeza da cidade se reconfigura mesmo que pareça repetido por uma rede de formulações que não estão evidentes.

---

<sup>7</sup> Nos próximos capítulos retomaremos esta discussão de modo mais específico.

<sup>8</sup> Apresentaremos a seguir a noção de acontecimento.

Finalmente, o campo enunciativo compreende o que poderia chamar de *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (Gripo de autoria) (FOUCAULT, 2008, p 69)

Ou seja, a memória se vincula às FD's e transita no interdiscurso, e os sentidos ressignificam; imprime significação à materialidade discursiva ao passo que opera por meio da repetição e da regularidade.

Portanto, uma imagem (como a figura 1) somente fará sentido para o sujeito-leitor se ele possuir uma memória discursiva sobre o fato enunciado, caso contrário, ainda que ele compreenda o texto, o efeito de sentido desejado não circulará e o mote da administração municipal “Você faz Campina Grande” pode parecer um chamamento à participação de uma gestão participativa.

### 1.2.1 A noção de acontecimento

O discurso realiza-se, de acordo com Pêcheux (1997, p. 17) na linha entre a estrutura e o acontecimento. Para ele o acontecimento discursivo é aquele que se produz “no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Orlandi (1999b) segue na mesma perspectiva ao dizer:

Nos estudos discursivos (...) procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como um acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 1999b, p.19)

Assim segundo a autora, o que proporciona movimento à estrutura é o fato de ocorrer o acontecimento no registro histórico. Em Pêcheux (1997) é possível verificar sua proposta de intersecção entre as noções de acontecimento, da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação, supondo a possibilidade de ajuste de uns a partir do outros.

Utilizando como exemplo o enunciado “*on a gagné*” (“ganhamos”) muito repetido na Praça da Batilha em Paris, quando da vitória de François Mitterrand, da esquerda francesa em maio de 1981, para presidente da república, Pêcheux (1997) afirma que este “ganhar” é um acontecimento (histórico):

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma, nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. On a gagné [ganhamos], cantado com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-gagné/ dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo de torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (PÊCHEUX, 1997, p. 21).

O autor demonstra como o conteúdo sociopolítico desse acontecimento parece mostrar-se transparente, mas é opaco. Pois de acordo com o autor, os confrontos discursivos que antecederam esse acontecimento, presente em enunciados “remetem ao mesmo fato” (ganhar), mas não constroem as mesmas significações.

Nesse caso, Pêcheux tenta chamar atenção para o fato de se conceber o discurso como uma materialidade que carrega uma historicidade, e, não apenas como uma materialidade que une significante e significado como postulou Ferdinand Saussure. Do ponto de vista pecheutiano o discurso deve ser pensado como uma materialidade constituída por uma estrutura e por um acontecimento, considerando que essa estrutura discursiva se dá na instabilidade produzida pela tensão, pelo conflito, isto é, pelo contínuo atravessamento de/entre valores, ou em outras palavras, pelo acontecimento.

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Foucault (2008) também teoriza sobre a noção de acontecimento. No caso desse autor, busca mostrar que um enunciado é um acontecimento à medida que se encontra associado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra e, ao mesmo tempo, permite uma existência no campo da memória:

(...) porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está

ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p.37)

Assim, Foucault (2008) marca a noção de acontecimento a partir de sua irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção. Também Le Goff (1990) em seu livro *História e Memória* tece uma série de discussões sobre a noção de acontecimento. Contudo este autor nos apresenta a noção de acontecimento histórico, segundo o qual o acontecimento existe em função do relato feito dele.

Considerando os objetivos desta tese, é a noção de acontecimento discursivo que será levada em conta na medida em que na dispersão discursiva sobre a cidade de Campina Grande, a construção de enunciados como a “Rainha da Borborema” ou “a capital do trabalho” e seus funcionamentos discursivos constituem um acontecimento, como já posto, discursivo. Além disso, as diferentes temporalidades dos acontecimentos na reprodução do espaço urbano atravessam as relações que estes mantêm com a memória e com os saberes discursivos que os determinam.

Na seção seguinte, estabeleceremos uma discussão sobre a relação discursiva e o espaço, ambos com suas vinculações ideológicas tentando partir de conceitos geográficos de (re) produção do espaço.

### **1.3 Produção do Espaço e Relações de Poder: o espaço produzido ideologicamente na interface das condições de produção do discurso**

O espaço não existe em si mesmo. Ele é produzido, nos mostra Lefebvre (2006). O conceito de Produção do Espaço tal qual pensou seu mais célebre filósofo, compreende o espaço entrelaçado, fundamentalmente, a uma realidade social. Para tanto, Lefebvre (2006) expõe o modo que esta produção se dá, avançando na relação espaço-tempo. Para Schmid (2012), compreender esta relação é compreender tais conceitos articulados entre si:

O *espaço* representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. O *tempo*, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo na produção social. Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para uma teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em suas corporeidade e sensualidade,

sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; (...) (SCHMID, 2012. p, 3) (grifos do autor).

Com essas palavras Schmid (2012) apresenta o espaço e o tempo para além da dimensão material. Porque ele os entende como aspectos integrantes da prática social. Para Lefebvre (2006) eles são resultado e condição da prática social.

Mark Gottdiener<sup>9</sup> (1993, p.195) compreende a importância de revelar os “segredos” da organização social a partir do estudo de suas formas materiais. Para tanto, o supracitado autor diz que as formas do espaço são produzidas por forças sócio estruturais que controlam a sociedade.

Para os althusserianos é a intervenção do Estado que, ou intermedia ou exacerba, a produção do espaço. Para Gottdienier (1993) a intervenção do Estado na produção do espaço promove esta produção no interior das coerções político e econômicas.

Nesse sentido, dialoga com Lefebvre (2006) ao expor o espaço como contraditório. Porque na trama dialética entre a necessidade e o desejo se expõe a luta de classes. Assim o espaço se torna contraditório em si mesmo.

Ainda em Lefebvre (2006), tal contradição se dá na capacidade de conceber o espaço e tratá-lo na escala global, homogeneizando-o quando o espaço é, em si, fragmentado. Em outras palavras, a contradição está no fato de que o espaço homogeneizado é fetichizado, logo é promovido ao nível do espaço mental, é um continente de unidade abstrata cujo conteúdo é a ideologia.

Compreender a produção do espaço à luz de Lefebvre (2006) é estabelecer seu entendimento a partir da tríade de representações do espaço/ espaços da representação/ prática espacial ou, como ele mesmo chama espaço concebido/ espaço vivido/ espaço percebido.

Tal compreensão também aponta para uma abordagem linguística do espaço. De acordo com Schmid (2012), Lefebvre buscou na teoria da

---

<sup>9</sup> Em seu livro “A produção social do espaço urbano”, Gottdienier se opõe, em diversas passagens, à teoria da Produção do Espaço de Lefebvre. Segundo Gottdienier, Lefebvre dá enfoque ao espaço no interior do raciocínio marxista. Para ele, sua proposta de análise da organização sócio-espacial tem relação com os processos políticos, econômicos e culturais, por isso sua teoria “a produção social do espaço” não nega a importância da economia política marxista, mas tem como premissa transformar as análises derivadas do marxismo. (GOTTDIENER, 1993).

linguagem de vinculação nietzschiana a compreensão sobre as palavras que vão além do imediato. Desse modo, ele compreende a sociedade como o espaço cujos conceitos, formas e regras são verdades abstratas que prevalecem sobre os desejos e sobre a realidade.

Assim, as palavras transmitem significados e simbolismos que expressam valores e evocam normas com vinculações ideológicas. Em *A linguagem e a sociedade* de 1966, Lefebvre expõe que os símbolos avançam sobre as estruturas e se configuram como as bases do imaginário social. Ao se referir aos símbolos, Lefebvre (2006) mergulha na discussão sobre tempo.

O tempo para o autor, marca a oposição entre o valor de uso e o valor de troca porque implica numa contradição profunda da produção do espaço que se dá sob ideologias. Isto implica ritmos distintos, símbolos e uma prática que demarcam conflitos. Assim, para Lefebvre (2006) esta oposição entre o valor de uso e valor de troca é reconstituída a partir do uso político do espaço.

Dessa forma, Lefebvre (2006) dialoga com Althusser e seus “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Ao estabelecer contato com os dispositivos de poder, Lefebvre (2006) esclarece que o espaço traz consigo normas e coações. Em nome do poder o espaço se faz repressivo estabelecendo uma regulação da vida pela prática espacial. E assim o espaço é representado com fortes vinculações ideológicas, marcado pela divisão do trabalho. Diz Lefebvre (2006):

A divisão do trabalho, a divisão das necessidades e a dos objetos (coisas) localizadas, impelidas até a separação das funções, das pessoas e das coisas, encontram seu quadro neste campo espacial que **parece** neutro, objetivo, lugar do saber, sem medo e sem censura (Grifo nosso) (LEFEBVRE, 2006. p. 283).

Interessante é atentar para o fato de que para o supracitado autor, o espaço é, amiúde, uma objetivação do social cujas relações a sociedade materializa a partir de objetivos e intencionalidades. A colocação do verbo “parecer” na referida citação, se mostra reveladora já que o espaço concebido se forja nas representações do espaço.

Na obra “Espaço e política” Lefebvre (2008) afirma que o espaço produzido é o espaço concebido. Nesse sentido, o espaço é ao mesmo tempo continente e conteúdo já que comporta significados dotados de experiências e sentidos que influenciam (se não produz) o comportamento dos sujeitos.

Sendo o espaço produzido ideologicamente (porque é político), Lefebvre (2008b) considera que ele é intencionalmente manipulado seja por um grupo ou uma classe, por isso o espaço é estratégico. Dessa forma, as contradições sociopolíticas se realizam espacialmente, pois “as contradições do espaço ‘exprimem’ os conflitos de interesse e das forças sociopolíticas” (LEFEBVRE, 2006, p. 286).

Quando o autor se refere à produção do espaço, busca respostas aos processos de reprodução das relações de poder, em rigor, vinculadas às relações capitalistas de produção. Pois, a forma espacial, cuja função corresponde ao espaço da representação, implica na representação do espaço. Desse modo, a prática sócio espacial é interpelada pelos objetivos ideológicos que buscam disciplinar os habitantes/usuários do espaço. (LEFEBVRE, 2006).

Portanto, para Lefebvre (2006) a produção do espaço se efetua com a intervenção do Estado que atua de acordo com as intenções do capital. Entretanto, por estabelecer uma mediação com os interesses de todos os habitantes/usuários, implica em um círculo vicioso cujos interesses econômicos são determinantes.

Se, à luz da Análise do Discurso, a normalização de uma enunciação discursiva estabelece uma relação entre indivíduo/sujeito, discurso e sociedade; a produção do espaço que se efetiva a partir das relações de produção como se refere Lefebvre (2006), estabelece um espaço dominado.

É necessário esclarecer que a dominação do espaço se refere a dominação dos corpos, dos desejos, das necessidades. Em “A microfísica do poder” Foucault (1997) mostra a necessidade da produção de “verdades” cujo interesse essencial é a dominação dos indivíduos através das práticas políticas e econômicas da sociedade capitalista. É este diálogo que Lefebvre (2006) executa, pois para ele quanto mais se analisa o espaço, mais e melhor se apreende os conflitos que o trabalham.

Para Foucault (1997) o poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social porque funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos (tecnologia do corpo, olhar, disciplina) que nada ou ninguém escapa. Não é algo que se detém; não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele apartados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O poder é algo

que se exerce, que se efetua, que funciona de acordo com a abordagem foucaultiana.

Desse modo, o espaço engendra poder por que nele está contido ideologias, emoções... e mesmo que não seja resultado de uma ideologia, como afirma Lefebvre (2006), ele prescinde uma prática e esta engendra os signos da divisão do trabalho na sociedade capitalista.

A relação, aliás, do modo capitalista de produção e o espaço pode ser vista em Lefebvre, mas não só nele, como uma via de mão dupla em que se contempla uma relação dialética e complexa uma vez que um aspecto fundamental de análise do capitalismo é, justamente, o modo como se estabelece a hegemonia espacial de uma classe.

Questiona-se Lefebvre (1991, p. 10): “é concebível que o exercício da hegemonia possa deixar o espaço intocado?”. Para ele o espaço não é o *locus* passivo das relações sociais, porque utilizado, operacional e instrumentalmente, por uma classe hegemônica assume um papel ativo ainda que não esteja purgado de suas contradições.

A burguesia dispõe, enquanto classe dominante, de um duplo poder no/sobre o espaço: i) através da propriedade privada do solo se estende ao espaço (ainda que os direitos das coletividades e do Estado tendam à exceção); e ii) através do conhecimento, da estratégia e da ação do Estado propriamente dito, que Lefebvre (2008, p. 48) chama de “globalidade”. Botelho (2005, p 9) expõe que é necessário considerar que o monopólio de uma classe sobre o espaço pode moldá-lo, fragmentá-lo, ocupá-lo da forma como lhe convier porque “a maximização dos valores de troca produz benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminui as oportunidades para outros”.

Faz necessário, portanto, uma compreensão de como o capital crescentemente domina o espaço para que temas como a estruturação do espaço urbano (...), entre outros, possam ser devidamente tratados. (BOTELHO, 2005, p. 9)

Ou seja, é preciso ter em conta o espaço como condição geral de existência e reprodução da sociedade. E em particular, o espaço urbano passa a ter cada vez mais importância para o capital que, ao mesmo tempo é influenciado pela dinâmica do modo de produção.

De forma mais abrangente, a produção (...) do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada e são regulados pelas necessidades do capital (...). (BOTELHO, 2005, p. 26)

Assim, a cidade enquanto *lócus* da produção concentra o capital, mas também os instrumentos de produção. A rigor, se há uma produção da cidade como nos fala Lefebvre (2010, p. 49), há a (re) produção das relações sociais: “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

### 1.3.1 A (re) produção social do espaço urbano

Cada sociedade cria seu próprio espaço e seu tempo. O espaço é, portanto, o reflexo da sociedade que o constrói, nos mostra Lefebvre (2010). Contudo, o autor assinala que tal reflexo é percebido pela apropriação e pelo conflito de dominação seja social ou econômico.

Desse modo, Haesbaert (2005) assevera que para Lefebvre o espaço é socialmente construído e se trata de um espaço-processo, já que nele estão contidos os processos de dominação e apropriação. Sendo assim, a cidade estaria sujeita aos interesses de grupos distintos que definem e redefinem sua produção. Para Lefebvre (2010):

(...) se se considera a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco, há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem lugar, uma “natureza”, um campo, um meio (...) (grifos de autoria) (LEFEBVRE, 2010, p. 52)

Nesse sentido, o autor considera que o espaço urbano e sua forma de organização é também a organização da produção social. Isto é, a noção de espaço urbano é compreendida sem abrir mão de sua dimensão social. Diz Carlos (2013) que a análise do processo de produção do espaço urbano expressa a prática sócio espacial, daí a necessidade de se compreender o processo de produção do espaço fundamentado nas mais variadas relações sociais, sejam elas políticas, ideológicas, culturais e/ou jurídicas.

Por isso, Corrêa (2013, p. 43) considera importante discutir os agentes da produção do espaço. Segundo este autor, seja numa dimensão interurbana ou intraurbana, a produção do espaço urbano “é consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses” e estratégias.

Nesse sentido, a produção espacial tem uma dimensão temporal e esta está conectada à determinada formação socioespacial capitalista, segundo Corrêa (2013). Assim há em seu interior relações de poder exercidas pelos agentes que, de fato, controlam o espaço. Para Raffestin (1993) a manifestação do poder no interior das relações sociais é um processo de troca:

(...) as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. (...) passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.(...) (grifos de autoria) (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

Desse modo, a manifestação do poder é um sistema de signos, símbolos e código de representação. Ante Raffestin e Lefebvre, é possível dar-se conta que o poder se manifesta pela comunicação e nela, há elementos que revelam as representações de um (ou outro, ou vários) grupo social (SCHIMIDT, 2009)

Ainda em Raffestin (1993) se percebe que, sendo a prática espacial induzida por um sistema de ações ela se traduz na produção espacial, de modo que o território é o resultado de ações conduzidas pelos agentes produtores do espaço.

Pergunta-se Corrêa (2013, p. 44) “Quem são esses agentes sociais da produção do espaço?” para, tomando como referência Horário Capel, ser taxativo: “proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado (...)”. Desse modo dialoga, com Bobbio (1987) que enfatiza que as discussões sobre as relações de poder e o espaço (de modo específico, o território) têm três dimensões: a do poder econômico, do poder ideológico e o poder político.

Nesse sentido, o domínio espacial assume territorialidade e abarca as práticas de exercício de poder; e o espaço, no limite, refletirá as estratégias e as práticas espaciais. Nesse caso, o poder local, composto por interesses que dão sentido à organização intraurbana revelam as estratégias espaciais, como

nos mostra Corrêa (2013), e sua relação com os grupos sociais que participam do espaço socialmente construído.

Conforme o exposto, partimos na nossa abordagem de interação entre a produção do espaço e as relações de poder, sobretudo nas práticas locais como instrumentos que normatizam o espaço urbano. Contudo, temos clareza de que o par produção do espaço/ relações de poder apresenta limitações no que se refere à interpretação do processo espacial como totalidade

Entretanto, a perspectiva proposta de análise do processo de produção do espaço urbano, no caso particular de Campina Grande, nos possibilita desvendar as características ideológico-discursivas sócio espaciais da cidade. Dessa forma, a interpretação das relações sócio espaciais das forças institucionalizadas possibilita a compreensão da dinâmica da reprodução do espaço urbano de Campina Grande ao longo do tempo.

Assim, antes de partirmos para as interações que dimensionaram o espaço da cidade e construíram lógicas de ações e intervenções que repercutiram no espaço (ora para reconhecer os processos de ordem ideológica), faremos uma breve discussão sobre a evolução da morfologia da cidade ao longo do tempo.

### **1.3.2 O processo de urbanização de Campina Grande**

Campina Grande, assim como a maioria das cidades brasileiras, tem sua origem é vinculada aos traços deixados pela colonização portuguesa: em geral, o núcleo primaz se originava no entorno do largo da igreja aonde se davam entroncamentos de estradas. Segundo Maia (2017, p. 39), essa característica representa o “saber-fazer das cidades portuguesas”.

Situada no interior do estado da Paraíba, aonde conhecemos hoje como Agreste, sua ocupação é, em relação à área litorânea, tardia. A produção do espaço do que viria ser chamado de Campina Grande se deu vagorosamente e sem plano expansionista, já que a cultura canavieira e a produção do açúcar nas áreas litorâneas eram dominantes, favorecendo a criação de gado enquanto atividade subsidiária da cana de açúcar (ALMEIDA, 1962; ANDRADE, 2005).

A formação e a estruturação espacial de Campina Grande estão ligadas, portanto, à mobilidade populacional derivada da criação do gado.

Mais tarde a criação do gado fez com que a atividade criatória migrasse, para o interior. Com o objetivo de expulsar os índios e se apossar das terras, a coroa portuguesa doou lotes de terras através da concessão das sesmarias (JERONIMO DOS SANTOS, 2007, p. 20).

A partir do século 17, Campina Grande e todo o interior do Nordeste brasileiro eram conhecidos como as sesmarias sertanejas, conforme Jerônimo dos Santos (2007), e eram ocupadas por pecuária e agricultura de subsistência, com o objetivo de subsidiar a vida nos engenhos, (GURJÃO, 1999). Foi Teodósio de Oliveira Ledo que trouxe consigo alguns indígenas para o Planalto da Borborema provenientes da região do rio Piranhas para o aldeamento do que viria a ser Campina Grande:

Segundo Almeida (1962, p. 37 - 38), não foi difícil para os “Oliveira Lêdo”, dar continuidade ao desenvolvimento do aldeamento iniciado com os indígenas Ariús, uma vez que o território oferecia condições favoráveis para tal: “a amenidade do clima, a existência de matas, a natureza do solo e, principalmente, a sua localização, ponto de passagem preferido nas comunicações entre o sertão e o litoral”. Campina Grande surgira, assim, vinculada, ao que o supracitado autor chama de “vocação natural” para ser um centro.

Conta Câmara (1999) que em 1788 o Ouvidor-mor da Paraíba Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes, solicitou junto ao governo de Pernambuco a criação de uma vila nos Cariris Velhos. Fato que só se consolidou em 28 de abril do mesmo ano, quando o governador geral de Pernambuco lhe concedeu permissão para erigir a freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de Cariri de Fora (hoje São João do Cariri) à vila, sob a denominação de Vila Nova da Rainha.

No entanto, em viagens para instalação das vilas no Rio Grande (do Norte) – a Vila do Príncipe, posteriormente conhecida como Caicó – e passando pela Campina Grande, o Ouvidor-mor foi procurado, segundo Almeida (1962, p. 41) “por várias pessoas, em grande parte pela família

Oliveira Ledo” a fim de convencê-lo a elevar a freguesia da Campina Grande e não a de Cariri de Fora como tivera sugerido o governador-geral.

Assim, o Ouvidor-mor Andrade Brederodes, escreveu ao Governador de Pernambuco tal solicitação, do qual recebeu como resposta sua permissão para que a Vila Nova da Rainha fosse erigida na campina grande em detrimento a ordem anterior em criar tal vila na freguesia de Cariri de Fora:

[...] pela razão de ser aquêlê terreno seco que não admite plantações e só unicamente fazendas de gado, de sorte que para se proverem de farinhas as vão buscar dalí a muita distância, quando pelo contrário o lugar da Campina Grande tem junto de si terras de plantar [...] ordeno a vossa mercê que crie na freguesia da Campina Grande a mencionada Vila Nova da Rainha, que tinha determinado se criasse no lugar dos Cariris [...](Carta do governador de Pernambuco D. Tomás José de Melo. *In*: ALMEIDA, 1962, p. 41-42).

Mais do que a importância dos homens caririenses que impusera sua influência para permitir que a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de Cariri de Fora fosse erigida à vila, a localização geográfica da Campina Grande fora utilizada como sido o bem mais importante. Entretanto, tal localização apenas destacava-se graças à existência da produção de farináceos. Campina Grande não estava inserida na cultura açucareira como era a região do Brejo paraibano, também não possuía expressivas fazendas de gado como se encontrava o Sertão.

Nem mesmo a abundância dos moradores de Cariri de Fora foi suficiente para fazê-la erigir ali a vila. Da mesma forma, somente o fato de Campina Grande estar inserida “na estrada geral que vai das praças para os mais sertões” (ALMEIDA, 1962, p.43), não dá conta de, tão-somente essa localização e por si só, explicar a importância dessa freguesia, não obstante vila, para aquele período histórico.

Portanto, agregue-se a essa condição a produção de farinha e o comércio estabelecido nessa praça entre este produto, a farinha largamente produzida, e o entroncamento de caminhos por onde trafegavam os boiadeiros e tropeiros que demandavam do sertão para o litoral.

Assim, diante da necessidade que os tropeiros tinham de adquirir farinha, ao retornarem do litoral da Paraíba e também de Pernambuco, era na Campina Grande que se abasteciam desse produto. Foi por isso que desviaram os caminhos “das estradas de Boqueirão, rumando, após as

gargantas de Anis, o rio Taperoá, os vales de Quixodi e Santa Rosa até alcançar Campina” (CÂMARA, 1999, p. 29). Dessa forma, Campina Grande passou a ser o principal interposto entre o litoral e os sertões para o comércio de farinha, de gado e para pousio, pois os tropeiros encontravam ali um ponto de descanso.

A partir do que escreveu Câmara (1999, p. 30), já se pode perceber que o ideário de tornar grande esta Campina, já ganhara corpo no século XVIII. Segundo este historiador a expressão econômica de Campina prosperou graças à “posição topográfica, o clima, a indústria farinácea, a proximidade do brejo e a burguesia abastada”.

Se os primeiros “forasteiros mostraram-se progressistas” a mistura de “pobres e mamelucos” em contato direto com os sertões, através da farinha, e com o Recife, através do gado tornou o campinense um “tipo social heterogêneo” que imbricava as maneiras sertanejas com as ideias recifenses (CÂMARA, 1999, p. 32-33).

Todavia, outras vilas paraibanas se mostravam mais expressivas e a Vila Nova da Rainha se inseria no grupo das vilas menos desenvolvidas, perdendo cada vez mais espaço para o comércio do Brejo de Areia e Montemor (hoje Mamanguape), além de outras vilas das províncias vizinhas que apresentavam um grau de desenvolvimento econômico incomparavelmente maior que o da Campina Grande.

Se a localização de Campina Grande era estratégica e se o meio em que fora construído foram atributos para destacá-la em escala regional, foram os pequenos agricultores que deram movimento ao seu comércio, porque de um lado o latifúndio canavieiro do Brejo e do outro o latifúndio pecuarista permitiu a surgimento do minifúndio<sup>10</sup> (ARANHA, 1991), que, com o excedente de suas produções abastecia, semanalmente, a feira de Campina Grande. Portanto, no século 19 os elementos que compunham o comércio da cidade a

---

<sup>10</sup> O fracionamento do latifúndio e sua consequente extinção no Agreste da Paraíba devem-se, em parte, a existência dos latifúndios pecuaristas e canavieiros no Cariri e Brejo, respectivamente. A manutenção de culturas como a cana-de-açúcar e a criação de gados, era tão dispendiosa quanto o cultivo da mandioca e a produção de farinhas, mas seus lucros eram demasiados. As fazendas do Agreste, que aos poucos foram perdendo lugar para os roçados de mandioca e casas de farinha, tiveram de ser fracionadas para manter o equilíbrio financeiro dado os baixos lucros das lavouras e elevadas despesas com tais culturas. Sobre o assunto consultar: Aranha (1991); Câmara (1999).

mantinha se não forte, viva. Além do mais, corria entre os habitantes a ideia de “vocação” do lugar em ser predestinado à grandeza.

A astúcia desse dizer da grandeza de Campina Grande é perceptível na observação da reconstituição do passado tanto pela voz dos historiadores como pela voz jornalística, em sua maioria atrelada à classe mais abastada do lugar.

Contudo, apesar de seu destacado comércio, notadamente de sua feira, o crescimento urbano do lugar se dava lentamente. Silva (2000, p. 23) constata que Campina estava “longe de preencher os requisitos e as funções inerentes a uma cidade” quando de sua emancipação política em 1864. Além disso, relata a historiadora supracitada que seu espaço estava desorganizado e não havia limite evidente entre o meio rural e o urbano.

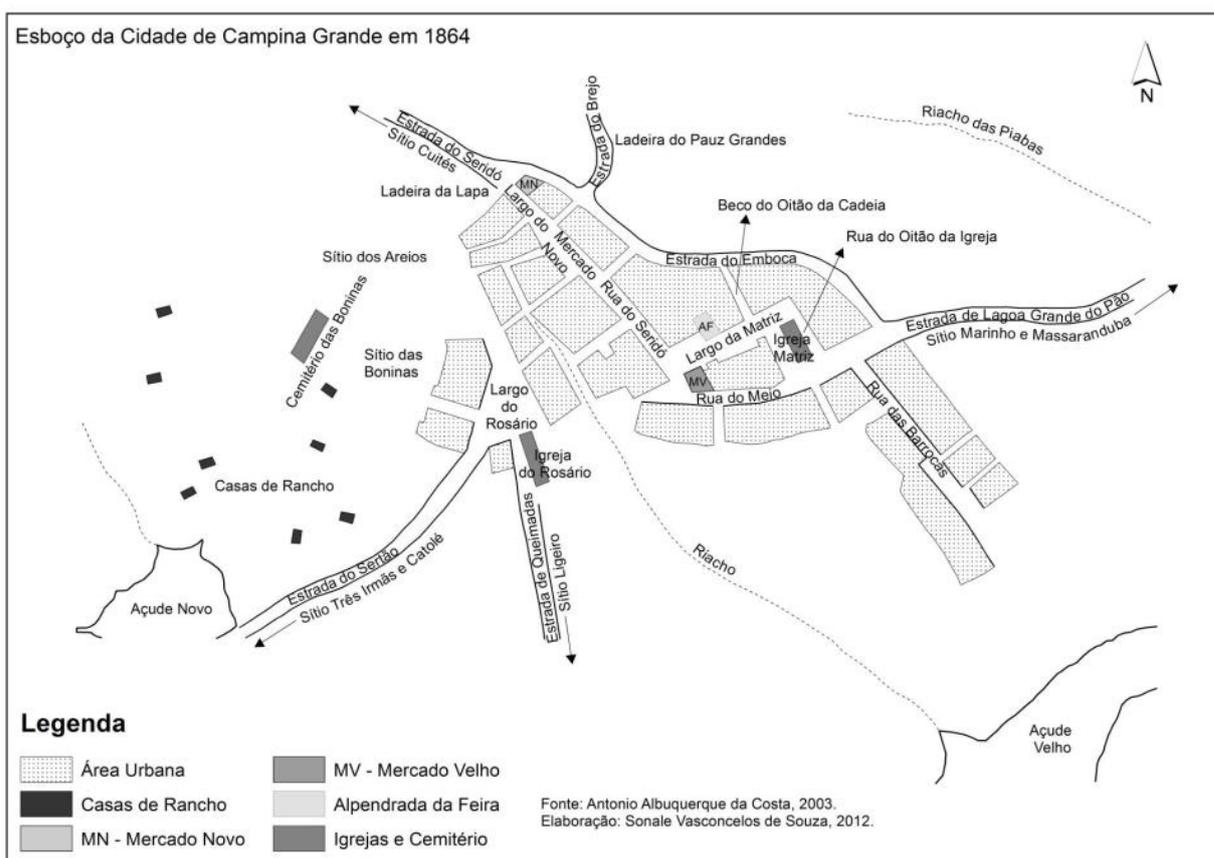


FIGURA 2: Croqui do espaço urbano de Campina Grande no ano de sua emancipação política.

FONTE: Souza (2013, p. 65)

No final do século XIX o aspecto da morfologia da cidade ainda estava fortemente vinculada às atividades do meio agrário. Para Silva (2000) é nesse período em que começa a se despontar uma nova área mercantil na pequena Campina Grande.

Próxima à igreja do Rosário uma via que se bifurcava entre as casas residenciais e a passagem dos negociantes de algodão, os tropeiros davam indícios de que se iniciava uma nova dinâmica econômica na cidade. Para Aranha (1993) o papel desempenhado pelos tropeiros foi de fundamental importância para o desenvolvimento do comércio algodoeiro na cidade. Segundo Silva (2009):

O algodão trazido e armazenado em Campina Grande ocupava vários recantos do povoado, lotavam, desde os velhos e novos armazéns erguidos na praça comercial a residências dos comerciantes e até a área das suas ruas e praças, onde eram ali pesados e comercializados. O acúmulo deste produto na cidade atraía compradores de várias partes da região até do exterior, como o mercado consumidor inglês que chegou a importar grandes volumes deste produto. (SILVA, 2009, p. 33).

Mas foi com a introdução do transporte ferroviário em 1907 que a cidade passa a desempenhar uma função de destaque no comércio do algodão. Mello (2002, p. 162) diz nenhuma cidade paraibana foi tão beneficiada pelo transporte ferroviário do que Campina Grande, e segue “convertida no mais importante centro urbano de todo interior nordestino”.

Para além de uma discussão sobre função e centralidade urbano-regional, importa dizer que segundo esse mesmo historiador a chegada do trem em Campina Grande se deu “graças aos esforços do chefe político Cristiano Lauritzen” e isto “significou a predominância de grupo algodoeiro, vinculado à Associação Comercial de Pernambuco”, no poder local (MELLO, 2002, p. 160).

No capítulo que se segue, estabeleceremos os pressupostos da inserção do trem no espaço urbano, bem como a produção do espaço urbano à luz dos discursos fundadores da cidade de Campina Grande.

## 2. CAPÍTULO

### **A ESCALA ESPAÇO-TEMPO NA CIDADE E O DISCURSO: uma possibilidade de leitura espacial para a compreensão dos processos de (re) produção do espaço em Campina Grande**

A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é vinculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos.  
Milton Santos

Para iniciar, a demanda que permeará essa discussão diz respeito ao modo como o estudo da Escala Geográfica pode auxiliar na interpretação do espaço e sua apropriação na cidade de Campina Grande.

Para além da ânsia de uma resposta rápida e a que pesa o estudo da escala, faz-se urgente, portanto, a compreensão de sua construção como categoria conceitual geográfica, uma vez que sua apreensão pode revelar as contradições do real e suas dinâmicas impessoais.

Marcelo Lopes de Souza sugere que um dos conceitos fundamentais para investigação “sócio espacial” (SOUZA, 2013, p. 86) é, justamente a escala. De acordo com o autor, apesar de na Geografia a escala cartográfica ser necessária, pois enquanto elemento informativo dá “voz” ao mapa, é a escala geográfica que dá sentido às pesquisas já que neste caso não é a dimensão física do espaço o ponto de chegada da pesquisa, mas justamente o inverso: é do espaço físico que se parte para se compreender as relações sociais.

Reverberando Racine, Raffestin e Ryffly (1983), Souza (2013) concorda que a escala é o ponto de vista social; é a possibilidade de compreender o espaço para além da divisão da superfície, mas aceitando que as relações sociais de poder tocam os fenômenos espaciais e, estes, a superfície (compreendida aqui como espaço físico).

Assim, tanto em uma obra como em outra, do final do século XX ou início do século XXI, os autores não negam a importância da escala

cartográfica, mas somam a ela uma dimensão multidimensional porque a escala geográfica é complemento da escala cartográfica (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY 1983, p. 124) e por isso, sua ação é multiescalar: tem a ver com a abrangência física de um fenômeno, cuja ação atinge as relações de poder que, devem ser compreendidas e reveladas dialeticamente a partir de sua apreensão intelectual, dado que os fenômenos sociais são extremamente mutáveis.

A escala de um fenômeno (seu alcance espacial) interessa tanto quanto qualquer objeto real: interessa na medida em que tomado com ponto de partida para a construção de objeto de conhecimento, com as escalas sendo tratadas como escalas de análise. E essas escalas não são invariantes. Elas variam, em número e natureza, da mesma maneira como variam os objetos de conhecimento, os modos de construí-los e as questões (os problemas) que orientam essa construção. (SOUZA, 2013. p, 188).

Desse modo, as configurações de um fenômeno se interconectam diretamente na sua distribuição estrutural, mas também espacial porque as motivações dos que tomam as decisões individuais se reverberam na dimensão comportamental inserida em um contexto específico, mas que pode tornar visível um conjunto de abstrações interligando-as diretamente com a dimensão temporal que se justapõe nas relações de poder.

A discussão via escala geográfica (a partir daqui trataremos apenas como escala) das relações de poder estabelecidas ao longo do tempo como forma de apropriação do espaço é neste ponto primordial. Para tanto, segue uma discussão sobre a apreensão relacional da escala a que pese possibilitar a compreensão dos processos de produção do espaço de Campina Grande que possam revelar, na relação espaço-tempo, possibilidades de reestruturação urbana e regional como produção social atrelada à reconfiguração histórica e, claro, à ação política.

Para tanto lançamos mão de uma *corpus* de análise jornalístico. Neste caso, dos jornais mais antigos que circularam na cidade e que não afirmavam suas motivações políticas, ainda eu suas práxis as denunciem. Assim estabelecemos uma análise a partir dos seguintes jornais:

Quadro 1: Jornais que compõem a primeira parte do *corpus* de análise

JORNAL	FUNDAÇÃO	FUNDADOR/DIRETOR	PERÍODO DE CIRCULAÇÃO
Gazeta do Sertão	1888	Irineu Jófilly	1888-1924 com interrupções
A Palavra	1925	Não encontrado	1925
Comércio de Campina	1932	Almeida Barreto e Alfredo Dantas	1932-1933
Voz da Borborema	1937	Acácio Figueiredo	1937 - 1939

Organização: o autor

Além desses jornais, o leitor se deparará no segundo tópico deste capítulo com os jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba. Nesse caso é necessário destacar que todo o acesso ao JP se deu via *online* no acervo digital disponibilizado pelo jornal no período de março de 2017 a março de 2018, bloqueando a partir de então o nosso acesso.

Em se tratando do Diário da Borborema, a jornada de pesquisa foi um pouco mais dificultado: ainda que todo o acervo do jornal esteja disponibilizado na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida no interior do campus I da Universidade Estadual da Paraíba o seu acesso não é muito facilitado: os cadernos dos acervos não são organizados por data, mas por número dos jornais, fato complicador porque um mesmo caderno pode perder a linearidade temporal das publicações. Além disso, a biblioteca não permite a realização de fotografias do acervo sob o argumento de que é apenas cuidadora de tal estoque, ficando com os Diários Associados o direito autoral.

Desse modo, tivemos que folhear todos os cadernos e transcrever os editoriais (completo ou em partes) que poderiam nos interessar. Assim o leitor encontrará partir deste ponto as análises da produção do espaço urbano campinense a partir da linguagem midiática.

### 2.1 A escala, a relação espaço-tempo e os discursos fundadores de Campina Grande: rupturas, simultaneidade e continuidade

Nesta seção, nos debruçamos sobre as discussões significativas que tratam da produção do espaço urbano, em períodos pretéritos, de Campina Grande. Dessa forma, seguiremos buscando considerar a relação conceitual

entre a produção desigual do espaço a partir da nossa interpretação da imposição do *status quo* do modo de produção capitalista ao longo do tempo e a divisão técnica do trabalho. Sem esquecermos, claro, que uma das proposições metodológicas sugeridas por Brenner (2013) é, justamente, que os arranjos pretéritos são condicionantes dos processos de reescalonamento sendo que a ação transformadora desses arranjos associa-se às estratégias das relações sociais de poder que visam reajustar tais arranjos.

Nesse contexto, Corrêa (2007) considera três elementos como essenciais para a compreensão de uma cidade média:

Na construção de um possível quadro teórico sobre a cidade média admite-se preliminarmente a necessidade de se considerar três elementos, compreendidos aqui como essenciais: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais (CORRÊA, 2007, p. 29).

Estamos convencidos de que somente a localização de Campina Grande, enquanto caminho do gado e que se caracterizava em sua condição de contato entre o litoral produtor de cana de açúcar e o sertão, não dá conta de explicar o fenômeno da centralidade de Campina Grande. Mesmo que, de acordo com Cardoso (1963), o crescimento econômico de Campina Grande tenha sido impulsionado, grosso modo, por sua localização geográfica e que este crescimento tenha sido um fenômeno impressionante, acreditamos que a existência da elite local manteve os interesses de tornar a cidade um centro de irradiação de influência para uma vasta área do Nordeste brasileiro.

Para Vieira (1979, p. 32) “Campina Grande sempre lutou para equiparar-se à capital ou mesmo superá-la pela conquista de uma posição de liderança em âmbito estadual”, neste caso o autor se refere aos “membros mais atuantes” da sociedade campinense elencando os intelectuais, a elite comerciária e política, e segue sobre a ação desses grupos em tornar Campina Grande a mais importante cidade do estado:

Quando atinge tal objetivo é por esforço próprio, numa luta incessante dos membros mais atuantes da comunidade. É necessário não apenas assegurar essa posição hegemônica, mas fazê-la crescer sempre mais, tarefa essa a ser desempenhada por toda comunidade campinense (VEIRA, 1979, p. 36).

É essa elite empreendedora, historicamente presente em Campina Grande que marca a diferença entre ela e outras cidades porque permitiu a

criação de interesses locais e regionais que projetaram a cidade em âmbito regional.

A articulação entre os três elementos propostos por Corrêa (2007) nos dá possibilidade de entender cada fase do crescimento urbano e desenvolvimento econômico campinense. Nesse caso, Brenner (2013) se faz presente, uma vez que tal processo redefine as posições das formações sócio espaciais redefinindo/reajustando o movimento das relações de poder.

Dessa forma, muito do que a história oficial revela busca sustentação em já-ditos pela voz dos primeiros jornais a circular na localidade em questão. Daí a importância desses relatos nessa análise. Importante contextualizar que as condições de produção discursivas no final do século 19 e até a primeira metade do século 20 (especificamente até o final da República Velha) são influenciadas pela “Belle Époque” brasileira.

Tal movimento influenciou nas mudanças cultural, artístico e político do Brasil do emergir da República até a chamada “Revolução de 1930”: Avanço tecnológico, embelezamento arquitetônico e o cultivo de elegância e refinamento comportamental como sinônimo de educação dava a compreensão de o que era ser civilizado. De modo que quanto mais civilizada uma sociedade, maior o progresso.

No Brasil da Belle Époque, no final de século XIX e início do século XX, estas formas estavam entre as mais defendidas pelas elites regionais, numa tentativa de criar uma sociedade brasileira pautada nos padrões sociais e de conduta individual “à européia”. (FIGUEIREDO, 2012, p. 72)

São nessas condições que, no final do século 19, Irineu Jóffily fundou a “Gazeta do Sertão”. Um jornal político, comercial e noticioso como seu fundador o definira. Com circulação bissetimanal, esse jornal se propunha a discutir e levar para a sociedade campinense as principais notícias do lugar. É importante destacar que também apresentava um viés, fortemente, político já que Jóffily jamais escondeu seus interesses em participar da vida política de Campina Grande, mesmo da Paraíba.



FIGURA 3: Gazeta do Sertão de 01 de março de 1889

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/09/os-problemas-de-campina-grande-na.html#.WP9Wp2krLIU> acessado em 12/11/2016

Em 01 de março 1889 em editorial publicado em seu jornal, Jóffily deixa claro seu posicionamento ideológico e reclama da ineficácia política em garantir a primazia de Campina Grande frente às demais localidades:

O elevado concêito em que é tida esta cidade, não somênte nôsta, mas nas províncias vizinhas, não é, a certos respeito, bem merecido. Muito ainda é preciso fazêr-se para que ela corresponda inteiramente a fama que goza. Não há dúvida que, pela sua posição topográfica, Campina está destinada a ser império do sertão, e já de alguma forma o é. Colocada quase na extremidade oriental do vasto planalto da Borborema, justamente no meio do território paraibano, tão distante das extrêmas do Rio Grande do Norte, quanto das de Pernambuco, é ela, desde a sua fundação, um ponto obrigatório de todo o comércio sertanêjo [...] Mas esta feliz posição, durante mais de meio século, não concorreu para o seu aumento, sinal evidente de que os seus habitantes, então, não souberam aproveitar as bôas condições da localidade[...] São esses dois pontos que lhe dão primazia sobre outras localidades da província: comércio de trânsito ativo e população superior [...] O qualificativo do “Grande”, que tem esta cidade, tem sido até hoje somênte uma aspiração, faz-se preciso que a nossa administração municipal o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance.(Gazeta do Sertão. Campina Grande, 01/03/1889)

A partir do fragmento acima é possível apreendermos que, para além da realidade, o espaço campinense fora forjado com o objetivo de ser grandioso. A superioridade urbana que reclamava Jóffily estava carregada dos ares de modernidade do final do século 19.

Era preciso romper com influência colonial, tida como atrasada, e experimentar transformações que ocorriam em diversos centros urbanos mundo afora, a exemplo de Londres e Paris. Para superar o atraso era preciso adaptar as ruas, as casas, as praças, os hábitos:

Apesar das grandes matas então existentes e da abundancia de outros matériaes, ricos proprietários desse tempo nunca se animaram a construir boas casas para suas residências. Ainda hoje vêem dois miseráveis casebres, onde tinham residências habituaes, no princípio deste século, dois grandes proprietários, causando admiração, como podiam eles hospedar ali os ouvidores, e, ainda mais, os bispos que visitaram esta freguesia. [...] Encaremos agora, a cidade a respeito do assêio e nivelamento das ruas, regularidade de sua edificação e de outros melhoramentos materiaes. Nêste sentido, é má a impressão de quem pela primeira vez visita Campina. Grandes espaços desocupados, ruas sem alinhamento preciso, cheias de escavações ocasionadas pelas águas pluviaes, tal é a vista que se lhe oferece logo; com a única exceção da Praça da Independência, que, com sua arborização e estabelecimentos comerciaes, forma um verdadeiro contraste com as demais ruas e praças. Êste aspecto geral da cidade revela a incúria de todas as administrações municipaes que nem ao menos como o exemplo da vizinha cidade de Areia, tentaram qualquer melhoramento de higyene e aformoseamento [...] A habilitação da maioria dos vereadores quer de um, quer de outro partido monárquico, são geralmente reconhecidas; o que falta a essa força de vontade, essa perseverança que vence todos os obstáculos, é a união que dá a força. (Gazeta do Sertão. Campina Grande, 01/03/1889).

É importante perceber como o espaço de Campina Grande foi produzido. O efeito de sentido sugerido pelo texto ao destacar a posição geográfica se refere também ao desempenho do “sujeito urbano” para além do recorte espacial, e atingindo as relações sociais.

Compreendemos que Campina Grande surgiu como um campo de disputas e interesses o que nos remete à própria compreensão da noção de cidade. Noção esta que permeia esta pesquisa e dá o significado político a ela atribuído, pois possibilita a compreensão dos processos econômicos e sociais que prescindem o urbano.

Para Orlandi (2004) a cidade se constitui um espaço cujos sujeitos impõem gestos de interpretação. Desse modo é primordial perceber que as formulações discursivas do lugar de onde se fala, narra os sujeitos urbanos, ou seja: quem fala, o faz de um lugar institucional interpelado por uma ou várias FDs.

A Gazeta do Sertão exprime esse juízo de valor, pois, define, pelo discurso, quais personagens estabelecem o padrão do lugar. Através do gênero editorial, nega-se imagens e se constrói outras. A Campina Grande desejada entra em conflito com a Campina Grande realizada.

Nesse sentido, Joffily em seu jornal começa a pôr em prática o embrião do disciplinamento dos habitantes da cidade, como dissemos anteriormente; seu olhar busca apresentar uma Campina Grande de futuras manifestações econômicas, culturais e políticas.

A sucessão dos fatos históricos com emergência do século 20 e com ele as transformações urbanas inauguradas em Campina Grande decorrentes de dois fatos importantes, notadamente a produção de algodão e a chegada da linha férrea, apresentam uma forte transformação do espaço intraurbano e também a construção de imagens-síntese de Campina Grande.

O algodão, um produto autóctone, encontrou condições favoráveis ao comércio. Espalhando-se nas terras das fazendas de gado, requeria pouco investimento de capital, uma vez que o restolho da lavoura servia de alimento para o gado. (GURJÃO, 1999, p. 74; ANDRADE, 2005, p. 158).

A cotonicultura deu ares de modernização a Campina Grande que já se destacava no final do século 19 como um importante centro algodoeiro que ligara o Sertão à cidade do Recife.

[...] antes mesmo da chegada do trem [...], o movimento comercial campinense era pujante o suficiente para que pudesse ser considerado o local de convergência entre o sertão paraibano e o “corredor comercial” que se estabelecera entre este último e o Recife, considerado o maior entreposto do Nordeste. Com efeito, Campina Grande chega ao final do século XIX como uma praça intermediária por excelência. (ARANHA, 1991, p. 57).

Mas é no início do século 20 que a expansão do comércio estimulou o crescimento urbano. Este crescimento redesenhou o traçado das vias férreas, que agora, passavam a privilegiar os centros urbanos de elevada atração

populacional e comercialização da produção algodoeira (GURJÃO, 1999). Campina Grande, nesse caso, foi privilegiada com o prolongamento das ferrovias que transformaram algumas cidades em “pontas de trilho”, como nos mostra Maia (2017, p. 31), favorecendo o crescimento urbano e transformando-a no “principal centro comercial do interior do Nordeste” (GURJÃO, 1999, p. 79).

Com a chegada do trem em 1907, Campina Grande experimentou o seu mais importante crescimento “seja em número de edificações ou de população, seja no que se refere às suas atividades comerciais, com destaque para a economia algodoeira” (ARANHA, 1991, p. 81).

Assim, esse equipamento transformou o espaço campinense e marcou seu processo de urbanização. Favoreceu a ampliação da área de influência da cidade, destacando o seu papel central para grande parte do interior da região Nordeste, transformando-a na “Capital do Sertão<sup>11</sup>”.

[...] o fato de que possuía a maior arrecadação do interior paraibano, ela (Campina Grande) não se tornara ainda o grande empório do sertão, posição que só é alcançada na primeira década do presente século, com a chegada da estrada de ferro. É que antes a cidade era obrigada a conviver com a concorrência de outros centros comerciais que buscavam capturar o Sertão paraibano, como era o caso de Mossoró no Rio Grande do Norte. Constatamos que essa cidade norte riograndense exercia forte ascendência comercial sobre o Sertão paraibano e, por isso mesmo, só alguma vantagem especial possibilitaria que levas e levas de tropeiros abandonassem a estrada que a conectava. Essa vantagem, Campina Grande a consegue com a chegada da estrada de ferro, levando contingente inteiros (sic!) de sertanejos a abandonarem a estrada de Mossoró. (ARANHA, 1991, p. 56).

Com a ligação da via-férrea *Great Western of Brasil Railway* (G.W.B.R.) em outubro de 1907, Campina Grande assumiu a condição de extremidade da linha férrea e logo que se tornou “ponta de trilho” apresentou um relevante crescimento que já denunciava as transformações por que passaria a cidade ao longo das próximas cinco décadas. (ALMEIDA, 1962).

---

<sup>11</sup> Essa denominação foi utilizada por Cardoso (1963) para referir-se à importância que Campina Grande desempenhara em meados do século XX para grande parte do interior nordestino. O autor não considera ser o sertão a região geográfica como compreendemos hodierno, mas a compreensão dada pelos colonizadores que ao saírem do litoral em direção ao interior, graças ao deslocamento da criação de gados, perceberam grandes diferenças fisiográficas. Assim, o sertão era compreendido como sendo o interior da colônia. Campina Grande localiza-se no Agreste da Paraíba, faixa de transição entre o litoral úmido e o sertão (região geográfica) semiárido.



FIGURA 4: Mortologia urbana de Campina Grande em 1907, ano da chegada do trem.

FONTE: QUEIROZ (2008, p. 42)

Em 1907, antes da chegada dos trilhos da G.W.B.R, a cidade contava com 731 casas se configurando como uma cidade de hábitos genuinamente rural, como podemos observar na figura 4. Contudo em 1913 passa a ter 1216 edificações provocando desde esse período problemas de cunho urbano decorrentes de seu crescimento “desembestado” como expressa Almeida (1962). Desse modo, podemos perceber que a introdução do trem, começou a mudar rapidamente o espaço urbano campinense.

De acordo com Maia (2017), empresas de beneficiamento de algodão e vários curtumes começaram a se instalar no entorno da estação. Além disso, como a estação fora construída distante do arruamento principal de Campina Grande, o governo municipal construiu estradas que davam acesso facilitado a ela, a partir da cidade, como nos mostra Almeida (1962). Tais fatos passaram a configurar a área da estação ferroviária como “área de expansão do Núcleo Primaz” (MAIA, 2017, p. 81).

O mais célebre representante da burguesia político-algodoeira campinense e responsável direto pela chegada do trem na cidade é Cristiano Lauritzen, chefe político, prefeito da cidade e abastado comerciante que desde o fim do século 19 e primeiros anos do século 20, usava sua influência no meio político para tentar persuadir grandes personalidades políticas no cenário estadual e nacional, a exemplo de Epitácio Pessoa, Álvaro Machado, Venâncio Neiva, Almeida Barreto e Rodrigues Alves (ALMEIDA, 1962, p. 341-347) para fazer o trem atingir a altura de Campina Grande.

Cristiano Lauritzen considerava, segundo Almeida (1962) que a estrada de ferro era o principal problema de Campina Grande, pois para ele este incremento técnico permitiria o desenvolvimento rápido da cidade e garantiria sua hegemonia em todo o interior do Nordeste. Acertou em suas previsões, pois de acordo com Almeida (1962, p. 349) em um curto período de oito anos a cidade teve um aumento de 435 casas.

Nesse sentido, a chegada do transporte ferroviário em Campina Grande dependeu muito mais dos interesses políticos do que da sua importância comercial ou localização geográfica, não mitigando esses elementos, pois de acordo com Aranha (1991):

[...] a estrada de ferro para chegar a Campina Grande dependeu, também, das ingerências políticas e ingerências políticas de caráter

tradicional. Sim, de caráter tradicional porque sem o prestígio pessoal de Cristiano Lauritzen, chefe político local perfeitamente em sintonia com grandes lideranças políticas estaduais, como Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa, provavelmente a estrada de ferro não teria singrado Campina Grande. (ARANHA, 1991, p. 79).

E quando esta estrada de ferro atinge Campina Grande, conecta-a à cidade do Recife. Essa conexão cobriu Campina Grande de uma atmosfera de modernidade, mudando os hábitos dos cidadãos que passaram a absorver as inovações que, pelo trem, chegavam à cidade vindas do Recife. Campina Grande tornava-se assim uma cidade “pernambucaníssima” segundo Mello (1995, p. 162).

Segundo Maia (2017) a instalação das ferrovias no Brasil esteve relacionada ao comércio agrário-exportador e se conectava via comércio marítimo. Dessa forma, compreender a instalação das ferrovias possibilita a reflexão sobre a relação do espaço e da técnica, de tal modo que analisar o espaço urbano e suas transformações a partir da instalação da ferrovia, possibilita um aprofundamento na compreensão do próprio espaço urbano.

Se para Almeida (1980, p. 350) Campina Grande era o principal empório comercial do Recife, bem como para Costa (2003) que relata que o Recife viu em Campina Grande o seu entreposto mais avançado na drenagem da produção do interior paraibano, isto só é possível pela relação imbricada entre a ferrovia que conectava a praça de Campina Grande ao porto do Recife:

Como “ponta de entrada” para o Sertão e como “ponta de trilhos”, Campina Grande passou a representar o centro difusor do comércio e serviços recifenses, mas também foi definindo um amplo raio de influência para si. [...]. Campina Grande, por sua vez, torna-se um centro, de primeira ordem, hierarquicamente, subordinado ao Recife, porém comandando imensa quantidade de pequenas localidades centrais, em extensa área aonde a presença de centros intermediários era quase ausente. (COSTA, 2003, p. 32-33).

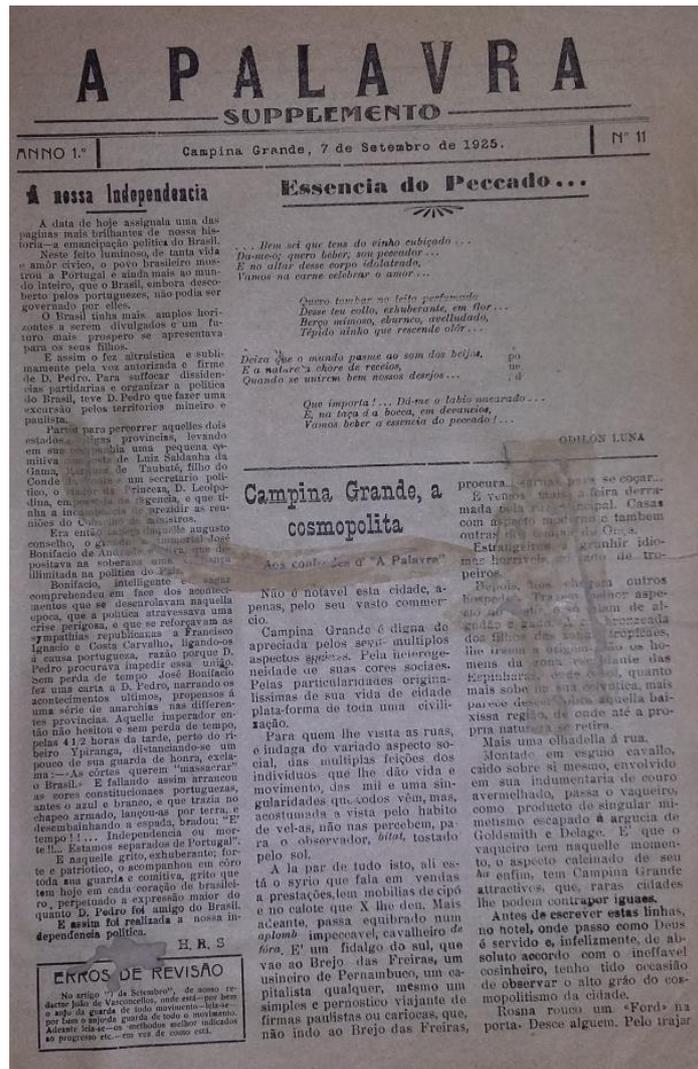
Entretanto, somente o fato de ser “ponta de trilhos” não era suficiente para garantir a Campina Grande a tão propalada hegemonia no interior nordestino, mas some-se a isso a qualidade dessa extremidade. Campina Grande manteve-se na condição de ponta de trilho durante 50 anos (1907-1957), mas, sua ligação direta ao maior porto de exportação do Nordeste e o fato dessa ponta de trilho se localizar no entroncamento das principais estradas

da Paraíba e estados vizinhos, lhe rendeu características peculiares e excepcionais. Segundo Aranha (1991):

[...] dos inúmeros exemplos acerca do papel desempenhado pela ponta de trilho, especialmente quando estabelecidas com base em certas condições, Campina Grande constitui um exemplo sui generis. Se existiram outras pontas de trilho importantes, como Arcoverde em Pernambuco, de 1912 a 1930, Alagoinhas na Bahia, de 1863 a 1880, Teófilo Otoni em Minas gerais, de 1898 a 1918, dentre outras, nenhuma se equiparou a Campina Grande. Acontece que aqui a ponta de trilho tinha uma particularidade toda especial, a de poder prestar serviços a uma vasta área sertaneja da Paraíba e dos Estados limítrofes. Só na Paraíba essa área correspondia a mais da metade do Estado. Portanto, a ponta de trilho, de que estamos falando, tirou proveito da própria exiguidade da malha ferroviária paraibana, atingindo algumas áreas dos Estados vizinhos. (ARANHA, 1991, p. 93).

Consideramos que os principais fatores que tornaram Campina Grande, ao longo do tempo, uma localidade central que passou a exercer sua centralidade a um vasto território e a influenciar uma considerável rede de cidades comandadas pelo Recife foram: os entroncamentos das estradas que davam acesso ao Sertão, a produção e a comercialização do algodão, a ponta de trilhos e, claro, as articulações político-midiáticas que foram somadas aos interesses da elite local em irradiar influência para os centros menores.

Tal característica pode ser observada na capa do jornal “A Palavra” de 7 de setembro de 1925 cujo título é “Campina Grande, a Cosmopolita”:



FOTOGRAFIA 1: Jornal A palavra – Supplemento: 7 de setembro de 1925

Autor: ARAUJO, J.A.S. Pesquisa no arquivo da Biblioteca Atila Almeida em 03 de março de 2017.

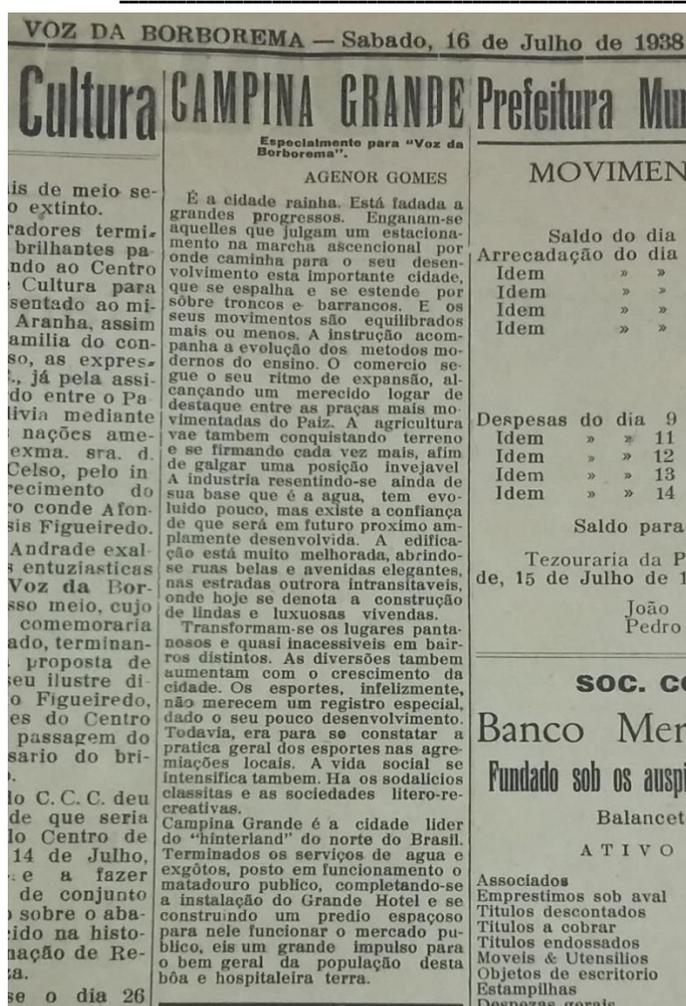
Neste artigo, é perceptível a presença de uma FD cuja principal característica é reafirmar a grandeza e a atmosfera de modernidade que Campina Grande respirava. Ao optar pelo vocábulo “Cosmopolita”, o autor levava o leitor a resgatar em sua memória a ideia de que a cidade agregava todas as nacionalidades. (A PALAVRA, 7/09/1925. p.1).

Desse modo, Campina Grande é apresentada como “cidade plataforma de toda uma civilização”. Observemos que a escolha lexical tem um objetivo claro: apresentar uma Campina Grande que jamais coube dentro dos seus limites territoriais. Campina Grande é do mundo, agrega a todos, mas ao mesmo tempo é única em sua região, pois tem “atrativos que, raras cidades lhe podem contrapor iguaes”. (A PALAVRA, 7/09/1925. p.1).

O jornal recupera os termos conhecidos pelos leitores, para atravessá-los de significados dotados de experiência e sentidos que garantem influência no comportamento dos sujeitos: O rosnar de um “Ford” guiado por um “matuto” denota ares jamais vistos. Campina Grande agrega o velho e o novo; “gregos e troianos”. E em seu interior, “recebe a todos sorridente”. Vindos de trem e através de seus trilhos, fazendo de Campina, cosmopolita que “avança, cresce, avulta na marcha do Tempo, para a vitória suprema de sua finalidade social”. (A PALAVRA, 7/09/1925. p.4).

Na verdade, a ferrovia reforçou o desenvolvimento econômico da cidade, mas vale contextualizar o momento em que, no Brasil, há uma maior inserção da Divisão Internacional do Trabalho – DIT, de acordo com Gurjão (1994). O intenso movimento comercial produziu uma acumulação de capital em Campina Grande que, aos poucos, impulsionava uma nova estruturação do espaço urbano. Afinal Lefebvre (2008) nos apresenta o espaço como continente e conteúdo repletos de sentidos que, se não produz, influencia o comportamento dos habitantes/usuários.

Percebamos que esta Formação Discursiva perdura como Formação Ideológica ao longo das décadas interpelando os sujeitos, levando-os a assumir o caráter único da cidade. Em 1938, sob o título “Campina Grande”, o jornal “Voz da Borborema” traz um enunciado cuja presença torna-se marcante, especialmente, ao longo da segunda metade do século 20:



FOTOGRAFIA 2: Jornal Voz da Borborema, 16 de julho de 1938

Autor: ARAUJO, J.A.S. Pesquisa no arquivo da Biblioteca Atila Almeida em 24 de março de 2017.

“É a cidade rainha. Está fadada a grandes progressos” assim inicia o artigo em um jornal com fortes vinculações políticas. Voz da Borborema teve como diretor/fundador o senhor Acácio Figueiredo num momento em que seus dois irmãos figuraram no cenário político. Argemiro Figueiredo e Bento Figueiredo foram governador e prefeito, respectivamente, da Paraíba e de Campina Grande.

A Bento é atribuída a implantação de diversos equipamentos públicos para melhoramento do uso do espaço urbano<sup>12</sup>. A Argemiro Figueiredo,

<sup>12</sup> De acordo com Raul Ferreira em artigo publicado no Blog Retalhos Históricos de Campina Grande, a administração de Bento Figueiredo se caracterizou por melhoramentos como a implantação de uma fonte luminosa na Praça Clementino Procópio; a construção da linha d'água a partir do calçamento de várias ruas centrais; o alinhamento de várias ruas centrais com a desapropriação de imóveis; a construção de um relógio carrilhão na sede do governo municipal; a reforma e ampliação do cemitério Nossa Senhora do Carmo (mais conhecido como cemitério do Monte Santo); a criação e construção da biblioteca municipal; implantação do Mercado Novo e a construção do Matadouro público. Além de outras obras com o intuito de

Almeida (1962) atribui o fomento à lavoura de algodão, introduzindo técnicas modernas de plantio<sup>13</sup>.

O Jornal “Voz da Borborema” é porta voz dos feitos políticos de Argemiro e de Bento. Campina Grande passa a ser o campo de atuação política e também de ação desse grupo que passa, pouco a pouco, a produzir o espaço campinense para além dos limites municipais. “Campina Grande é a cidade líder da ‘hinterland’ do norte do Brasil. Terminados os serviços de água e esgoto [...] do matadouro público [...] do Grande Hotel” seguirá uma “grande impulso para o bem geral [...]”(VOZ DA BORBOREMA, 16/07/1938. p.3).

Eis aqui um exemplo dos agentes sociais produtores do espaço. Afinal, como nos mostra Corrêa (2013) é a partir de suas ações que o espaço é produzido e impregnado de materialidades. Entretanto, não só os promotores imobiliários, mas políticos se coadunam para produção espacial. Ora, se uma Formação Discursiva, como decorrência de formações ideológicas, interpela os sujeitos criando regularidades no discurso, e esta regularidade se materializa no espaço; podemos abstrair que este espaço é produzido a partir das práticas espaciais e que reflete as estratégias de quem lhe forjou.

A atuação do Estado em Campina Grande na primeira metade do século 20 assumiu múltiplos papéis no contexto econômico, político e social. De acordo com Sá & Araújo (1988) entre as décadas de 1940-1960 a cidade saltou de 33.800 habitantes para 116.200 habitantes triplicando o seu tamanho demográfico num crescimento de mais de 300% em vinte anos.

Diante de tais transformações que nas décadas de 1930-1940 já se avistavam e com a acumulação do capital a partir comércio algodoeiro, a cidade passou por duas grandes reformas urbanísticas, uma em 1935 e outra em 1940, de acordo com Santos Filho (2007, p. 36), reformas estas que

---

sanar o que chamou de “necessidades de Campina Grande” em artigo publicado na imprensa oficial em 1939. Para mais informações ver: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=bento+figueiredo#.XUhuufJKjIU>. Acessado em 12 de julho de 2019.

<sup>13</sup> É imprescindível destacar que o filho de Elpídio de Almeida, Orlando Almeida, casou-se com a filha de Argemiro Figueiredo, Iara Figueiredo. Longe dos clichês de telenovela ou revistas de fofoca, esta informação é importante para auxiliar na compreensão crítica do modo como o médico, político e historiador relata as contribuições dos irmãos Figueiredo em seu livro *História de Campina Grande (1962)*

introduzam a arquitetura francesa em estilo Art decó na tentativa de reordenar a cidade diante do seu aumento populacional.

Para Santos (2008) o aumento populacional que atingiu as cidades durante as décadas de 1940-1950 decorreria do processo de industrialização e atingiu, em particular, as cidades médias que, como Campina Grande, ampliaram o consumo em diversas formas e impulsionaram o processo de urbanização brasileira.

A figura 5 nos apresenta a morfologia urbana da cidade com destaque para a abertura da Avenida Floriano Peixoto como resultado das reformas urbanísticas ocorridas no espaço intraurbano ao longo dos anos 1930 e início da década de 1940:

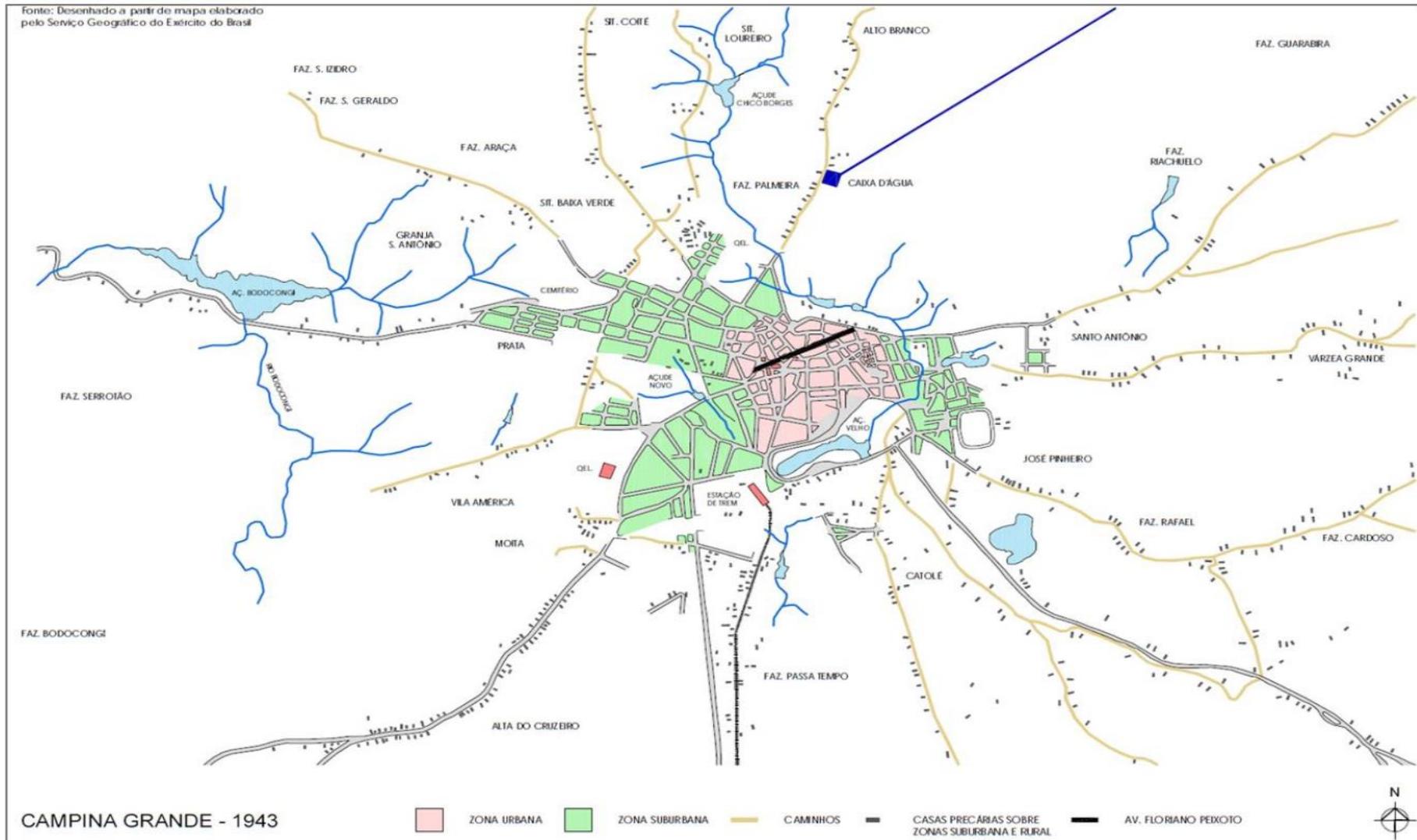


FIGURA 5: Morfologia urbana de Campina Grande em 1943, com destaque para a presença da Avenida Floriano Peixoto após as reformas urbanísticas de Verginaud Wanderlei.

FONTE: QUEIROZ (2008, p. 42)

De acordo com o IBGE (1940; 1950; 1960), em observação do quadro 2, a evolução urbana de Campina Grande dá-se de forma bastante clara nesse período em que a cidade se torna cada vez mais populosa:

Quadro 2: Crescimento Demográfico da cidade de Campina Grande de 1900 a 1970

	1900	1920	1940	1950	1960
<b>Campina Grande</b>	2.500	70.806	126.139	173.206	204.582

FONTES: SA (1986); ARAUJO (2012); IBGE (1952; 1955; 1960).

Organização: O autor, 2017.

É possível percebermos que se Campina Grande, outrora, apresentava um crescimento populacional relevante; ao considerarmos que somente a partir dos anos de 1930 – 1940 o Brasil experimenta um acelerado crescimento urbano (ainda que a população rural tenha se mantido maior até a década de 1970 quando a taxa de urbanização ultrapassa 50% das pessoas vivendo em cidades. Foi a partir da introdução da linha férrea e o aumento das relações comerciais derivadas da introdução da ferrovia que a população da cidade apresentou relevante crescimento, bem como do comércio do algodão e o de alimentos e utensílios domésticos ofertados na grande feira<sup>12</sup> da cidade. (SANTOS, 2008, p. 19-30)

Para Sá (1986), o crescimento de Campina Grande se destacou, especialmente nos anos de 1940, como podemos observar no quadro 2, em particular pelas transformações que a cidade apresentava no aspecto físico:

Essa movimentação comercial que garantiu a primazia de seu progresso (sic!), provocou consequências que influíram na fase de transformação na qual se verifica a ampliação do seu espaço físico e modernização de sua paisagem urbana: construções de armazéns, casas comerciais, residências, colégios, edifícios, hospitais, expansão da rede de abastecimento de água e esgotos e outras obras de infraestrutura (SÁ, 1986, p. 191-192).

---

<sup>12</sup> A feira de Campina Grande é mais uma especificidade da cidade. Ao passo que se soma a todas as transformações ocorridas no tempo e no espaço, particulariza-se por exercer forte centralidade ao longo do tempo. Sua dinâmica já foi alvo de inúmeros trabalhos, cabe destacar o de Rios (1963) e Costa (2003).

São esses pressupostos que se apresentam como regularidade discursiva nos periódicos que circulavam na cidade. Campina Grande, antes mesmo de ganhar projeção para um conjunto de cidades, já apresentava uma imagem reverberada na linguagem jornalística de que sua “grandeza” já estava em seu nome.

As edições dos jornais “Gazeta do Sertão”, “Comercio de Campina” e “Voz da Borborema” validavam a importância da cidade na região Nordeste referendando a história da cidade através de declarações de intelectuais e homens com destacado poder aquisitivo e influência socioeconômica e política. Em 25 de agosto de 1938, mais uma vez o periódico “Voz da Borborema” mostra como, à luz da teoria de FD, podemos observar a regularidade do discurso para a construção da ideia de modernidade e de grandeza em Campina Grande:



FOTOGRAFIA 3: Voz da Borborema, 25 de agosto de 1937

Autor: ARAUJO, J.A.S. Pesquisa no arquivo da Biblioteca Atila Almeida em 07 de agosto de 2017

Como estratégia para legitimar a imagem que o periódico ajudara a construir sobre Campina Grande, o jornal publica as impressões de um viajante carioca sobre a cidade. Importante lembrar que o Rio de Janeiro era a capital do país e se apresentava na vanguarda do processo de modernização. Desse modo, a voz de um jornalista carioca legitima o discurso do jornal e reverbera na sociedade, normalizando a fixa ideia da localização estratégica e da predestinação da cidade a ser grande.

Extendendo-se no platô de densa serra, Campina Grande parece irradiar pelo Estado inteiro um olhar amigo e zelador. Caíram as toscas choupanas de roceiros; e como num golpe encantando, surgiu Campina Grande com seus edifícios bancários, suas construções para finalmente ser a “Rainha da Borborema”. [...] Ah, que visão encantada e certa! E o observador, seguindo o delineamento em declive da Rua Maciel Pinheiro, sente dilatar-lhe o coração. [...] Pensa mais, vai além, além... pensa nas léguas e léguas de um sertão magnífico. Pensa nas infinidades de recursos espalhados em tantos mil quilômetros quadrados. E Paraíba com toda vastidão e riqueza de seu território é um deslumbrador ponto de partida. E Campina Grande, com a suavidade de seu encanto, é uma promessa de miragem. Uma exclamação, incontida e feliz, sai então do peito do observador enlevado: Brasil, esplendor e sustentáculo da América de amanhã! Campina Grande, portico do ouro branco através de onde reluz toda essa majestade” (VOZ DA BORBOREMA, 15 de agosto de 1937.p 4)

Busca-se em todo o texto afirmar-se o progresso e distanciar a ideia de atraso que o Nordeste exprimira desde a chegada da família real portuguesa em 1807. Ao contrapor “choupanas dos roceiros” aos “edifícios bancários” o autor tenta mostrar que a imagem de Campina Grande já não correspondia com a do Nordeste tão difundida Brasil afora.

Com a autoridade de um jornalista estranho, o progresso é sensível aos olhos. A civilidade erguida pelas construções mais modernas, os bancos, tira Campina do senso comum, pois, aos olhos do forasteiro, Campina se mostra uma cidade diferenciada do vasto Nordeste pobre e isto lhe confere uma autoridade majestosa, uma miragem, como diz o jornal, da cidade Rainha da Borborema.

Nesse caso, é preciso que reconheçamos que Campina Grande é maior que seus limites físicos, pois, eis que a riqueza do vasto território paraibano se destaca pela majestade reluzente de Campina segundo os olhos do jornalista carioca.

Observemos que a construção desta imagem se constitui então a partir de múltiplas relações de poder, em especial a articulação da elite local com a elite de outras partes do país. Nesse caso, parece ficar inscrito na identidade de Campina Grande o ideário de centro político e econômico da Paraíba.

Esse movimento caracterizou uma prática discursiva bem inscrita na tensão de assimilação e assujeitamento do povo campinense que ainda hoje está em circulação. Contudo, como nada fica quietamente em um lugar, esses novos efeitos de sentidos se movimentam entre sentidos vividos e a serem vivenciados como nos mostra Cunha (2011).

Assim, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado nas suas práticas (CERTEAU, 2006): o passado é o novo que produz muitas indagações e que se faz hoje atravessado por novos sentidos.

Talvez por isso o discurso do historiador siga o mesmo teor, tanto de aproximação da civilidade quanto de grandeza e progresso. Ao referir-se ao crescimento demográfico de Campina Grande em fins da década de 1950, Aranha (1991) escreve:

**[...] Campina Grande constituía não só a maior cidade do interior do Nordeste, mas uma das maiores cidades de toda a região, inclusive maior do que algumas capitais. [...]. Se a cidade se tornou nos anos 50, um dos maiores entroncamentos rodoviários do Nordeste**, na década seguinte aos poucos ela perde essa condição. É que nesse momento, um amplo programa de estradas de rodagem, muitas delas pavimentadas, transferem gradativamente, para certas capitais estaduais, todas as energias no sentido de dominarem o espaço de atuação do capital, como aconteceu com João Pessoa em relação a Campina Grande. (ARANHA, 1991, p. 250). (Grifo nosso)

Dessa forma, o texto parece estar dirigido ao sujeito urbano campinense, reproduzindo parte do discurso oficial sobre o ideário de grandeza e progresso atrelado a uma série de características que produziram uma visão de superioridade de Campina Grande.

É comum encontrar esse movimento discursivo no fazer historiográfico da cidade. São relações de poder, agora intelectual, que se impõem na fronteira do que se poderia delimitar como marca na construção de uma identidade urbana.

Se a partir da fase da maior produção do algodão, especialmente entre os anos de 1950 e 1960, Campina Grande busca reestruturar-se diante de um novo “ciclo” em que as capitais tornam-se as cabeças de rede e as cidades

médias assumem papéis fundamentais de intermediação de serviços como relata Araujo (2012), esta reestruturação também prenuncia as articulações político econômicas presentes ao longo da primeira metade do século 20.

Ainda mais, o comércio atacadista que surgiu associado ao algodão e fortalecido entre os anos de 1940-60 graças à linha férrea e ao traçado das ligações inter-regionais quando do advento das rodovias e do caminhão estabeleceu “fácil ligação entre Campina Grande com os demais centros do país” (SÁ, 1986, p. 191; ARANHA, 1991).

A essas mudanças da matriz do transporte e da reestruturação dos papéis das cidades se somou a regularidade discursiva já presente no espaço urbano, gerando novas formas de pensar, dominar e produzir o espaço campinense à luz dos interesses burgueses.

## **2.2 O espaço intraurbano e as práticas espaciais da elite para a industrialização: as representações sócio espaciais para a (re)definição da espacialidade/centralidade urbana**

É muito comum na historiografia oficial percebermos que o século 20 foi considerado o período em que Campina Grande apresentou desenvolvimento em diversos setores da economia. Tão mais comum é encontrar relatos que atribuem o seu desenvolvimento enquanto empório comercial a sua localização geográfica.

O comércio grossista que se estabeleceu em Campina Grande não foge a essa regra. Tendo marcado um raio de influência bastante amplo e estendendo-se pelo interior nordestino, despertou olhares de intelectuais que buscavam compreender os papéis urbanos desempenhados por Campina Grande. Em seu trabalho intitulado “Campina Grande e sua função como Capital Regional”, Maria Francisca Thereza C. Cardoso (1963) dá ideia da centralidade exercida por Campina Grande em meados do século 20:

O seu comércio, principalmente o atacadista, além de atuar em toda a Paraíba atinge dilatadas áreas de estados limítrofes, alcançando, mesmo, cidades e vilas muito distantes. [...] Ultrapassando os limites da Paraíba penetra folgadoamente nos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco e, em escala mais reduzida, atinge, também os estados do Maranhão e do Piauí [...]. Em direção

ao sul, apesar da presença de Recife no litoral pernambucano, Campina Grande aparece vendendo também para algumas praças do sertão de Pernambuco e do interior de Alagoas. (CARDOSO, 1963, p. 423).

A centralidade de Campina Grande impressiona a referida autora a quem atribui como um “fenômeno extraordinário” para a rede urbana nordestina e brasileira (CARDOSO, 1963, p. 434).

Analisando Campina Grande como a “Capital do Sertão”, Cardoso (1963) considerou a cidade como sendo a capital econômica da Paraíba e de uma extensa área entre os estados limítrofes. Entretanto, é preciso ressaltar que todo esse fascínio da autora diante do crescimento, da importância e do papel assumido pela cidade em sua região de influência não exime Campina Grande dos problemas gerais que assolavam a “região Nordeste, tais como: desemprego, aumento da miséria e a migração para a região Sudeste” (LIMA, 1996, p. 39).

É preciso deixar claro ainda que, no limiar dos anos de 1960, o comércio campinense não se refletia no incremento do setor industrial que ainda se limitava às indústrias de beneficiamento e prensagem do algodão<sup>13</sup> e de “fabriquetas” domésticas sem grande expressão (LIMA, 1996, p.36).

Para Cardoso (2000), Campina Grande apresentou indícios de um forte declínio no setor industrial, tal fato requeria ações que tirassem a economia da cidade de sua quase estagnação. Desse modo, mais uma vez a elite de Campina Grande, imbuída de discursos modernizantes, começa a reclamar mudanças em diversos setores da economia urbana da cidade, em particular para o setor industrial. Müller (1958) em seu trabalho “Campina Grande. Notas de geografia urbana” afirma que apesar da cidade se destacar como um centro de ampla área de influência, “não conseguiu, ainda impor-se como centro industrial”.

---

<sup>13</sup> Na década de 1930 duas grandes indústrias multinacionais de beneficiamento do algodão – a SANBRA- Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, filial da multinacional argentina Bung Born e a Anderson Clayton, um grande conglomerado americano – instalaram-se em Campina Grande. Além disso, dezenas de pequenas indústrias foram atraídas para Campina Grande graças a atuação dessas duas grandes indústrias. Entretanto, essas primeiras indústrias campinenses estavam ligadas à economia algodoeira, quando esta entra em colapso, a cidade vê seu frágil setor industrial se tornar obsoleto e entrar em declínio. (CARDOSO, 1963; ARANHA, 1991; Lima, 1996; Cardoso, 2000; DINIZ, 2009.)

Para Lima (1996), na tentativa de implementar o segundo setor, a elite criou condições para implantação de indústrias e, em muitos casos, deu certo. Com o poder local sendo rivalizado entre as oligarquias conservadoras e a burguesia industrial, Campina Grande inicia a segunda metade do século 20 com seu raio de influência tornando-se cada vez menor. Entretanto, as ações de desenvolvimento industrial e de serviços para alçar à cidade a sua “vocação” de centro continuaram (mas agora de forma ainda mais forte) sendo pautadas pela intervenção institucional do Estado. Entretanto tais intervenções estatais se coadunaram com os discursos há muito tempo circulante no espaço.

Em 02 de outubro 1957, no momento em que a economia algodoeira já apresentava sinais de estagnação entra em circulação na cidade o Diário da Borborema (DB).

Este jornal foi fundado pelo paraibano Assis Chateaubriand. Político, empresário do ramo jornalístico, fundador dos Diários Associados, cujo interesse era expandir-se para todo o Nordeste. Entretanto o jornal acabou dando voz e reverberando a imagem da cidade construída pelos periódicos anteriores a ele.

O DB foi o primeiro jornal de circulação diária na cidade com características modernas da imprensa industrial. Antes dele outros 50 periódicos circularam em Campina Grande. Entretanto pouquíssimos foram os que lograram ter certa regularidade de circulação. Em sua maioria a periodicidade era semanal ou mesmo mensal, cujas vinculações ideológicas exprimiam os suportes impressos como nos fala Gaudêncio (2012).

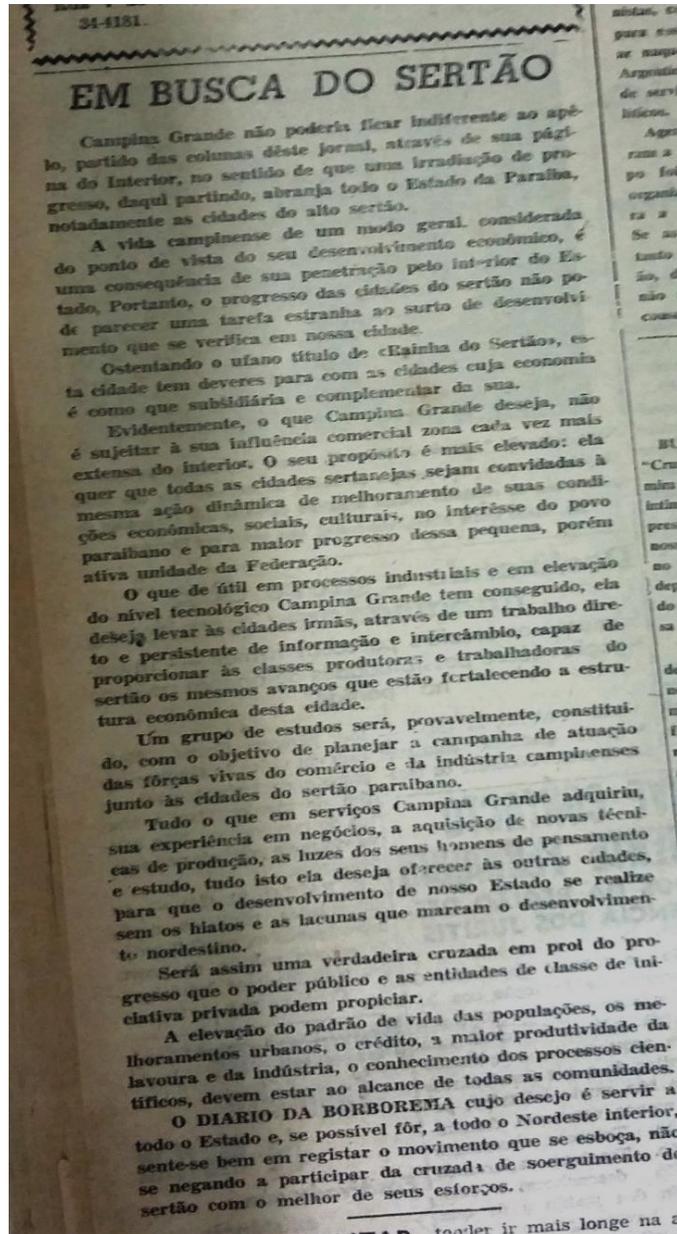
Entretanto, estabelecer “uma forma profissional e moderna” (GAUDÊNCIO 2012, p. 175) não é o mesmo que fazer jornalismo preciso e imparcial como sugere o código de ética dos jornalistas brasileiros<sup>14</sup>. O Diário da Borborema, ao contrário, sempre esteve pautado, ideologicamente, no viés político econômico de seu fundador.

As primeiras edições do DB já prenunciavam que o jornal buscava referendar a história da cidade desde sua origem como um entroncamento até se tornar o empório comercial tão propalado historicamente. Tais

---

<sup>14</sup> <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acessado em 10 de junho de 2019.

posicionamentos podem ser observados no editorial publicado no dia 22 de outubro 1957 em que o jornal mostrava quais deveriam ser os papéis exercidos por Campina Grande e qual a função do DB:



FOTOGRAFIA 4: Diário da Borborema, 22 de outubro de 1957

Autor: Araujo, J.A.S. Pesquisa no arquivo da Biblioteca Atíla Almeida em 19 de setembro de 2017.

O Diário da Borborema resgata os já-ditos sobre a importância de Campina Grande como centro irradiador de influência e progresso para um conjunto de cidades, e atualiza:

Evidentemente, o que Campina Grande deseja, não é sujeitar à sua influência comercial zona cada vez mais extensa do interior. O seu propósito é mais elevado, ela deseja levar às cidades irmãs, através de seu trabalho direto e persistente de informação e intercâmbio, capaz de proporcionar às classes produtoras e trabalhadoras do sertão os mesmos avanços que estão fortalecendo a estrutura

econômica desta cidade [...] Tudo o que em serviços Campina Grande adquiriu, sua experiência em negócios, a aquisição de novas técnicas de produção, as luzes dos seus homens de pensamento e estudo, tudo isto ela deseja oferecer às outras cidades, para que o desenvolvimento do nosso Estado se realize sem os hiatos e as lacunas que marcam o desenvolvimento nordestino. (DB, 22/10/1957)

Eis então a regularidade dos enunciados presentes nos discursos da imprensa e também da história da primeira metade do século 20 sobre Campina Grande. No entanto, agora o progresso não é apenas da cidade, mas de/para as outras áreas do estado. Sendo, contudo, Campina a mola propulsora do desenvolvimento e progresso.

Esse conjunto enunciativo resgata a memória discursiva. O leitor precisa buscar na memória, de modo inconsciente àquilo que o jornal, a priori, e a elite que controla a mídia têm como objetivo: marcar o lugar que Campina Grande ocupa no cenário urbano e regional. Mas, e especialmente, como lugar de vocação; terra de localização extraordinária, cujo progresso não cabe em suas fronteiras.

E vai além, a cidade moderna que reordena o seu espaço. Mais uma vez a “Belle époque” brasileira se faz presente como parte da transformação sociocultural. Entretanto, não o movimento que resultou na emergência do Modernismo brasileiro, mas aquilo que ele propunha como progresso: o moderno.

Nesse sentido, é necessário construir novas formas de pensar. No editorial de 18 de outubro de 1957, o Diário da Borborema inicia a principal característica das condições discursivas dos anos seguintes: criar uma mentalidade industrial:

Pensem em indústria

Os observadores da vida campinense vêm notando, não sem certo pessimismo, que já não poderemos manter com certa galhardia de antes o domínio do comércio nordestino.

De longa tradição, Campina Grande foi o maior empório comercial do Nordeste interior. Ainda podemos ostentar, com justo motivo de orgulho, o título de cidade de mais intensas atividades comerciais na região que se estende até recuados rincões dos Estados vizinhos.

Mas estradas de rodagem vararam o sertão de dentro a dentro, ligaram cidades mais distantes aos centros consumidores do sul, e eis que os negócios, até bem pouco tempo quase obrigatórios em Campina Grande, ampliaram consideravelmente seu círculo e começaram a fazer-se fora da órbita de interesse de nossa cidade.

Dentro desse panorama, não é sem razão que se receia venha a ser o ponto central do nosso desenvolvimento – o comércio - sacudido

mais fortemente pela dispersão dos negócios realizados diretamente de outros centros com praças estranhas, agravada – essa dispersão – pela crise generalizada do dinheiro.

Não temos, no entanto, motivos para receios alarmistas, desde que poderemos arribar nossa economia em outro poderoso fator de desenvolvimento: a indústria.

Campina Grande oferece excepcionais condições favoráveis ao surgimento de fabricas as mais diversas, que venham dá um sólido fundamento a economia regional. Energia elétrica barata (que poderá ser ainda mais barata), transportes fáceis, mão-de-obra abundante, matérias-primas de fácil acesso, homens empreendedores, tudo isto anima a um futuro industrial sem limites a vista.

E o momento é, indiscutivelmente, êste, quando a energia de Paulo Afonso ainda não avançou para o centro do Nordeste, e somos a verdadeira ponte de uma vastíssima região, que pouco produz em artigos manufaturados de consumo genérico.

O momento é mais oportuno para a criação de uma mentalidade industrial. Devemos pensar desde logo na formação de capitais, no estudo dos mercados, sem muito confiar em promessas simbólicas de que seremos ajudados por capitais de fora.

Os homens que construíram a grandeza do empório comercial que foi e ainda é Campina Grande, isso menos homens poderão, com seu arrôjo, com sua inteligência, com sua visão, lançar os fundamentos do parque industrial campinense.

Indústria de artefatos de metal, por exemplo, do tipo das que foram recentemente instaladas no Nordeste, em cidades de mão-de-obra mais cara, energia e combustíveis líquidos, impostos altíssimos, transportes deficientes, encontrariam aqui ambiente mais favorável.

As indústrias de produtos alimentares poderiam igualmente entrar na competência do mercado, com vantagens para nós. O sisal e o algodão não poderão mais ser objeto apenas de beneficiamento e exportação.

Mas para que realizemos a nossa industrialização com nossos próprios recursos, urge pensar-se em termos de largos empreendimentos, sustentados pela concentração que, não sem frequência, se imobilizam em prédios e de desperdiçam no luxo da vida. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 de outubro de 1957. p. 2)

Com esse editorial o DB inicia um conjunto discursivo que vai se prolongar até o final da década de 1960 e é o ponto de partida para incentivar a consolidação e modernização das indústrias em Campina Grande.

Ao se referir à indústria como “poderoso fator de desenvolvimento” e que por isso não havia motivos para “receios alarmistas”, o diário apresenta a relação que a indústria poderia desempenhar graças à função urbana da cidade de Campina Grande como centro distribuidor e absorvedor de matérias-primas e mão de obra.

Dessa forma, o texto deixa claro que as condições que Campina Grande apresentava para a consolidação de um projeto industrial foram resultado de funções anteriormente desempenhadas que criaram condições espaciais para um reordenamento cujo espaço é singular. Assim, energia

elétrica cada vez mais barata, combustíveis para funcionamento dos motores das fábricas e homens empreendedores diferenciavam o espaço campinense de qualquer outro.

A partir de 1960 o Diário da Borborema acentuou o desejo de ver Campina Grande transformada em um espaço industrial. Articulado como o empresariado local e vinculado com o ideário de modernização/industrialização nacional, o jornal inicia uma série de reportagens intitulada “Uma indústria por dia<sup>15</sup>”. Essa série não era assinada por nenhum jornalista de modo que esse fato enquadra o texto na tipologia de editorial, em que o material é produzido pela direção do jornal. Assim, apresenta a opinião e o lugar em que o impresso se localiza no escopo discursivo.

Além disso, o estilo da construção textual aponta que o veículo de comunicação utilizou a série do jornal para vender espaço como forma de publicidade. Por isso priorizou algumas empresas já instaladas em Campina Grande e de maior capital em detrimento de outras menores, pois essa característica apresentava o lado positivo visível da industrialização.

As publicações da série traziam desde a história das empresas instaladas na cidade, apresentando suas dificuldades e sua vitória gloriosa, até as suas capacidades produtivas e nível técnico. Na série “Uma indústria por dia” o jornal apresentava a cidade como uma terra “propícia ao triunfo das grandes iniciativas e que, aqui, quem trabalha, mesmo enfrentando barreiras iniciais alcança fatalmente grandiosos triunfos” (DIÁRIO DA BORBOREMA 01/01/1966).

Ora, observamos assim a mesma regularidade discursiva que permeou todos os jornais e o fazer historiográfico de Campina Grande. Ele traz intrínseco, os ideais de modernização no momento em que a sociedade

---

<sup>15</sup> A série publicou a primeira matéria no dia 7 de dezembro de 1965. As seguintes foram escritas nos dias 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 1965. Como também 1, 6, 13 e 20 de janeiro de 1966. No mês de dezembro, a publicação das matérias referentes a algumas indústrias instaladas em Campina Grande teve uma certa regularidade, já em janeiro, o DB só divulgou as empresas em quatro edições. Em duas ocasiões, dia 23 e 26 de dezembro de 1965 e 20 de janeiro 1966, o jornal republicou matérias que já haviam saído dias antes. Percebemos que além dessas indústrias citadas ao longo da série existiam outras com expressão em Campina Grande, portanto, a publicação dessas matérias também pode ter sido como forma de comercializar às mesmas. Neste caso, o DB lançou a proposta da série e em troca do espaço no jornal, as indústrias pagariam pela publicação. Hoje, esse tipo de permuta é muito comum nas publicações de cadernos especiais sobre determinado assunto, conhecido no *Marketing* como *merchandising*.

adotara valores que estavam sendo propagados pelo país sobre os benefícios da industrialização.

Araujo (2012) localiza esse momento no interior da política desenvolvimentista inaugurada pelo presidente Juscelino Kubistchek cujo lema era “cinquenta em cinco”, ou seja, o país deveria experimentar o crescimento industrial que levaria cinquenta anos para ocorrer, em apenas cinco.

No limiar dos anos de 1960, a tão propalada pujança do comércio campinense não se refletia no incremento do setor industrial que ainda se limitava às indústrias de beneficiamento e prensagem do algodão<sup>16</sup> e de “fabriquetas” domésticas sem grande expressão (LIMA, 1996, p.36).

Entretanto, Lima (1996) nos mostra que na tentativa de implementar o segundo setor, a elite com sua voz ganhando um importante espaço jornalístico criou condições para implantação de indústrias e, em muitos casos, deu certo.

De certo modo, a série do DB se constituiu como mensageiro de uma nova conjuntura econômica que a cidade vivenciara graças aos incentivos à industrialização, tanto local como nacional via as agências de fomento de desenvolvimento regional, no caso de Campina Grande, a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste).

Por sua importância comercial e diante do sucesso da industrialização da cidade, grosso modo via incentivos locais, Campina Grande tornou-se palco de grandes debates sobre os desequilíbrios regionais, como por exemplo, o I Encontro dos Bispos do Nordeste em 1956 que contribuiu para a formação do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – que posteriormente colaborou para a criação da SUDENE em 1959 (ARAUJO, 2012).

Mas antes mesmo da criação da SUDENE, em Campina Grande já desenvolviam políticas de incentivo à industrialização, por isso a cidade tornou-se sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP desde

---

<sup>16</sup> Na década de 1930 duas grandes indústrias multinacionais de beneficiamento do algodão – a SANBRA- Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, filial da multinacional argentina Bung Born e a Anderson Clayton, um grande conglomerado americano – instalaram-se em Campina Grande. Além disso, dezenas de pequenas indústrias foram atraídas para Campina Grande graças a atuação dessas duas grandes indústrias. Entretanto, essas primeiras indústrias campinenses estavam ligadas à economia algodoeira, quando esta entra em colapso, a cidade vê seu frágil setor industrial se tornar obsoleto e entrar em declínio. (CARDOSO, 1963; ARANHA, 1991; Lima, 1996; Cardoso, 2000; DINIZ, 2009.)

1949, fator que representa a força política e da elite industrial local naquele momento (LIMA, 1996).

Tais mudanças espaciais no interior de Campina Grande e a propaganda realizada pelo Diário da Borborema como veículo de comunicação mais importante do lugar apresentaram resultados: novas indústrias surgiram, o número de estabelecimentos industriais saltou e fez Campina Grande emergir como nova área industrial da Paraíba. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009).

A tabela 1 a seguir apresenta o incremento do setor industrial de Campina Grande nos anos 1940-1960, bem como apresenta os dados da capital João Pessoa, até então detentora da maior quantidade de estabelecimentos:

Tabela 1: Censo industrial de Campina Grande e João Pessoa (1940-1960)

		<b>Expansão da indústria em Campina Grande e João Pessoa</b>			
<b>Ano</b>	<b>cidade</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>Taxa de crescimento em 20 anos</b>
	<b>Campina Grande</b>	87	93	212	143%
	<b>João Pessoa</b>	96	111	186	93,75%

FONTES: OLIVEIRA & RODRIGUES (2009)

<http://www.memoria.nemesis.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t6/censodem1960rvol1t6.pdf>. Acessado em 22 de março de 2017.

Adaptação: Araujo, J.A.S. 2017.

De acordo com tabela 1, ao verificarmos o crescimento da quantidade de indústrias em Campina Grande, percebemos que houve um aumento de 143% em 20 anos. É preciso localizar as articulações político econômicas na tentativa de manter a identificação da cidade como um lugar próspero, moderno e vanguardista já que caminhava a passos largos em direção à consolidação industrial buscada pelo país inteiro.

Essas articulações fizeram de Campina Grande um importante centro industrial rivalizando com a capital do estado que apesar de apresentar crescimento ano a ano, não apresenta uma evolução de modo tão intenso como em Campina Grande.

Além disso, a circulação do Diário da Borborema criava uma atmosfera de progresso graças à emergência da mentalidade industrial cujo interesse era,

sem dúvida, se destacar no cenário regional. De acordo com o próprio jornal, a série passou a ser mais do que “um simples trabalho jornalístico sob o ponto de vista da divulgação ou da publicidade, para se transformar na etapa deflagradora de uma grandiosa campanha pela rápida industrialização de Campina Grande” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de janeiro de 1966, p. 3).

Outros fatores contribuíram para que Campina Grande incrementasse e aumentasse a quantidade de indústrias e permitisse o desenvolvimento industrial. Assim, mesmo antes da fundação da SUDENE, já havia uma política de incentivo à indústria em Campina Grande, de acordo com Lima (1996), como também havia por parte dos seus representantes políticos uma luta por uma política mais eficaz de incentivos para industrializar a região. Ao estabelecerem-se na cidade, a FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba) e a FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica) garantiram ações no sentido de financiar e incentivar a instalação das indústrias, bem como a de preparar mão de obra qualificada para o mercado em expansão através das escolas politécnicas<sup>17</sup>.

Cabia a FUNDACT, realizar estudos sobre o desenvolvimento industrial de Campina Grande, bem como de monitorar e dotá-la de condições para a instalação de indústrias. Junto com a FIEP, a FUNDACT passou a pressionar as autoridades “no sentido de resolver os problemas” por que passava a cidade. (ARAUJO, 2012, p.76)

Paralelamente ao Diário da Borborema, essas instituições de carácter patronal e técnico se entrelaçavam nesse processo discursivo, para propor uma diversificação econômica em que as escolas superiores, em formação em Campina Grande, teriam um papel importante. Santos Filho (2007) também atribui esse surgimento às ações coletivas da elite local:

Em 1951, a capital paraibana contava com três Escolas Superiores, todas privadas, fato que fez a população campinense reivindicar a instalação de uma pelo governo estadual. Paralelamente, foram surgindo algumas na cidade, como resultado do esforço do poder público municipal e da articulação coletiva de segmentos da sociedade de classe. Esforços que resultaram na criação das Faculdades de Ciências Econômicas, criada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande; a de Filosofia, criada pela Diocese de Campina Grande; a de Serviço Social, fundada pela Congregação Religiosa

---

<sup>17</sup> Será estabelecida uma maior discussão sobre a fundação da escola politécnica no capítulo seguinte.

das Filhas da Caridade de Campina Grande (São Vicente de Paula); a de medicina, fundada pela Associação de Médicos e a de Odontologia, fundada pela Associação de Odontólogos. (SANTOS FILHO, 2007, p. 39).

Além disso, o governo do estado fundou em 1952 a Escola Politécnica da Paraíba em Campina Grande, fato dado graças à existência, no âmbito da cidade de corpo técnico através do Laboratório de Produção Mineral (LPM). Esses profissionais se uniram na Associação Técnica Científica Ernesto Luis de Oliveira Junior – ATECEL e em 1956 fundaram a FUNDACT (LOPES, S/D; LIMA, 1996; SANTOS FILHO, 2007). Assim esta Fundação teve papel decisivo na orientação da política em Ciência e Tecnologia (C & T) e industrial de acordo com Santos Filho (2007, p. 145). Sobre a relação FUNDACT/Ensino Superior, Vieira (1979) relata:

Essa instituição, por um período de quase dez anos prestou eficiente ajuda às Unidades de Ensino Superior existentes, como também garantiu, de certa forma, a organização e o começo de funcionamento das duas escolas recém-instaladas: Ciências Econômicas e de Serviço Social. (VIEIRA, 1979, p. 28).

Após a criação da SUDENE, coube a FUNDACT (em consonância com a FIEP) estabelecer as pressões da sociedade organizada para transformar Campina Grande num importante polo de investimento, como nos mostra Lima (1996, p. 42).

A FUNDACT era uma entidade de caráter privado e fazia parte “dos planos de um setor da sociedade que acreditava que a industrialização seria a redenção para a cidade” (LIMA, 1996, p. 54) atraindo investimentos e resolvendo os problemas sociais por que passava Campina Grande. Por isso a FUNDACT fundou a Escola Industrial de Campina Grande com o objetivo de fornecer técnicos para a indústria em expansão e foi a mantenedora da Faculdade de Filosofia de Campina Grande<sup>18</sup>.

Desse modo, a FUNDACT balizou todas as ações do poder público municipal e baseando-se nas ações da fundação para absorver a industrialização, o poder público municipal criou o FUMINGRA (Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande) que era administrado pela CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), órgão este que

---

<sup>18</sup> Trataremos de modo mais abrangente da emergência do ensino superior no próximo capítulo.

concretizou a instalação do Distrito Industrial de Campina Grande, em um período anterior a SUDENE.

De acordo com Araújo (2000) ao discutir “A ciranda da política campinense: 1945/1964”, a FUMINGRA se configurou como uma política desenvolvimentista e modernizante na cidade. Seus recursos se destinavam à intensificação do processo de industrialização como seu nome já denunciava, firmando convênios com órgãos públicos e privados, tanto nacionais como estrangeiros.

Com a criação da CINGRA, começam a ser tomadas diversas medidas no sentido de dotar as indústrias já existentes de uma infraestrutura que as modernizasse, bem como o poder público vai tentar de todas as formas possíveis e através de diversos mecanismos atrair para a cidade as indústrias do Sudeste, que começam a se instalar na região Nordeste, dentro da política de incentivos desenvolvida pela SUDENE. (LIMA, 1996, p. 56).

Esperava-se que a partir da ação da CINGRA Campina Grande ganhasse destaque enquanto uma cidade industrial, bem como visse realçada a sua liderança elevando as “suas verdadeiras possibilidades de se projetar no Estado, ajudada pela sua riqueza coletiva” (RIQUE, 1963 *apud* LIMA, 1996, p. 56). Entretanto, permaneceu a política de doação de terrenos às indústrias com fortes vinculações político partidárias, segundo Ribeiro Araújo (2000).

O fato é que à luz dos investimentos da CINGRA/FUMINGRA, os interesses de modernização das elites agrárias foram inseridos no espaço da cidade. Tanto Lima (1996) como Ribeiro Araújo (2000) concordam que foram reforçados os papéis dos serviços ligados à industrialização na cidade: o sistema bancário, por exemplo, foi reforçado.

Na essência do desenvolvimento de infraestrutura para a instalação de indústrias e interpelados por uma noção de Formação Discursiva que, há mais de meio século reverberara no espaço intraurbano para tornar Campina Grande como sugere seu nome, o poder público municipal criou ainda a SANESA (Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima), a TELINGRA (Companhia Telefônica de Campina Grande), a CUMUDE (Companhia Municipal de Desenvolvimento), o FADIN (Fundo de desenvolvimento Agroindustrial), o BANFOP (Banco de Fomento da Produção), a FURNe (Fundação Universidade Regional do Nordeste) e a CELB

(Companhia de Eletrificação da Borborema)<sup>19</sup>, todas essas companhias tinham o objetivo de munir a cidade de condições técnicas e estruturais para industrializar-se (LIMA, 1996; SANTOS FILHO, 2007; TORRES & MONTENEGRO, 2007).

Tais infraestruturas estabelecem uma inter-relação com os interesses dos habitantes/usuários do espaço, atravessados pela formação ideológica imperativa no espaço campinense. Para Lefebvre (2006) a produção do espaço que se efetua via intervenção do Estado, atua de acordo com as intenções do capital. Por isso este autor nos auxilia na compreensão da emergência destas infraestruturas no espaço urbano de Campina Grande.

Ao engajar a cidade no projeto de industrialização proposto pelo Estado, os campinenses buscavam não só industrializá-la, mas, como afirma Lima (1996, p. 46) “sobretudo, na esperança de que a industrialização resolvesse os problemas enfrentados pelo município [...] como pregavam os partidários” dessa política. Ainda para Lima (1996), ao afirmar que a cidade foi engajada neste processo de industrialização, significa dizer que se buscou de todas as formas atrair as indústrias para Campina Grande. Sendo assim, Campina Grande não esperou que a industrialização acontecesse:

Pode-se afirmar que Campina Grande preparou-se para absorver o projeto de industrialização proposto pela SUDENE. A cidade participou da preparação do projeto de industrialização, desde as primeiras discussões sobre a mudança na política oficial para a região Nordeste. E, no período desta mudança, o município já dispunha de experiência com relação à indústria, pois já contava com um parque industrial desenvolvido para a época e para a região. (LIMA, 1996, p. 47).

Dessa forma, podemos afirmar que a implementação da indústria moderna em Campina Grande deu-se no centro das articulações políticas e empresariais. Posteriormente, a partir da intervenção do Estado, ampliou-se o Distrito Industrial instalado sob diversas formas de incentivos. Tais incentivos foram capitaneados, nos anos de 1970 pela SUDENE como já dissemos, sendo o período de 1969-1979, de acordo com Cardoso (2000) que as

---

<sup>19</sup> Essas companhias foram ao longo do tempo sendo extintas e/ou absorvidas por companhias estaduais. No caso da SANESA e da TELINGRA, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e a Telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA) absorveram-nas respectivamente. A FURNe foi estadualizada e transformou-se na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, esta será objeto de análise no capítulo 3. A TELPA e a CELB foram privatizadas nos anos de 1990 passando a compor a TELEMAR (hoje, Oi Fixo) e a Energisa Borborema do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

contribuições para a transformação da base industrial na região foram mais fortemente implementadas, mas que começaram a apontar seu esgotamento em meados dos anos 1980 como afirma Almeida (2011).

Atravessados por um discurso, historicamente forjado na política e ideologicamente bem localizado na estrutura de uma sociedade de classes, de que Campina Grande nasceria com a vocação para ser grande (CARDOSO, 2002) e imbuídos no imaginário do progresso, desenvolvimento e modernidade através da industrialização (LIMA, 1996), a burguesia campinense, agora industrial, passa a reforçar e dar maior significado a localização geográfica da cidade (CARVALHO, 2011).

Tal discurso tem como estratégia atrair mais capitais e investimentos para a cidade. Isto configura uma nova forma de dizibilidade à cidade, cuja imagem eleita pela elite é a que retrataria Campina Grande como cidade incasável: Surge então o enunciado “cidade do trabalho”.

É nesse retorno enunciativo que se pode atentar para a estratégia de referir-se a Campina Grande como cidade unitária. Contudo, aí reside um paradoxo da imagem de cidade como nos apresenta Sousa (1994):

(...), na ânsia de atrair para a cidade dinheiro e investimentos o discurso das elites e da imprensa investe em propaganda que exalta as suas potencialidades de trabalho e a sua fama de —cidade do trabalho e de prosperidade. Naturalmente que além dos objetos desse discurso, capitais e investimentos, são atraídas para a cidade populações pobres da zona rural e /ou urbana de áreas polarizadas por Campina Grande. E há durante a década de 70 reportagens e publicações de imprensa e de órgãos municipais que tentam chamar atenção ou se mostrar preocupados com o afluxo desses contingentes populacionais para a cidade e das conseqüências e problemas que eles poderiam significar em termos de ocupação e organização do espaço (SOUSA, 1994, p.40-41).

Essa imagem opera em um contexto de intenções e discursos que, diferenciados entre si, incidem para significar e representar Campina em suas características por atributos singulares e peculiares que, ao se relacionarem entre si, interpretam aquilo que baliza a sua espacialidade urbana.

Nessas condições discursivas é fundado em 1971 o Jornal da Paraíba (JP) que passou a ser o maior concorrente do Diário da Borborema a partir de então. Apesar de se diferenciar em muitos aspectos do DB e dos jornais anteriores a eles, ambos – DB e JP – têm em comum a identidade social e

discursiva que caracterizara até então a imagem da cidade de Campina Grande.

Imprescindível localizar o momento histórico que o Jornal da Paraíba passou a circular em Campina Grande. Ao contrário das condições que deram forma e conteúdo à voz do Diário da Borborema desde a sua fundação em 1957, o JP surgiu no seio do Estado de Exceção que vivia o Brasil. Desde o primeiro exemplar publicado em 05 de setembro de 1971, o Jornal da Paraíba revelava as relações dos interesses do grupo que o jornal representava e o projeto do Regime Militar que desde 1964 implantou, paulatinamente, uma ditadura no país.

Entretanto, a linha editorial do jornal não se diferenciava tanto da linha do Diário da Borborema: ambos evocavam as “classes representativas” da cidade (quer fossem do setor público, quer fossem do setor privado) a construírem uma Campina cada vez maior.

Assim como o DB, o Jornal da Paraíba atualiza a regularidade discursiva com vistas ao fortalecimento do setor industrial da cidade. Em março de 1972 o jornal publicou três editoriais cuja principal característica era trazer a discussão sobre a industrialização de Campina Grande.

Como já vimos no capítulo 1 o enunciado, o átomo do discurso, é repetível e singular conforme Fernandes (2008), cuja singularidade está no novo efeito de sentido que produz e não no seu ressurgimento. Dessa forma, ao eleger a industrialização o mote do seu discurso, o Jornal da Paraíba atualiza os efeitos de sentido possíveis, vejamos:

## Industrialização, tema para debate

O processo de industrialização de Campina Grande foi e continua sendo objeto das mais controversas discussões. E, como geralmente se acontece nos casos onde há interferência governamental, ao lado das apreciações técnicas do problema existem as de natureza política. Ouça-se, por exemplo, um técnico e ter-se-ão indicadas as prováveis causas do baixo índice de crescimento industrial do Município, ao longo dos doze anos de Sudene. Ouça-se um político e outras razões são apontadas, desta feita sem pre de ordem pessoal, pois não são os fatos econômicos, mas as decisões tomadas que pesam para as conclusões oferecidas. Tudo isso contribui para dificultar ainda mais uma análise serena e objetiva do problema.

O pior, entretanto, é que ninguém, em sã consciência, poderá afirmar estarem os técnicos com a razão ou os políticos, pois tanto os fatores econômicos como a ação ou omissão de um Governo poderiam atrazar o desenvolvimento industrial de uma comunidade. Campina Grande teve, com efeito, um período de rápido crescimento no setor fabril, que se estendeu até fins de 1969. Ocupava, em nu-

mero de projetos aprovados, privilegiada posição na Sudene, somente ultrapassada por Recife, Salvador e Fortaleza. Contribuíam para essa situação sua posição geográfica (equidistante dos grandes centros de consumo nordestinos), o clima ameno, a mão-de-obra versátil, abundante e barata, uma boa infraestrutura de serviços, e vantagens outras também comuns às principais cidades da região como energia, água e transportes.

É bem verdade que a instabilidade política do Município, onde nada menos de sete prefeitos e interventores passaram no período de 1964-70, prejudicava o progresso da cidade, pois inexistia continuidade administrativa e os empresários não sentiam a necessária segurança quanto aos incentivos oferecidos pelo Poder Público. Perdíamos, em consequência, terreno na guerra da promoção industrial com as demais cidades nordestinas. Mas Campina Grande ia tentando superar essas dificuldades, à base do trabalho e do esforço de alguns campinenses, inclusive no sul do país.

Foi quando surgiu o IV Plano Diretor da Sudene com uma inovação

que renovou as esperanças de nossa industrialização: o alijamento de Recife, Salvador e Fortaleza (onde se concentravam os investimentos) da faixa "A" de prioridades nos incentivos fiscais criados pelo Governo Federal. Isto significava que a interiorização do desenvolvimento industrial recebia vigoroso impulso daquela autarquia e Campina, como uma das maiores cidades do "hinterland" nordestino, certamente seria uma das mais beneficiadas pela revolucionária e oportuna medida da Sudene.

O tempo, contudo, foi passando e o que se viu foi exatamente o contrário das expectativas. Os empresários, em grande parte, procuraram realmente se localizar fora de Recife, Salvador e Fortaleza, visando conseguir a faixa "A" de prioridades da Sudene. Mas não se interiorizaram tanto como previam alguns. Na Bahia, procuraram se estabelecer na cidade mais próxima, que lhes oferecesse boas condições de localização: Feira de Santana, a apenas duas horas de Salvador. Em Pernambuco, a solução foi partir, não para Caruaru, mas para João Pessoa. Por que?

É o que tentaremos analisar.

FIGURA 6: Editorial do Jornal da Paraíba. 16 de março de 1972

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 19 de janeiro de 2017

Observemos que neste editorial o JP busca levar o leitor a compreender as razões da crise na expansão industrial em Campina Grande a partir das transformações ocorridas no espaço. Deixa claro, já no início do texto a voz empresarial em detrimento da voz do sujeito político: "ouça-se um político e outras razões são apontadas sempre de ordem pessoal" (JP 12/03/1973, p. 5).

Ora, lembremos que o sujeito discursivo é aquele que ao usar um dado enunciado, o faz em função do lugar institucional que ocupa e não a pessoa que realiza o ato da fala, como nos lembra Araújo (2007). Ao dizer que o político fala por razões de ordem pessoal o Jornal da Paraíba descredencia o discurso político da legitimidade que lhe é atribuída. E se o faz, revela a sua vinculação com o empresariado local.

O técnico, cujo lugar institucional é revelado por sua competência, tem exclusividade em sua fala: revela os motivos do "baixo índice do crescimento industrial". É evocando a competência técnica que o autor do texto expõe tais causas. Para isso o texto leva o leitor a mergulhar em sua memória, trazendo as condições histórico-espaciais que possibilitaram a expansão industrial:

[...] Campina Grande teve, com efeito, um período de rápido crescimento do setor fabril, que se estendeu (*sic!*) até fins de 1969. Ocupava, em número de projetos aprovados, privilegiada posição na Sudene, somente ultrapassada por Recife, Salvador e Fortaleza. Contribuía para essa situação, sua posição geográfica (equidistante de grandes centros de consumo nordestino), o clima ameno, a mão-de-obra versátil abundante e barata, uma boa infraestrutura de serviços, e vantagens outras também comuns às principais cidades da região como energia, água e transporte. (JP 12/03/1973, p. 5).

Assim o autor evoca a memória do leitor ao se referir à localização da cidade como lugar estratégico e extraordinário. Afinal, não fora esse também o principal argumento para justificar a vocação comercial de Campina Grande no final do século 19 e início do século 20?

Na publicação do dia seguinte, o autor retoma a discussão trazendo argumentos que justificassem tecnicamente as razões de ser Campina Grande a líder do desenvolvimento industrial da Paraíba em detrimento de João Pessoa:

### Industrialização, tema para debate (II)

Havia razões para que Campina Grande, e não J. Pessoa, aspirasse liderar o desenvolvimento industrial paraibano. A capital do Estado sempre foi tida como uma cidade administrativa, com predominância do funcionalismo público. Era, simplesmente, sede de Governo, sem aspirações maiores, mesmo porque sofria enorme influência de Recife, grande centro urbano que desestimulava, inclusive, certos setores econômicos da capital paraibana. Além do mais, os serviços públicos pessoenses sempre tiveram pela ineficiência. Amarrados à burocracia governamental, serviam mal a população, ao comércio e principalmente a indústria. A água era insuficiente, a energia precária e parecia impossível se libertar esses serviços da displicência que foi, em épocas passadas, característica do serviço público brasileiro.

Campina, pelo contrário, jamais se descurou dos setores essenciais à sua sobrevivência como cidade evoluída e dinâmica. Com o pioneirismo peculiar à sua gente e apesar das crises políticas, descentralizou a administração pública, possibilitando maior flexibilidade operacional e a

modernização dos seus serviços públicos. SANESA, CELB e TELINGRA são os maiores exemplos, assegurando, pela organização e eficiência, o suporte necessário à implantação de um grande parque fabril. A par disso, o SENAI continuava preparando mão-de-obra especializada, enquanto a Escola Técnica Federal da Paraíba, em João Pessoa, acompanhava o ritmo dos serviços públicos da capital, isto é, atuava pouco e mal.

Aconteceram, contudo, com profunda repercussão no processo da industrialização paraibana, dois fatos da maior importância, a partir de 1967: a administração Damásio Franca, transformando a paisagem urbanística de João Pessoa e tornando-a mais atraente aos olhos dos eventuais investidores, e a revitalização dos serviços públicos, pelo mesmo processo descentralizador anteriormente adotado em Campina Grande. O Governo João Agripino, nesse aspecto, teve papel decisivo: criou a SANECAP, a CAGEPA e a SAELPA, entregando seus postos diretivos a técnicos apolíticos e entusiastas. A poeira foi varrida das prateleiras dos

velhos serviços elétricos e de saneamento; os acomodados foram forçados a optar pela adaptação aos novos modelos administrativos ou a disponibilidade e a aposentadoria. Paralelamente, por coincidência ou influência, a Escola Técnica Federal foi também entregue à responsabilidade de um jovem abnegado e dinâmico, que lhe deu nova vitalidade, adquirindo equipamentos modernos, aprimorando o corpo de instrutores e criando novos cursos de preparação profissional.

Campina, nesse interim, não conseguia se libertar das crises políticas. Novos dirigentes, descontinuidade administrativa e, o que era mais grave, uma crise econômico-financeira que minava as forças do que ela possuía de mais vibrante: a iniciativa privada. Fatalidade histórica? Esclerosamento das lideranças? Ou simplesmente, consequência de um processo de desenvolvimento regional, sacrificando hegemonias isoladas?

A resposta ainda não foi dada, mas os fatos já descortinavam as tendências do desenvolvimento industrial paraibano. Sigamos em frente.

FIGURA 7: Editorial do Jornal da Paraíba. 17 de março de 1972

Fonte: <https://logon.jornaldaparaiba.com.br/acevvo> acessado em 19 de janeiro de 2017

Nesse texto, o autor mais uma vez demarca o território da política em detrimento do território do capital: “A capital do Estado sempre foi um cidade administrativa, com predominância do funcionalismo público. Era simplesmente, sede do Governo”. Assim ele contrapõe o espaço urbano de

João Pessoa, fortemente marcado pela política, em detrimento de Campina Grande, cujo “pioneirismo peculiar a sua gente” modernizou o interior de seu espaço oferecendo serviços e infraestruturas “necessário para a implantação de um grande parque fabril”. Campina é apresentada pelo autor como um lugar único, cuja gente é, naturalmente, empreendedora. A crise industrial então, só poderia ser responsabilidade das crises políticas que submergiram as decisões políticas em “descontinuidades administrativas”.

Ao contrário, no momento em que João Pessoa entrega “seus postos diretivos a técnicos apolíticos e entusiastas” cuja característica Campina havia sido pioneira, é que transformações espaciais e a emergência de infraestruturas foram possíveis para a consolidação de seu parque fabril.

Na publicação do dia seguinte, o desfecho: A análise não é do processo de industrialização de Campina Grande, mas do problema, da crise a que o setor industrial da cidade passara em detrimento da expansão do mesmo setor na capital do estado:

### Industrialização, tema para debate (III)

A proximidade de Recife, que representava fator negativo para o desenvolvimento da capital paraibana ao tempo em que esta não possuía uma infraestrutura econômica capaz de assegurar seu próprio crescimento industrial, tornou-se altamente positiva quando aquelas condições foram adquiridas e quando entrou em vigência o IV Plano Diretor da SUDENE. A BR-101 passou a receber do Governo Federal tratamento prioritário, o que assegurava trânsito rápido e íntimo entre as duas capitais, reduzindo consideravelmente o tempo necessário ao percurso. Dava, inclusive, uma opção muito importante ao investidor: a de residir em João Pessoa ou em Recife, pois, nesse último caso, o tempo gasto para atingir sua fábrica na capital paraibana não era consideravelmente maior do que o que ele próprio gastava, por exemplo, em São Paulo, para chegar à sua indústria, considerada a extensão do ABC paulista e outros aspectos, inclusive dificuldades de tráfego.

Outro fator também relevante para a implantação de determinados tipos de fábricas em João Pessoa era o seu enorme potencial de água subter-

ânea, um dos maiores do Nordeste, permitindo aos empresários considerável redução nos custos desse insumo, pois a mera instalação de um poço tubular assegurava água abundante e de excelente qualidade. Como se sabe, sob esse prisma o solo campinense é paupérrimo, obrigando as indústrias consumirem apenas a água da SANESA, com conseqüente encarecimento de custos.

Ora, sabendo-se que os fatores que mais influenciam uma localização industrial são: a) proximidade dos grandes centros de consumo, com vistas à redução de custos de transporte; b) água abundante; c) energia; d) bom sistema viário; e) proximidade de matéria-prima; f) mão-de-obra nos diversos níveis; e g) uma boa infraestrutura de serviços (comércio, escolas, hospitais, rede bancária, etc), há de se convir que para um empresário sulista — que nada tem a ver com as disputas ou rivalidades locais — João Pessoa oferece hoje as mesmas condições que ontem eram apenas predominantes em Campina, com algumas outras vantagens significativas, tais como a equidistância de Recife Natal e a própria Campina, e a exis-

tência do Porto de Cabedelo, cuja importância, mais cedo ou tarde, haverá de ser considerada.

Enfim, quem saiu lucrando foi a própria Paraíba, pois ela tem agora possibilidade de oferecer ao empresário duas magníficas alternativas para localização dos seus empreendimentos: João Pessoa e Campina Grande, esta última agora mais consolidada politicamente, ressurgindo da temerária crise por que passou no seu setor privado, renovando-se em sua paisagem urbanística e partindo para novas e magníficas conquistas, notadamente no setor educacional, já altamente desenvolvido.

Resta agora que os governos e povo de cada uma das cidades enviem esforços para o aprimoramento de suas instituições, buscando atrair investimentos de outras áreas, numa competição, a nosso ver, saudável sob todos os aspectos para a Paraíba.

Eis, assim, não a análise, mas uma análise do problema. Há, evidentemente, outros ângulos a serem considerados, mas não aqui, onde o assunto não pode ser tratado em termos rigidamente científicos. O debate, por isso, ainda está em aberto.

FIGURA 8: Editorial do Jornal da Paraíba. 18 de março de 1972

Fonte: <https://lojin.jornaldaparaiba.com.br/acervo>. Acessado em 19 de janeiro de 2017

Para contrapor à imagem-síntese de Campina Grande forjada no interior dos discursos político-burgueses, o autor inicia seu texto levando o

leitor a resgatar na memória a importância da localização geográfica. Se em um primeiro momento esta localização foi preponderante para impedir o desenvolvimento da capital segundo o editorialista, é quando João Pessoa constitui as infraestruturas “capazes de assegurar seu próprio crescimento industrial”, que a localização geográfica passou a ser “altamente positiva”:

Ora, sabendo-se que os fatores que mais influenciam uma localização industrial são: a) proximidade dos grandes centros de consumo, com vistas à redução de custos de transporte; b) água abundante; c) energia; d) bom sistema viário; e) proximidade de matéria-prima; f) mão-de-obra nos diversos níveis; e g) uma boa infraestrutura de serviços (comércio, escolas, hospitais, rede bancária, etc) há de se convir que para um empresário sulista – que nada tem a ver com as disputas ou rivalidades locais – João Pessoa oferece hoje as mesmas condições que ontem eram apenas predominantes em Campina (...) (JP, 17/03/1972, p. 4)

Considerando que o sujeito discursivo não é dono do seu dizer, de acordo com Pêcheux (1997), e que ele é atravessado por uma pluralidade de vozes que o inscrevem em diferentes formações discursivas, podemos perceber a exterioridade social do discurso, como nos fala Fernandes (2008), neste caso específico.

Ao considerar os fatores que influenciam a localização industrial em João Pessoa, o autor expõe seu discurso no movimento da intertextualidade: todas as condições que por décadas foram predominantes nos já-ditos sobre Campina, foram resgatados para localizar ideologicamente o discurso do autor do texto.

Desse modo, podemos afirmar que o Jornal da Paraíba surge como um ávido instrumento para reestruturar o processo de industrialização. Os editoriais apresentados trazem tom veemente sobre a necessidade de se repensar a indústria em Campina Grande. Assim, a regularidade discursiva intercambia no sentido de resgatar a história da industrialização e seus condicionantes em Campina Grande, para defender um projeto de reestruturação.

Esta reestruturação econômica e espacial de Campina Grande será objeto de análise mais aprofundado no capítulo que se segue: Discursos sobre Campina Grande: a perseguição à modernização e à diversificação econômica. Nesse ponto iremos discutir as práticas político-burguesas para a implementação, consolidação e reestruturação do espaço campinense e a emergência do ensino superior enquanto atributo de modernização do espaço.

Mas também discussões e análises sobre as imagens da cidade, constituídas ao longo do tempo com seus significados contemporâneos. A “Vontade de Verdade” como forma de salvar Campina em que a ciência e a tecnologia são preponderantes no discurso da configuração imagética de Campina Grande.

### 3. CAPÍTULO:

#### **DISCURSOS SOBRE CAMPINA GRANDE: a perseguição à modernização e à diversificação econômica**

*A fala dos passos molda os espaços.  
Michel de Certeau.*

Este capítulo contempla parte das discussões que tratam dos discursos sobre o processo de reestruturação econômica da cidade de Campina Grande. Aqui intentamos versar sobre as discussões inerentes à análise da organização do espaço que contribui para a organização econômica regional à luz da inserção do capital.

Neste ponto, dividimos o capítulo em duas partes, porque entendemos que dinâmicas distintas resultam em ações diferenciadas. Assim, abordamos em primeiro momento sobre as discussões acerca dos projetos de reestruturação econômica. Caminhamos, nesse sentido, analisando o desenlace histórico em que as lembranças da dinâmica econômica de Campina Grande da primeira parte do século são resgatadas como justificativa para uma reação frente à crise e ao declínio econômico experienciado na cidade, especialmente entre os anos 1960 e 1980.

Desse modo, estabelecemos uma análise sobre os discursos nos jornais, supramencionados, acerca dos planejamentos de reestruturação urbano-econômico, notadamente, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e a consolidação das escolas superiores. É importante destacar que nosso objetivo é analisar como os discursos nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba são exitosos, em particular, quanto ao modo como suas aspirações sobre a ideia de cidade ajudaram a criar marcas sobre o espaço urbano. Por isso, o leitor se deparará com discussões muito caras ao período de reestruturação econômica, que, como dissemos, vai dos finais de 1960 ao início dos anos 1980. Dessa forma, aqui, à luz do discurso, o leitor encontrará nossas análises sobre o modo como os discursos de desenvolvimento local foram apresentados pelos jornais.

Como já apresentado, o Diário da Borborema foi fundado no final dos anos 1950 período em que as discussões político-econômicas já se faziam presentes orbitando no aprofundamento das crises político-econômicas, especialmente com o governo JK. Já o Jornal da Paraíba entra em cena no período de maior recrudescimento do momento político, pois desde 1968 o mais perverso dos atos institucionais, o AI-5, que representava o fechamento completo das decisões políticas e a implantação definitiva da ditadura, havia sido decretado.

Consideraremos este fato para mergulharmos nas circunstâncias com que os jornais, como voz da elite político-comercial, silenciam sobre a ditadura ao passo que aprovam e apoiam reformas urbanísticas técnicas, intelectuais e para o embelezamento do centro da cidade. Além disso, na segunda parte deste capítulo, no interior das discussões de reestruturação econômica, encontraremos os mesmos jornais apoiando-se no discurso desenvolvimentista para o ensino superior como forma de seguir alimentando um discurso de singularidade para a cidade de Campina Grande.

### **3.1A necessidade por projetos para a reestruturação urbana: o saudosismo de um tempo áureo**

Ao considerarmos as formas espaciais como invenções históricas nos apoiamos em Moraes (2005) que defende o espaço produzido enquanto resultado da ação humana e expressa as relações sociais que lhe deram origem.

O mundo a partir da segunda metade do século 20, especialmente com o alvorecer da década de 1960, já experimentava grandes mudanças nos hábitos e costumes. A Segunda Guerra Mundial e a posição das duas superpotências no cenário mundial alteraram, sobremaneira, as disputas pela hegemonia político-econômica.

No Brasil o sentimento da construção de uma nação moderna teve elemento propulsor nos novos padrões de planejamento industrial propostos por Juscelino Kubitschek.

Na mídia, os padrões arcaicos sofreram forte influência do que se convencionou chamar de “*American way of life*” (FIGUEIREDO, 2012. p.79) e a introdução da televisão mudou drasticamente a comunicação. Passou-se a recorrer

a uma linguagem direta cujo apelo visual ampliou os discursos provenientes dos jornais escritos: uma nova linguagem para dizer coisas antigas.

A TV TUPI, primeira televisão brasileira inaugurada em 1950 teve como fundador o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, paraibano e dono dos Diários Associados<sup>19</sup>. Chatô, como era conhecido, é o principal responsável pela introdução das ações modernizantes nas comunicações paraibana e campinense: Fundou em 1966 a TV Borborema, uma emissora da TV TUPI em Campina Grande, sendo esta a primeira emissora de televisão do estado e, claro, da cidade. Além disso, como já dito no capítulo anterior, também fundou a rádio Borborema e o jornal Diário da Borborema (DB).

Como pudemos observar nas discussões postas sobre o processo de industrialização de Campina Grande via os discursos estabelecidos, também, pelo DB, podemos perceber o modo como este jornal constrói uma cadeia enunciativa sobre Campina Grande. Mais do que isso, sobre um ideário de cidade moderna.

Em 1965 na edição de 15 de dezembro, o editorialista do Diário da Borborema escreveu sobre a indústria e os projetos de modernização da cidade: “sua contribuição ao desenvolvimento do Nordeste é inegável e somente com a compreensão das autoridades governamentais em todos os seus âmbitos (municipal, estadual e federal) é possível atingir plenamente as suas reais finalidades” (DB, 15.12.1965; p.03)<sup>20</sup>. Nessa mesma edição o jornal apresenta em suas matérias, dados, entrevistas com os donos de indústrias locais e reportagens sobre a importância do desenvolvimento desse setor tanto para a economia local como para o desenvolvimento social.

Nada novo já que até aqui temos apresentado discussões acerca do papel desse jornal. Entretanto, cada vez mais, o Diário da Borborema aprofunda seu papel de “porta-voz” da modernização de Campina Grande e passa a assumir uma posição de intermediação entre o setor econômico e os órgãos públicos, pressionando esses últimos já que é “do pioneirismo e do arrojo dos empreendedores que se constrói a grandeza de uma Região” (DB, 17.12.1965, p. 3)<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> <http://www.diariosassociados.com.br/home/>. Acessado em 23 de março de 2019.

<sup>20</sup> Editorial Diário da Borborema, 15 de dezembro de 1965: série: uma indústria por dia.

<sup>21</sup> Editorial Diário da Borborema, 17 de dezembro de 1965: série uma indústria por dia.

O jornal DB buscou ao longo de anos entre as décadas 1960 e 1970, engrandecer, sobremaneira, em suas páginas – mas em especial pelos seus editoriais – as fábricas e os produtos fabricados em Campina Grande e estabelecendo, repetidamente, uma comparação com outras regiões: “Realmente, em nossa cidade já se fabricam calçados que podem se rivalizar ao das grandes fábricas do Sul do País” (DB, 19.12.1967, p. 3)<sup>22</sup>.

Não queremos, contudo, responsabilizar o Diário da Borborema nem pela repetição dos discursos nem pela reverberação dos mesmos. De fato, segundo Lima (1996, p.41) “a importância da cidade não era medida apenas por seu comércio, pois estavam estabelecidos na cidade 16 bancos”<sup>23</sup>, é que o dizer sobre Campina Grande a colocava como uma cidade das mais promissoras da região e das que mais cresciam. Para Lima (1996, p. 41) “o município havia se transformado de simples entreposto comercial do final dos anos 30, em uma cidade com importância fundamental para o Estado e até Estados vizinhos”.

Essas sínteses sobre Campina Grande se apoiam em significantes históricos amplamente reconhecidos e instaurados como recursos inerentes a sua ‘grandeza’. Se para Foucault (1999), a vontade de verdade é a configuração do discurso em uma maneira de separação entre o verdadeiro e o falso, sua instituição parte de critérios arbitrários que se ancoram em meras contingências históricas. A partir da década de 1970 essa ‘vontade de verdade’ sobre a grandeza de Campina Grande toma dimensões ainda mais hiperbólicas.

Na edição de 14 de janeiro de 1978 o DB traz uma crônica em que, no título, lê-se: “CAMPINA sem campinismo”. Em tal crônica o autor disserta sobre como seria a cidade sem a exacerbação de um sentimento de pertencimento. O campinismo seria a constituição de um valor de identidade local cuja principal característica é a autoestima elevada em relação à cidade, ao orgulho de ser campinense. Para Carvalho (2011) esse sentimento tem a ver com a construção

---

<sup>22</sup> Editorial Diário da Borborema, 19 de dezembro de 1967: série: uma indústria por dia.

<sup>23</sup> Os bancos e/ou cooperativas que aponta LIMA (1996) e que possuíam matrizes, filiais ou agências de crédito em Campina Grande eram: Banco Industrial de Campina Grande S/A; Banco Auxiliar do Povo S/A; Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande LTDA; Cooperativa Central de Crédito da Paraíba; Cooperativa Banco Mercantil LTDA; Cooperativa Agrícola de Campina Grande LTDA; Cooperativa Agrícola da Borborema LTDA; Cooperativa Rural de investimentos LTDA; Banco do Brasil S/A; Banco Lavoura de Minas Geral S/A; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil S/A; Banco do Povo S/A; Banco Magalhães Franco S/A e Banco nacional do Norte S/A. Algumas dessas instituições possuíam mais uma agência na cidade. (FIGUEIREDO, 2012, p.76)

discursiva que constituiu Campina como cidade polo. Os primeiros registros encontrados de tal conceito estão logo quando da fundação do Diário da Borborema, mas se intensificam nos anos de 1970.

A influência e reverberação de tal conceito não se circunscrevem ao DB, mas amplia-se também no imaginário social, nos discursos dos sujeitos e, como não poderia deixar de ser, em outros veículos da imprensa local. Assim se insere também na mesma cadeia enunciativa o Jornal da Paraíba (JP).

Os discursos presentes no JP diferenciam-se daqueles presentes no Diário da Borborema mais pela forma do que pelo conteúdo. Se o DB assume uma posição de exaltação de Campina Grande (tanto por sua história como pelo seu crescimento urbano), o Jornal da Paraíba opta por reclamar mudanças. Primeiro quanto ao comportamento dos empresários e políticos da cidade e, depois quanto à reestruturação socioeconômica e espacial baseada no saudosismo pelo que defendem ter sido a cidade:

### OS INTOCAVEIS

Muito pouca gente se apercebe da grande utilidade da imprensa, não como órgão da divulgação e sim como sentinela avançada na sua constante vigília em defesa dos interesses de uma comunidade.

Em regra, o jornal nada mais é que um órgão informativo, mas, ao lado da informação, da divulgação, reside o seu verdadeiro sentido que é o de intérprete dos anseios públicos. É como bem diz o adágio, "errar é humano", o jornal, aqui e ali, também registra os seus erros, na maioria das vezes, filho de notícias emanadas de fontes que informam erradamente. Um bom jornal, no entanto, tem a humildade de se penitenciar dos seus irrisórios erros.

Os jornais dos grandes centros, a exemplo do Rio e de São Paulo, são um espelho vivo dos acontecimentos e um farol que norteia a opinião pública. Nas cidades de menor porte, nos Estados ditos pobres, o simples fato de circular um jornal é um feito digno de nota. E isso porque os jornais, principalmente os do interior, são recebidos pelo povo como o seu

legítimo intérprete e para certas áreas, entre elas a da política, como um meio de divulgação dos que elas julgam fazer certo. Não só na área política e sim entre o que se costuma batizar como classe dominante, o jornal do interior tem de se apegar ao absurdo de latir como cão, desde que o dono mande.

Esse o ponto nelvragico, o doloroso erro de certos setores que olham para um jornal novo como se o mesmo fosse apontar os erros dos menos favorecidos, acobertando covardemente os erros desses donos do mundo.

Dai a falsa interpretação de muita gente boa, não só em Campina Grande como em todo o Estado da Paraíba, num apressado julgamento do que seja a imprensa, principalmente a imprensa do interior. Essa classe de intocáveis erra, às vezes inconscientemente, às vezes deliberadamente e algumas vezes criminosamente. Quando o jornal ventila o problema, essa gente se levanta terrivelmente sensibilizada.

Muitos desses intocáveis, alguns do barão e do cutelo e da alta administração estadual, se julgam com o todo direito de não receber críticas contra os seus atos errados.

O que realmente é lamentável! Ninguém pode evitar um erro, ninguém pode e nem deve se julgar infalível e quando a imprensa vem de público profligar tudo isso, então, ceus e terras estremecem.

A humildade, na linguagem cristã, a autocrítica, na linguagem dita moderna, deviam nortear os passos desses intocáveis. Tal não acontece e, no final da história, taxam a imprensa de malévoa, de sensacionalista.

Nesta hora em que Campina Grande ressurge e luta desesperadamente em busca de um futuro melhor, não seria a imprensa, a verdadeira imprensa que fosse deixar passar em branco muitos erros para satisfazer o apetite de meia dúzia de inconsequentes ambiciosos.

Não vamos calar. Vamos falar. Esse o nosso grande papel.

FIGURA 9: Editorial do Jornal da Paraíba. 10 de fevereiro de 1972

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 02 de fevereiro de 2017

Na publicação de 10 de fevereiro de 1972 o editorial do Jornal da Paraíba inicia explicando ao leitor a importância da imprensa para além de um "órgão de divulgação". Mas que, ao contrário, tem o papel de vigiar e defender os interesses da sociedade.

No desenvolvimento do seu texto, o autor-editorialista usa seu lugar de fala para, ao passo que se posiciona sobre críticas sofridas pelo jornal desvia a atenção para o que julga ser mais importante: a luta por mudanças no espaço campinense. Escreve:

(...)Nesta hora em que Campina Grande ressurgiu e luta desesperadamente em busca de um futuro melhor, não seria a imprensa, a verdadeira imprensa que fôsse deixar passar em branco muitos erros para satisfazer o apetite de meia dúzia de inconsequentes ambiciosos. Não vamos calar. Vamos Falar. Ésse o nosso grande papel. (JP, 10/02/1972. p. 2).

Nota-se que nesse trecho, o autor não apresenta saudosismo ou mesmo reclama à memória discursiva dos sujeitos leitores. Entretanto, refere-se ao futuro, ao vir-a-ser campinense. Ao fazer referência ao futuro, projeta a cidade para algo maior do que, por hora, o era. Ao referir-se à imprensa, tenta diferenciar aquilo que considera a “verdadeira imprensa” que não se cala, e ao exemplo dos veículos de grandes cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro que são “um farol que norteia a opinião pública”, o grande papel do Jornal da Paraíba é também sê-lo.

Em outro editorial publicado em 26 de fevereiro de 1972 o jornal traz no texto a evocação ao passado, mas com tom provocativo por mudanças urgentes. Escreve o editorialista:

(...) Campina Grande de hoje não é a rica e falada Campina Grande de ontem. Nas mãos dos seus filhos está a recuperação ou o fracasso da Campina Grande de amanhã. (JP, 26/02/1972. p, 2).

Nesse fragmento podemos perceber como o autor, atravessado por outros discursos, se põe na mesma pretensão: a de usar seu lugar de fala, mesmo que lançando mão dos já-ditos, evocando na memória social dos sujeitos uma “força capaz de mudar” a cidade (JP, 26/02/1972, p.2).

Assim, ao tentar produzir sentidos de verdade, o autor tenta normalizar essa prática discursiva. E para isso, induz a formação de crenças através da estruturação de seus discursos em busca da verdade. Observemos então o editorial completo:

## EPOCA DE TRANSIÇÃO

As épocas de transição são terríveis e, acima de tudo, incompreensíveis. A história aí está registrando, através dos tempos, essas violentas mudanças. Maomé, de simples condutor de caravana de camelos, casa com uma rica viúva e, quando todos esperavam que fôsse levar uma vida sossegada, surge, de repente, como o condutor dos árabes. Isabel, da Inglaterra, na luta contra a sua prima Maria Stuart, da Escócia, termina vencendo a grande luta e, hoje, passados mais de quatro séculos, ela representa o novo pensamento de uma época contra o passado que se esborçava e morria lentamente. Aqui no Brasil temos a figura de Pedro I, o filho de D. João VI, da Casa Bragança. Representou, sem sombra de dúvida, uma época de transição onde uma jovem nação pujante, quebrou os laços que a ligavam ao velho Portugal. D. Pedro I não foi o que se esperava e nem poderia ser compreendido na sua época, a terrível época da transição, e isso porque era metade português, príncipe completo, e metade brasileiro.

O seu filho, o grande Pedro II traduziu o alto espírito de brasilidade. A filha de D. Pedro II, a princesa Isabel, também viveu uma época de transição e, passados tantos e tantos anos, somente hoje, a justiça histórica colocou o seu nome no verdadeiro lugar.

Se demoramos em citar tantos exemplos históricos, de caráter nacional e internacional, é porque queremos nos estribar numa base sólida para registrar esta época de transição em que vivemos. Somos um município que faz parte de mais de 2.400 municípios do Brasil. Claro, que no conceito geral recebemos o mesmo equânime tratamento dos outros municípios brasileiros dentro do contexto geral. Campina Grande não é e nem poderia ser uma exceção.

Mas, a verdade é que esta cidade, sempre em ascensão, sempre em busca do caminho para o alto, vive, presentemente uma época de transição. Não pode parar, embora sintam-se cansada. Não pode dispensar, sequer, um minuto de pausa para o repouso necessário. Essa verdade tem de ser

dita e espalhada aos quatro ventos: Campina Grande não pode parar.

E esse grande sacrifício tem de ser feito pelos seus filhos que ora dirigem os destinos deste município. São incompreendidos, são combatidos até, são, inclusive, mal vistos pelo grande público. Não podem e nem devem parar sob pena de destruir o que foi feito. Para frente, sempre para a frente, eis o lema.

No futuro, quando esta cidade conquistar o seu antigo lugar de cidade líder, ou melhor e usando a linguagem moderna, de cidade-polo, no desenvolvimento do Nordeste, então, as gerações futuras farão justiça das medidas extremas tomadas no presente.

Há urgente necessidade de acordar o operário que trabalha nas fábricas, o homem do campo, as classes liberais para essa drástica mudança.

Campina Grande de hoje não é a rica e falada Campina Grande de ontem. Nas mãos dos seus filhos está a recuperação ou fracasso da Campina Grande de amanhã.

FIGURA10: Editorial do Jornal da Paraíba. 16 de março de 1972.

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 19 de fevereiro de 2017.

Podemos perceber que na busca pela estruturação do discurso que se estabelece os processos de disputas da verdade, o editorialista opta não só por usar o discurso como veículo pelo qual são retratados fatos, mas, sobretudo, um objeto de disputas cujas práticas se coadunam para influenciar as relações entre os indivíduos e grupos sociais.

Ao iniciar o texto buscando exemplos na religião e nas relações políticas monárquicas, ou seja, na condução das práticas e comportamentos o autor busca uma “verdade” em determinado campo de ação através da produção de uma história que teria como função precípua, organizar os fatos.

Para Foucault (1999) essa é a ideia de “vontade de verdade”, isto é, a emergência de um discurso que se promove como verdadeiro. O resultado final (para Foucault seria provisório porque sempre será possível, ainda que não seja simples, que outras estratégias revoguem a verdade posta) é a consolidação de um discurso como verdadeiro.

É a vontade de verdade que, segundo Foucault (1999), garante o funcionamento do campo das disputas discursivas rumo à consolidação de um discurso de verdade. Ou seja, confere legitimidade ao discurso que dá suporte necessário a dimensões outras como as relações de poder no plano discursivo.

É nesse ponto que se pode acionar os discursos do JP orientando-se pelas reflexões de Foucault quanto à relação entre o poder e o discurso. Ora, é através dessa abordagem que o editorialista, neste caso, busca legitimar seu discurso e garantir sua aceitação social. Porto (2014, p.366) diz: “A partir da apropriação da história pelos grupos sociais, Foucault também sugere que tal processo desencadeie outras formas de concepção da própria ideia da história”. O autor entende então que determinado grupo de interesse conquista a autoridade de falar em nome da história. E assim, conta e constrói seu discurso por sua visão de mundo, outro ponto importante já que esta é também moldada por seus interesses e vice-versa.

“Jamais será um gesto ingênuo tomar para si a palavra” (BENEVIDES & BARRETO, 2014, p. 145). Se a construção discursiva que acontece na história está entremeada por relações de poder, é necessário desvendar a vontade de verdade dos discursos. Importante lembrar também que para Foucault (1999, p. 11) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas uma prática e como tal deve ser contextualizada como um acontecimento que constrói uma vontade de verdade.

Desse modo, o autor do texto editorialista não seria uma individualidade na matriz gráfica do discurso, mas um princípio pelo qual se agrupam uma série de discursos. Nesse sentido, informar ou opinar acerca da realidade passa também por uma ordem que não é engessada. Assim, para Foucault (1999, p.39) há um trânsito por entre os discursos em que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for qualificado para fazê-lo”.

É através de tais exigências que se impõe a prática editorialista. Segundo Navarro-Barbosa (2004) para garantir a credibilidade daquilo que é noticiado, uma empresa jornalística produz textos em que os sentidos pareçam estar todos já estabelecidos. Desse modo, o que é dito pelo jornal não deve ser questionado, pois foi dito por aqueles mais especializados em estar a par dos acontecimentos, da realidade. Assim, o discurso do jornal forja a própria realidade.

Segundo Cunha (2011, p. 138-138) a vontade de verdade nos jornais é tida “como absoluta e total porque deve ser universalmente aceita”, mas essa ótica de se pensar a verdade parece desconhecê-la com uma maquinaria “destinada a excluir todos aqueles que, ponto a ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão” (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Por este caminho comporta a justificativa do processo de construção-alocação da imagem de Campina Grande como cidade singular. O discurso, nesse sentido, é relacionado às transformações capazes de quitar-lhe da crise econômica por que passou a experimentar, a cidade, na segunda metade do século 20.

Assim, todo o dizer sobre Campina Grande ao longo dos anos 1970, em especial, requisitava intervenções governamentais que “salvassem” e repensassem o crescimento do tecido urbano da cidade com o fim de garantir o retorno do sucesso conseguido, segundo os discursos, nas primeiras décadas do século.

Mais do que isso, os jornais evocavam os campinenses a assumir o progresso da cidade. É importante destacar que tanto no Diário da Borborema como no Jornal da Paraíba, esses campinenses tinham lugar de fala institucionalizado. Se o discurso dos jornais buscava criar um ambiente propício no âmbito das políticas públicas, é imprescindível considerar que o processo de construção discursiva instaura a “verdade” em determinado campo de ação. Para Porto (2014) esse processo teria a função de organizar os fatos, os procedimentos e os interesses cuja função última é cristalizar o discurso de verdade. Observemos como o trecho abaixo, reforça tal compreensão:

(...). O interventor Luiz Motta Filho, campinense como nós, que sente na própria pele a vaidade de ser campinense como todos os nascidos nesta terra, em boa hora procurou colocar a máquina administrativa da Rainha da Borborema nos bons caminhos que a Municipalidade deve percorrer.<sup>24</sup>

É peremptório percebermos que o editorialista deixa claro as relações de poder no sentido de repensar a ação do Estado<sup>25</sup> e as políticas públicas. Quando dissemos, anteriormente, que quem fala, o faz de algum lugar social é porque compreendemos que o discurso não direciona seu foco no significado, mas no significante, isto é, no imaginário de quem o recebe. Segundo Foucault (1999, p. 15):

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisso não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente àquilo que traduz as lutas ou os sistemas de

---

<sup>24</sup> Editorial Diário da Borborema de 16/04//1971: Desenvolvimento Integrado.

<sup>25</sup> Nesse caso estamos considerando Estado como o aparelho governamental que governa um dado território. Não buscamos estabelecer as discussões foucaultianas de definição máxima do Estado cuja visão heterodoxa nos levaria a compreendê-lo mais como fenômeno do que como instituição.

dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p. 15).

Assim é possível perceber o objetivo do DB no trecho citado anteriormente. Ao utilizar uma linguagem hiperbólica para apresentar o interventor do município, o autor lhe apresenta como igual a todos os campinenses. E como tal, não deixaria de utilizar sua força política para garantir que a cidade retomasse seu crescimento econômico.

Evocando a memória dos campinenses, o Diário da Borborema apresenta a cidade povoada de uma história singular em que a pujança se renova em cada vocativo. A partir da ótica dos elementos de modernização, o jornal apresenta uma cidade de imagem sedutora à luz da sua própria história:

(...) nascida assim esta cidade sob o signo da criatividade e da capacidade empreendedora de sua gente (...) que campina Grande tem sido chamada de “Capital do Trabalho”, forma designativa com que melhor se referem o espírito e arrojo realizadores do seu povo, distribuído por um elenco das mais diversificadas atividades. (...) *Campina Grande, honrando seu passado, consolidando seu presente e melhor sedimentando seu futuro de cidade forjada na vocação para o trabalho.* (Grifo nosso). (DB, 01/05/1975, p. 03)<sup>26</sup>

O vocativo de “Capital do Trabalho” reforça as imagens projetadas para estabelecer sentidos e qualificar Campina Grande através do discurso. A cidade é identificada enquanto síntese hegemônica de sua história. Em outros termos podemos dizer que a invenção de Campina Grande sob o signo e lugar de primazia e progresso, movimenta a imagem do desempenho da cidade seja em sua totalidade, seja em fragmentos.

A cidade configura marcas de um lugar criado e instaurado nos discursos. Campina Grande aglutina, assim, predicativos únicos de cidade pujante: A rainha da Borborema, a capital do trabalho. Tais discursos servem para redesenhar e despertar novos-velhos desejos para a vida urbana da cidade.

O discurso de modernidade está, de maneira jactante, reproduzido também em declarações e reportagens de jornais do Estado as quais reforçam a idéia antiga de Campina Grande como cidade vocacionada; uma busca incessante e conflituosa de colocar a dinâmica da cidade a serviço da construção de um ethos moderno (...) (CARDOSO, 2002, p. 49)

Ao final da década de 1960, ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, a ideia da necessidade de modernização já havia contagiado o poder público e a elite

---

<sup>26</sup> Editorial Diário da Borborema, 01/05/1975: Campina, forjada na vocação para o trabalho.

campinense. Talvez antes disso, já que a cristalização do discurso sobre a imagem-síntese de Campina Grande é de difícil definição temporal.

Entretanto, essa referência de cidade moderna insere Campina Grande não só no tempo, “mas reitera a capacidade inovadora, empreendedora e pioneira da cidade” (LIMA, 2010.p, 66). Contraditoriamente, no plano do real a cidade passava por uma crise econômica que, nos discursos dos jornais como já dito anteriormente, necessitava passar por reestruturações a fim de superá-la e voltar a crescer economicamente.

Segundo Carvalho e Scocuglia (2008) quando a tentativa de superar a crise nos anos de 1970 através das mãos do poder público municipal se mostrou ineficaz, foram as imagens-símbolo de cidade ordenada, controlada e planejável que deram fôlego à busca por melhorias no âmbito federal de governo.

A expansão de outros serviços e o ensino superior passaram a ser incorporados nos discursos, e claro, nos planos de desenvolvimento e recuperação da crise. O limiar entre uma década e outra (1970-1980) marca o fim do financiamento de projetos industriais para Campina Grande via SUDENE. De acordo com Lima (2004, p. 220):

(...) entre 1974 e 1980 o município foi beneficiado com apenas 09 (nove) projetos via SUDENE, sendo 06 (seis) de ampliação e modernização (...) e (...) 03 (três) projetos de implantação de novas indústrias (...) (LIMA, 2004, p. 220)

A crise que se expandia era resultado do esvaziamento dos investimentos econômicos na cidade. O autor citado afirma que a crise tomava dimensões assustadoras. Além de todos os problemas de cunho social e urbano, as autoridades tinham de lidar com a diminuição das transações comerciais, com a redução da arrecadação de impostos e com o crescimento acentuado da população urbana (LIMA, 2004, p. 160).

A cidade está desacelerada. Da Primazia que gozava em épocas gloriosas passou para a apatia e descambou para a decadência econômico-financeira, o que vem contradizer todas as formas de desenvolvimento de uma cidade como Campina Grande, **decantada em verso e prosa no mais puro lirismo nacional** (Grifo nosso). O que acontece de estranho nesta cidade? (...) urge o tempo que se façam planos e se estabeleçam regras, capazes de viabilizar o progresso (...) (DB, 24/10/1988)<sup>27</sup>

Aqui podemos perceber quão ambivalentes tornavam-se os discursos sobre Campina Grande. A oposição ‘cidade decantada *versus* cidade em crise’

---

<sup>27</sup> Editorial Diário da Borborema, 24/10/1988: Campina Grande – Caminhos viáveis.

constitui a tônica que impede o crescimento da cidade. Contudo, o ideário de Campina Grande como lugar singular conduz a regularidade do discurso.

É claro que surgiram planos para o desenvolvimento de Campina Grande. Na primeira metade da década de 1970, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)<sup>28</sup> que orientou o planejamento e organização da cidade e propiciou o desenvolvimento do município intervindo em setores considerados deficientes na cidade (FERNANDES, 2011).

O Plano de Desenvolvimento Integrado propunha a disciplinarização e ordenação do solo urbano, o controle das ocupações das zonas centrais e o desenvolvimento econômico e social a partir do controle das populações periféricas (...). Assim, a justificativa da necessidade de uma política urbana para as cidades de porte médio é motivada pela procura de um maior equilíbrio intraurbano-regional (...). (CARDOSO, 2000, p. 53-54).

Desse modo, o PDLI se caracterizava através das intervenções com vistas à resolução de crescentes problemas de cunho sócio espacial, cujo desafio era a exigência de pensar Campina Grande a partir da dimensão urbana.

Elaborado pela Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande<sup>29</sup> (Comdeca) em colaboração com o Serfhau (Serviço Federal de habitação urbanismo), órgão do então Ministério do Interior, o PDLI tinha como principal objetivo orientar o planejamento do tecido urbano da cidade e propiciar o desenvolvimento do município e sua região.

Entretanto, se constituiu, na realidade, como uma imposição do governo militar em consonância com o modelo de planejamento urbano integrado e centralizado proposto pela ditadura civil-militar brasileira. Apresentava, portanto, um caráter tecnocrático pensado para atender aos interesses institucionais do governo federal (MARICATO, 2000).

Contudo, um ponto em especial sobre o PDLI deve ser considerado no arcabouço discursivo a que se propõe essa tese: a de que mais uma vez Campina Grande é hiperbolizada. Ao final dos anos 1970, a cidade passa a ser beneficiada por uma série de programas federais que buscavam consolidar seus papéis

---

<sup>28</sup> O PDLI foi desenvolvido durante a gestão de Evaldo Cruz, prefeito de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977.

<sup>29</sup> A companhia consistia num sistema de planejamento, orientação e programação de desenvolvimento físico, social e econômico de Campina Grande. Inicialmente, fora criada como Companhia de Planejamento em 1971 na gestão de Luiz Motta Filho. Porém, já existia um Conselho de Desenvolvimento derivada da Cingra (a companhia de Industrialização de Campina Grande). Para mais informações ver Fernandes (2011).

urbanos. Segundo Oliveira (2005), a implementação do plano tinha uma estratégia discursiva bem consolidada:

(...) de construir uma 'São Paulo no Nordeste', com condições para abrigar o desenvolvimento de Campina Grande, cidade pólo de interesse micro-regional, mediante o estabelecimento de relações entre o crescimento nacional e as características do conjunto de sua estrutura urbana (...). (OLIVEIRA, 2005, p. 91).

Atravessado por um discurso que enfatiza a integração e modernização do território, o PDLI insere, segundo Lima (2010), o Estado como agente importante e balizador na tentativa de normalizar a figura imagética da cidade. Impôs, a rigor, um discurso que segue presente e materializado no espaço urbano, especialmente por disciplinar no plano político e de planejamento urbano a produção do espaço.

O pretencioso discurso da cidade que se projeta para sua região encontrou eco no propalado plano: o PDLI não pretendia solucionar os problemas de uma só cidade, mas de um conjunto de 57 municípios que formavam uma região de forte influência dos papéis urbanos de Campina Grande:

(...) o que foi identificado é que no caso de Campina Grande não se tratava de solucionar o problema de uma só cidade e sim das cidades (...) que se interligavam numa polarização efetiva formando o Compartimento da Borborema. (OLIVEIRA, 2005, p. 108).

Assim, o PDLI passou a ser prenúncio efetivo de uma cidade “predestinada a ser maior que seus limites”. Imagem, a partir de agora, produzida através de um planejamento de desenvolvimento local e que propunha pensar a cidade e seu crescimento.

Nos jornais, tal imagem revezava entre a inoperância do plano, o desejo por vê-lo em prática e o paulatino desencanto: “O PDLI tem sido há muito tempo uma das coisas que mais se tem falado (...) mas até agora não tem passado de um plano, ou melhor, da simples amostra de um plano” (JP, 28/12/1973, p.1).

Dessa forma, como um plano técnico, o PDLI se tornou uma ferramenta para intervenções espaciais, em especial, na área central da cidade. De acordo com Fernandes (2011), a gestão do prefeito Evaldo Cruz (1974-1976) estabeleceu programas de ação para operacionalizar tais intervenções à luz das metas do plano.

O PDLI deve ser compreendido com um instrumento fundamental do processo de planejamento pelo qual a Administração Municipal deverá orientar toda a sua ação. (DB, 05/05/1974, p.02)<sup>30</sup>

Entretanto, como se pode perceber, mesmo como dificuldade de implementação e demora nas ações, a defesa ao plano de desenvolvimento de Campina Grande seguiu presente nos discursos do Diário da Borborema. Ações específicas como melhoria no abastecimento de energia elétrica, através da CELB (Companhia de Eletrificação da Borborema) para Campina Grande e cidades circunvizinhas é um exemplo bem consolidado.

No que se refere às prioridades da gestão Evaldo Cruz, outras ações também podem ser citadas, segundo Lima (2010, p. 134), tais como: “plano de urbanização do Açude Velho, construção do açude novo, revitalização da estação velha”.

Sobre a revitalização da antiga estação de trem faz-se importante um olhar para a influência do discurso sobre o PDLI. Ainda que o plano tenha sido elaborado para atender as normas e as demandas traçadas pelo Governo Militar, também teve sua ação balizada pela prática discursiva. Nesse caso, é bom lembrar que a Estação Velha<sup>31</sup> foi o símbolo da luta pela inclusão da técnica modernizante no espaço urbano em Campina Grande no início do século 20.

No afã das discussões sobre o papel da COMDECA e as ações do PDLI, o DB e o JP se distanciaram em relação ao que consideravam prioritário. Enquanto o Diário da Borborema apresentou uma forte ligação com o poder público, O Jornal da Paraíba buscou, via regularidade discursiva, pressionar a gestão municipal, em especial, sobre os espaços que valorizavam a memória campinense.

O DB referia-se ao PDLI e à COMDECA como responsáveis pela reestruturação física do espaço urbano e defendia fortes intervenções urbanísticas, divulgando as atividades do plano de desenvolvimento em relação à relocação de habitações e zoneamento da cidade.

Com uma forte tradição haussmaniana e inspirado pela reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro, o PDLI sugeria um novo estilo de administrar e embelezar a cidade. E encontrou no DB a ferramenta ideal para justificar a

---

<sup>30</sup> Editorial Diário da Borborema, 05/05/1974: Campina Grande e seu planejamento.

<sup>31</sup> Esse é o modo como passou a ser conhecida a antiga estação de trem na cidade, transformada, posteriormente, no Museu do Algodão.

elitização de determinadas áreas da cidade, disciplinando a expansão de Campina Grande.

O jornal logo se converteu numa espécie de porta-voz dos planejadores e escreveu no editorial em 07 de junho de 1974:

(...)este jornal (...) não só apoia como defenderá com todas as suas forças (...), pois o PDLI propõe ocupar racionalmente o centro da cidade (...) erradicando os cortiços e realizando realocação de comunidades (DB, 07/06/1974, p.02).<sup>32</sup>

Como se vê, o discurso aqui era guiado pela necessidade de se realizar intervenções no tecido urbano, capazes de embelezar a área central. Nesse caso, não só os editoriais, mas reportagens eram realizadas a fim de apresentar uma cidade caótica, suja; o que justificaria as intervenções:



FOTOGRAFIA 5: Exemplo de estratégia de convencimento do DB sobre as intervenções no centro da cidade. (DB, 18/05/1974)

Fotografia: CARVALHO, 2011, p. 89.

De acordo com a fotografia 5 acima, é possível observar que ela não se integra com a imagem da cidade defendida pelos meios de comunicação até aqui. Ao contrário, os casebres, a falta de saneamento, além da chamada da matéria “Uma favela dentro da cidade”, nos apresentam outra Campina Grande que não a bela, organizada, moderna. Antagonicamente, o jornal traz imagens de uma

<sup>32</sup> Editorial Diário da Borborema, 05 de maio de 1974: Campina Grande e seu planejamento.

Campina feia, sem estrutura, com características velhas que precisam ser, urgentemente, excluídas da cidade concebida.

Chama a atenção também que os delineamentos do PDLI parecem ser sustentados por um discurso daqueles que pensam as cidades. A representação na imagem acima está regida de impessoalidade, mas que não se coloca distante do protagonismo dos responsáveis pelo plano: a burguesia local e a mídia.

Na outra vertente (não como contraditório, mas ambivalente) estava o Jornal da Paraíba. Insistente na ideia de que os símbolos são sínteses da imagem de Campina, silencia quanto às intervenções urbanísticas e brada pela valorização da memória.

### ALGODÃO É SIMBOLO

Voltamos a bater na telha para que a velha Estação da GWBR, não venha a ser demolida e sim doada à Prefeitura para, em futuro próximo, ser transformada em museu. O primeiro passo será um pedido dirigido ao Escritório Central da REFESA, no Rio de Janeiro, esclarecendo a finalidade da solicitação. Doado o velho prédio, então, deverá ter andamento a ideia de transformá-lo num museu.

Em boa hora, naturalmente sensibilizados por um apêlo feito através deste jornal, em nome da cultura de nossa terra, para que a vetusta construção não fosse demolida e sim transformada em museu, representantes da Comdeca, da Universidade Regional, do Museu de Arte e do Conselho de Desenvolvimento Comunitário estiveram reunidos, ontem e, na ocasião o problema foi ventilado.

Por outro lado, na Câmara Municipal o vereador Manoel Barbosa apresentava requerimento para que fosse enviado ao presidente da REFESA um pedido para que a Estação Velha não fosse demolida e sim doada

da Prefeitura para ser transformada em museu.

Tudo isso espelha que aquela mentalidade de destruir os prédios históricos de nossa cidade, em nome do progresso, felizmente desapareceu. O interesse que o assunto vem despertando vai ganhando terreno.

Mas, vem a pergunta, museu de que?

Na reunião da Comdeca aventou-se a ideia de transformar a Estação da GWBR em um Museu do Trem. Ocorre que tal ideia será praticamente inviável, uma vez que na cidade do Recife a RFN conta com um. E todo e qualquer objeto de museu, no setor ferroviário, é para ali canalizado. A nossa ideia da criação de um Museu do Algodão parte de um fato bem real e simples. É que a nossa cidade saiu do nada graças ao seu pujante comércio exportador de algodão. Foi graças ao ouro branco que Campina Grande conseguiu atingir as culminâncias da primeira cidade do interior do Nordeste e, na época, uma das mais ricas cidades do Brasil.

Essa nova geração, ora entusiasmada pela ideia, talvez não conheça a grande influência do algodão no crescimento de nossa cidade. Talvez não saiba que a atual Praça da Bandeira e a rua Marquês do Herval, na década dos XX, ficavam atravancadas de fardos e mais fardos de algodão, em pleno leito da rua, trazidos nos lombos de burros.

A fase áurea passou. Mas, para atestar a força, o grande impulso trazido pelo comércio exportador do algodão, aí ainda estão as velhas prensas de Araújo Rique, de Anderson Clayton, de Demostenes Barbosa, de João de Vasconcelos e tantos outros.

Sim, a velha Estação da GWBR deve ser transformada num Museu de Algodão. Será o atestado, a lembrança viva de uma época trepidante, ao mesmo tempo rica e poética.

O Museu do Algodão será um símbolo, um marco da Campina Grande de outrora e, ao mesmo tempo, uma inspiração para jovens que ora constroem a Campina Grande de amanhã.

FIGURA 11: Editorial do Jornal da Paraíba. 10 de março de 1974.

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 19 de junho de 2017.

Em defesa da memória da imagem de Campina Grande, o editorialista assume, como é possível perceber na figura 11, defesa quanto à transformação da antiga estação de trens em um museu. Vale salientar que ao longo do seu texto, o autor lança mão de elementos que justificam a ideia de um “museu do algodão” e conclui: “será um símbolo, um marco da Campina Grande de outrora e, ao mesmo tempo, uma inspiração para os jovens que ora constroem a Campina Grande de amanhã”.

Percebe-se também que no texto apresenta-se a ideia de Campina como cidade unitária: “(...) aventou-se a ideia de transformar (...) em um Museu do trem

(...), ideia praticamente inviável, uma vez que na cidade do Recife a RFN [Rede Ferroviária do Nordeste] conta com um.” E segue:

*Nossa ideia da criação de um Museu do Algodão parte de um fato bem real e simples. É que a nossa cidade saiu do nada graças ao seu pujante comércio exportador de algodão. Foi graças ao ouro branco que Campina Grande conseguiu atingir as culminâncias da primeira cidade do interior do Nordeste e, na época, uma das mais ricas cidades do Brasil (Grifo nosso). (...) A fase áurea passou, mas para atestar a força, o grande impulso trazido pelo comércio exportador de algodão, aí ainda estão as velhas prensas (...), a lembrança viva de uma época trepidante, ao mesmo tempo rica e poética. (JP, 10/03/1974, p. 02).*

No interior dessas discussões sobre modernização e valorização da memória, o JP se mostrou irredutível quanto à necessidade da construção de um museu que sintetizasse a imagem da cidade como um lugar de grande progresso e modernização.

Contudo, o PDLI previa um “Plano de Urbanização do Pátio da Estação Velha” objetivando transformar aquele espaço no “primeiro centro turístico integrado de lazer da Paraíba” que seria chamado “Centro Turístico Cristiano Lauritzen” (CAMPINA GRANDE, PDLI, 1973, p. 31). E o DB defendia essa mesma ideia: “o progresso não mede distância, nem valor sentimental, e a estação velha de trem na entrada da cidade vai mesmo perder parte de seu bucolismo (...)”<sup>33</sup>.

A não convergência dos discursos dos dois jornais quanto à velha estação de trem, se distanciavam mais em relação ao uso do espaço do que à forma, o processo e a história que carregava.

Se a velha estação naquele momento de transformações espaciais se configurava como uma rugosidade, para usar um termo de Milton Santos, era a paisagem que representava um tempo passado, mas que deveria expressar, de algum modo, a memória do progresso campinense.

---

<sup>33</sup> Editorial Diário da Borborema, 21 de maio de 1974: Progresso e modernidade.



FIGURA 12: Estação Velha em 1907.

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=trem#.XSNLd-tKjIU> Acessado em 15/05/ 2019.

Para Santos (2002) rugosidade é aquilo que fica do passado como forma, como espaço construído. É o que resta do processo de acumulação, que nos trazem os restos de divisões do trabalho, dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais. São formas geográficas herdadas.

Nesse sentido, a luta do Jornal da Paraíba em transformar a antiga estação de trens em um museu pretendia, justamente, marcar no espaço tais combinações técnicas e sociais que lhe originaram. Ou seja, cristalizar na memória a forma e o que restava do processo do que o jornal considerava “o marco de Campina de outrora”.

Nesse sentido, o museu vinculava-se aos enunciados que definiam as condições de existência do discurso sobre a cidade, materializando-o no espaço, fazendo do discurso um instrumento de intervenção política, cuja construção discursiva entremeava-se de relações de poder. Assim em agosto de 1974, o Diário da Borborema publicou um editorial em que se lê:

Uma cidade eminentemente comercial, Campina teve na Rede Ferroviária, um dos grandes pontos de apoio do seu progresso. Hoje, superada pelo grau de tecnologia avançada, conseguido pelos outros meios de comunicação, a velha estação de trens, remodelada pela Prefeitura Municipal, permanecerá para sempre como um marco da luta pela evolução (DB, 24/08/1974, p. 9).



FOTOGRAFIA 6: Museu do Algodão de Campina Grande, 2019.

Autor: ARAUJO, J.A.S. Trabalho de campo, em 04 de julho de 2019.

Atualmente a Estação Velha abriga o Museu do Algodão. Ali se encontra parte dos instrumentos técnicos de prensagem e transporte do algodão. Com forte evocação ao passado da economia algodoeira de Campina Grande, o museu reconta a história da cidade desde a chegada do trem até o declínio da produção e a, conseqüente, crise. Mas sem perder o tino do discurso que justifica sua existência como museu: a “vocação da maior e mais importante cidade do interior do Nordeste”.

### **3.2 A produção do espaç o campinense para a reconfiguração do seu papel urbano: O Ensino Superior como prática discursiva**

Sob o manto do “ouro branco”, Campina Grande dinamizou seu crescimento urbano sempre assoalhado por fortes marcas discursivas de modernização. Não se pode negar que se configurou, ao longo do século 20, como uma importante cidade do interior nordestino.

Ao considerarmos que foi a partir dos anos 1950 – quando a cidade venceu o campo, isto é, quando o poder político passou, de maneira mais abrangente, às mãos da burguesia industrial – poderemos compreender que as transformações decorrentes do rápido processo de urbanização, porque passou o país, foi responsável pelas transformações políticas.

Nesse sentido, a transferência o poder das oligarquias locais agropastoris para a burguesia industrial, que defendia uma nova forma de ação do poder público que era marcado por ações assistencialistas e emergenciais, em particular no Nordeste do país, entrou em choque com a política desenvolvimentista proposta por Juscelino Kubitschek (JK) que, como já dito, trazia como cerne a discussão sobre as desigualdades regionais.

Com o *slogan* “50 anos em 5” o plano de metas de JK estabelecia um conjunto de 30 objetivos que deveriam ser alcançados em diversos setores da economia, segundo Silva (S/D). Por isso mesmo, esses objetivos tornaram as discussões sobre as disparidades regionais mais nítidas, ganhando força, particularmente no Nordeste.

Segundo Lima (1996), dentre as principais características do processo de industrialização do Brasil iniciado por Vargas, estava a sua forte concentração na região Sudeste e por ser o Estado o principal responsável por esse processo:

Com o predomínio da região Sudeste sobre as demais regiões, reproduz-se internamente no país o modelo de desenvolvimento ao qual o país estava submetido na escala internacional, ou seja, cria-se internamente uma região desenvolvida, industrial e exportadora de produtos manufaturados e, paralelamente, cria-se uma área periférica, produtora de matérias-primas e fornecedora de mão-de-obra a baixos custos, para a região central (LIMA, 1996, p. 7).

Ou seja, a região Sudeste que desde o século 19 assumira a posição de polo econômico nacional, com a economia cafeeira predominantemente agroexportadora, assumiu um caráter industrial e, como resultado, intensificou ainda mais as desigualdades regionais. Kubitschek com seu plano de metas reformou a ideologia nacionalista varguista e ampliou a ideologia desenvolvimentista (LIMA, 1996). Entretanto, manteve a política centralizadora de benefícios e investimento para a região Sudeste.

É no quadro desse “novo” desenvolvimentismo brasileiro, calcado no processo de industrialização à brasileira via Divisão Territorial do Trabalho (DTT),

que o Nordeste se inseria como a região periférica exportadora de mão de obra para a região central. Aí se fixaram as discussões sobre as disparidades regionais e alimentaram os desejos desenvolvimentistas e modernizantes da elite campinense.

Entretanto, a origem das discussões sobre o desenvolvimento do ensino superior em Campina Grande surge antes dessa onda nacional-desenvolvimentista atingir o Brasil. Já tratamos no, capítulo 2, das discussões referentes à criação das faculdades. Contudo a partir daqui, estabeleceremos uma melhor discussão sobre a emergência das práticas sociais com vistas à configuração dos serviços educacionais. Como perceberemos a emergência do ensino superior em Campina Grande não prescinde às materialidades discursivas.

Em princípios de 1950, a elite campinense já reclamava a constituição de escolas superiores e obteve êxito em alguns poucos casos. Souza do Ó (S/D, p.15), um dos precursores do movimento “União Universitária Campinense”, aponta que dado o crescimento de Campina Grande e por constituir-se numa cidade de “intensa atividade comercial e industrial”, não poderia ficar de fora do desenvolvimento das escolas de nível superior que começavam a surgir no estado.

Como presidente da União Universitária Campinense, órgão criado para congregar todos os universitários residentes em Campina Grande, estudando em Escolas Superiores na cidade do Recife ou em outras cidades, como primeira iniciativa foi levantada a idéia de fazermos uma campanha para a criação de Escolas Superiores em nossa cidade, pois o Governador José Américo vinha criando já algumas em João Pessoa (SOUZA DO Ó, S/D, p. 17).

Nesse sentido, organizados num coletivo iniciaram às pressões junto ao governo do estado para garantir que tais escolas também fossem criadas em Campina. Essas pressões aglutinavam, junto à União Universitária Campinense (UUC), parte dos políticos locais, dos comerciantes mais abastados e os profissionais liberais (entre esses os jornalistas) aquilo que a UUC considerava ser um direito da cidade: possuir uma escola de nível superior.

Na Rádio Borborema, o apoio foi em forma de crônica, cujo principal mote era Campina e sua “vocação” de centro irradiador de influências: “(...) Cremos que essa manifestação coletiva vem do fato original que dispomos, da iniciativa privada

que tudo faz, que levou o que temos orgulho de apresentar como a maior cidade do hinterland nordestino<sup>34</sup> (SOUZA DO Ó, S/D, p. 17).

Agregando apoio dos campinenses, a UUC começou a coletar fundos para suas despesas, e, quanto mais vinculavam as escolas superiores às práticas modernizantes, mais apoio adquiria.

Ainda de acordo com Souza do Ó (S/D), a luta era pela fundação de várias escolas como uma faculdade de odontologia, faculdade de filosofia, faculdade de serviço social, faculdade de medicina e também uma faculdade de economia. Os entraves principais relatados eram de que os profissionais na cidade não referendavam tal ação:

(...) fatos que perturbavam o andamento harmônico de nossas atividades, como: comentários dos formados em advocacia, os médicos, odontólogos e intelectuais, diziam-nos ser difícil fazer escolas superiores em Campina Grande, em face da inexistência de professores capacitados. (SOUZA DO Ó, S/D, p. 18)

Entretanto, com as pressões exercidas pelo Bispo Dom Anselmo Pietrulla, Monsenhor Severino Mariano e o chefe da Casa Civil do Governador, José Lopes de Andrade, José Américo de Almeida, então governador da Paraíba, decidiu por criar a Escola Politécnica de Campina Grande, iniciando com o curso de Engenharia Civil. Diz Souza do Ó (S/D, p. 14 - 19) “um dos melhores cursos de Engenharia Civil do Nordeste, antes mesmo de formar a primeira turma”, e segue, “(...) a luta foi grande (...) assim nasceu a primeira Escola Superior de Campina Grande.

É possível dar-nos conta do modo que se fala sobre Campina Grande. O imaginário de uma cidade hiperbólica permeia sua história, seu espaço, seu dizer. Não na perspectiva da luta dos campinenses em buscar equipamentos urbanos que auxiliassem (ainda que nesse momento histórico isto não estivesse em evidência) uma reestruturação do seu viés sócio econômico. Mas, a ideia de sua grandeza, uma soberba que beira o ufanismo.

Instalada a Politécnica pelo Governo do Estado e na efervescência educacional-desenvolvimentista da elite campinense, o então prefeito Plínio Lemos criou, no mesmo ano, em 1952, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Aqui percebe-se mais uma hipérbole de uma cidade que se presume uma “São Paulo em miniatura” (AGRA DO Ó, 2006, p.

---

<sup>34</sup> Crônica lida na Rádio Borborema em 18/08/1952.

28): Tais faculdades nem chegaram a funcionar na administração de Plínio e, seu sucessor Elpídio de Almeida (1955-1959), “achou que não competia ao município investir no Ensino Superior” (MELO, 2013, p 14).

Entretanto, convencido por nomes como o já citado José Lopes de Andrade (agora ex-chefe de gabinete do governador) e Edvaldo Souza do Ó (ex-presidente da União Universitária Campinense) Secretário de Educação, Elpídio de Almeida criou a FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica), que deveria dar suporte técnico para a promoção do ensino superior na cidade (MELO, 2013).

Em rigor, somente a Escola Politécnica dava indícios da emergência do ensino superior na cidade, já que a FACE, a Faculdade de Medicina (que teve suas bases de instalação na administração de Elpídio de Almeida), a Faculdade de Serviço Social sob o comando do Instituto São Vicente de Paulo e a Faculdade Católica de Filosofia sob a tutela da diocese, eram apenas esforços por parte da União Universitária Campinense em formar um quadro universitário na cidade.

Com a criação da Universidade da Paraíba em 1956, a Escola Politécnica de Campina Grande passou a integrar esta universidade sob o nome “Escola Politécnica da Paraíba”, como podemos ver na figura 13 (a seguir) de 1957, fato que atualizou o efeito de verdade de uma cidade que se prometia grande e materializava parte do imaginário de progresso que, desde o início dos anos 1950, fora tão propagado por parte da elite campinense. Um destaque importante é que a POLI passou a funcionar no edifício do antigo Grupo Escolar Sólon de Lucena, um prédio de arquitetura neoclássica construído em 1924 e que fora construído como sinônimo de instrução e desenvolvimento do ensino na cidade.



FIGURA 13: Fachada da Escola Politécnica, em 1957, quando passou a integrar a Universidade da Paraíba.

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=Escola+poli%C3%A9cnica#.X5XqmOtkIV>. Acesso em 16/05/2019.

LOPES (S/D), um dos entusiastas do fomento do ensino superior, escreveu:

Alguns temas como, **progresso de Campina Grande, para onde vai Campina Grande, o que se podia fazer para o futuro de Campina Grande...** Eram bastante debatidos entre alguns intelectuais da elite campinense. Vou citar alguns: Lynaldo Cavalcanti, Luis Almeida, irmão de Átila, Antônio da Silva Morais, José Lopes de Andrade, que se chamava sociólogo, Edvaldo de Souza do Ó, de todos era o mais barulhento, José Paulino da Costa Filho, que veio para Campina como Chefe da agência de estatística do IBGE, tornou-se professor e depois diretor da FACE, e alguns industriais muito dinâmicos, entre os quais um chamado de Clovis Mato Sá, de Cajazeiras. (...) a gente se reunia para discutir (...) no edifício da FIEP que funcionava na Associação Comercial (...). (Os grifos são do autor: LOPES, S/D, p. 07 - 09).

Nesse fragmento pode-se perceber que o jornalista e professor Stenio Lopes afirmava-se parte da elite e/ou dos intelectuais de Campina Grande. Aqui percebe-se, além disso, nomes já citados anteriormente que reverberavam os discursos acerca do ensino superior como forma de superar os desafios que impedia a cidade de “desenvolver”. Se no capítulo anterior, mostramos como o pensamento e os discursos acerca do desenvolvimento industrial fizeram parte nesse período do ideário de desenvolvimento da cidade, aqui percebemos que a propalada elite intelectual tinha como base de suas reivindicações o apoio dos

empresários industriais. Afinal, a indústria não prescinde de mão de obra qualificada e, nesse sentido, a POLI (Como ficou conhecida a Escola Politécnica) teria muito a contribuir.

Em 1958, houve a formatura da primeira turma de engenheiros da POLI e o jornalista Lopes de Andrade escreveu em sua coluna: “a Escola Politécnica ajudará o Brasil a sair do atraso histórico técnico científico que assola o país” (DB, 01/08/1958)<sup>35</sup>.

A ideia de uma cidade hiperbólica aqui atravessa, então, a escola politécnica. Percebamos que se associa ao imaginário de grandeza de Campina Grande a política desenvolvimentista de JK (1956-1961): a POLI ajudaria o país nessa empreitada e não só a Campina Grande e região como haviam projetado os intelectuais. Em 1959, em editorial, publicou o DB:

A presença de Campina Grande na construção da grande represa de Orós é um desafio e orgulho da engenharia nacional, está assinalada pela chefia (...) ao engenheiro Anastácio de Honório Maia, auxiliado pelos engenheiros Figueiredo Timóteo e Cartaxo, diplomados pela nossa Escola Politécnica. Os jovens campinenses estão dando tudo de sua mocidade e capacidade de trabalho especializado em benefício do desenvolvimento do Nordeste, cumprindo a profecia daqueles que sonharam em transformar Campina Grande em celeiro da ciência e da técnica a serviço do progresso regional. (DB, 10/07/1959)<sup>36</sup>

O editorialista recorre a adjetivos que denotam grandeza. Não só da obra, mas da escola, dos engenheiros, dos “sonhos” dos que um dia quiseram transformar Campina Grande em um centro de ciência e técnica e da própria cidade. Pois eis que, através dos engenheiros formados em Campina Grande, a cidade contribuía para o desenvolvimento regional, no discurso.

Em 1960 com a federalização da Universidade da Paraíba sediada em João Pessoa, se inflamaram ainda mais as discussões sobre uma universidade para Campina Grande. A Universidade Federal da Paraíba integrou a POLI e a FACE, mas deixou as demais faculdades existentes até então, de fora desse processo. Como a POLI passou a oferecer também o curso de engenharia elétrica e de engenharia mecânica, fora necessária a ampliação do edifício. Nesse caso, fora projetado um novo prédio onde pudesse expandir-se territorialmente para o funcionamento dos novos cursos:

---

<sup>35</sup> Diário da Borborema, 11 de agosto de 1958. Coluna Homens de fato por José Lopes de Andrade.

<sup>36</sup> Diário da Borborema, 10 de julho de 1959. Editorial: O “Orós” e a engenharia Nacional.



FIGURA 14: Novo prédio da Escola Politécnica na década de 1960. Hoje reitoria da UFCG.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=Escola+polit%C3%A9cnica#.XsXqmOtKjIV>. Acessado em 16/05/2019.

Este novo edifício onde passou a se instalar a POLI, despertou novos debates na cidade acerca do ensino superior. Muitos intelectuais queriam a junção de todas as faculdades existentes em uma única instituição sob o nome de universidade de Campina Grande. Entretanto, somente a POLI e a FACE seguiram como escolas superiores da recente Universidade Federal da Paraíba.

Paralelo a essas discussões, nas eleições de 1963 fora eleito Newton Rique (empresário, banqueiro e entusiasta das ideias desenvolvimentistas de JK) que tinha como vice-prefeito Williams Arruda, entusiasta, junto com a UUC, do fomento e consolidação do ensino superior em Campina Grande (MELO, 2013).

Com o movimento militar de 1964 que, além de instalar uma ditadura no Brasil, desarticulou as políticas de desenvolvimento regional surgidas no governo Kubitschek sob a tutela do economista Celso Furtado, Newton Rique teve seu mandato cassado e, junto com ele o “grupo desenvolvimentista campinense”, segundo Oliveira (2005, p. 80).

De acordo com Melo (2013, p. 15), Rique nunca foi dos mais entusiastas pela consolidação do ensino superior. Sua atenção voltava-se para a indústria, por isso, apoiava “no máximo, o ensino técnico comercial”.

Com sua cassação e depois de muitas discussões políticas e jurídicas, Williams Arruda foi empossado prefeito de Campina Grande. Esse fato é importante considerar no escopo da constituição do ensino superior de Campina porque foi Arruda o responsável por aglutinar as faculdades em uma universidade.

De acordo com Vieira (1979, p. 31), em 1966 Campina Grande contava com quatro faculdades: duas vinculadas à Universidade Federal da Paraíba (POLI e FACE) e duas que “foram rejeitadas pela UFPB (...), a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social”.

Com o firme propósito de consolidar uma universidade para Campina Grande, Arruda faz circular nos jornais uma mensagem que enviara à Câmara Municipal:

Apraz-me encaminhar à apreciação e aprovação dessa Colenda Câmara o anexo Projeto de lei, que cria a Universidade Regional do Nordeste (URN) sediada em Campina Grande, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar (...) com a finalidade de promover e coordenar a realização de ensino em grau superior, em todos os ramos, e da pesquisa científica e tecnológica, visando à preparação, melhoria e multiplicidade dos recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (...) (DB. 06/03/1966).

Perceba-se aí o discurso de criação da universidade em Campina Grande: Tanto seu nome como os objetivos são maiores que a própria cidade. Uma vontade de verdade, como já exposto, materializada no discurso. Um discurso materializado no espaço. Um espaço, agora, marcado pelos ideários de grandeza do dizer de Campina Grande.

Para gerir a URN (posteriormente chamada de URNe), foi criada a Fundação Universidade do Nordeste (FURNE) e todo o patrimônio da FUNDACT (agora extinta) foi transferida para a nova fundação (Melo, 2013). Sob o reitorado de Edvaldo Souza do Ó, a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social, passaram a compor a URNe, bem como a Faculdade de Direito do Instituto João Clímaco Ximenes que, até então, funcionava na Igreja Congregacional.

Para o funcionamento da reitoria da FURNE/URNe, nada mais simbólico do que o antigo prédio da POLI: Um prédio que exprimia a ideia de centro de educação que a cidade (ou aqueles que estavam no poder público municipal) queria passar:



FIGURA 15: Fachada da Reitoria da URNe, onde funcionou a POLI e, antes dela, o Grupo Escolar Solon de Lucena, Destaque para a mudança do letreiro aonde se lê: Universidade Regional do Nordeste em 1967.

FONTE: <http://cgetalhos.blogspot.com/2016/01/uepb-50-anos-reportagem-da-revista-o.html#.XUmT8fJKiU> acessado em 20/05/2019.

Contudo, o objetivo de tornar Campina Grande um centro educacional que irradiasse influencia para uma extensa região do Nordeste<sup>37</sup> não estava atingido, e uma nova etapa sobre os discursos para a educação superior em Campina Grande surgiu: a tentativa da federalização da URNe em que aglutinasse a POLI, a FACE (MELO, 2013, p. 37) em torno do nome de Campina Grande.

### **3.2.1 O insaciável desejo pela universidade de Campina Grande: na busca da UFCG os discursos pelo futuro da cidade.**

Com se viu até aqui, as décadas de 1950 e 1960 sucessivos editoriais davam eco às vozes que reclamavam a instituição de uma universidade em Campina Grande. Tais reivindicações alertavam sobre a necessidade de uma universidade que representasse um projeto de desenvolvimento para Campina

<sup>37</sup> Sobre isto este autor escreveu a dissertação: CENTRALIDADE URBANO-REGIONAL DE CAMPINA GRANDE – PB: Os Serviços de Saúde e Educação Superior. Ver mais em: ARAUJO, J.A.S. Dissertação (Mestrado em Geografia) PPGG/UFPB: João Pessoa-PB, 2012.

Grande. Até a fundação da FURNE/URNe, em 1966, a elite campinense estava convencida de que sem “ciência e técnica” a cidade não superaria a crise vivida no período pós-algodão.

Em 1965, o Diário da Borborema escreve: “Campina Grande necessita de seu desenvolvimento (...)” do contrário permaneceria “pobre e dependente (DB, 13/01/195, p. 02)<sup>38</sup>. A elite campinense, que a essa altura aglutinava intelectuais, políticos, empresários e aqueles cujo sobrenome lhes garantia confundir-se com a própria história da cidade, evocava constantemente a imagem-síntese da cidade.

Os jornais DB e JP promoviam, com certa frequência, a veiculação de matérias sobre as solenidades de colação de grau. A cobertura que esses jornais faziam associava, quase sempre, a importância da dinâmica científica para a cidade, integrando a isso a evocação do passado e as perspectivas futuras.

Entretanto, a manutenção era bastante onerosa à prefeitura, segundo Aleixo (2018), e nos anos de 1970 as dificuldades financeiras porque passava o município, começou a se abater sobre a universidade<sup>39</sup>. Em verdade, desde sua fundação, a administração da universidade e alguns representantes da política local já apelavam ao governo federal que assumisse a manutenção da instituição. (MELO, 2013).

Não tardou para que o tema da federalização ganhasse às páginas do Diário da Borborema e do recém-fundado Jornal da Paraíba. Iniciou-se então uma campanha com o objetivo de prestar apoio à universidade como forma de postular a sua “consolidação como conquista irreversível da comunidade campinense e da vasta região liderada, cultural e economicamente, por nossa cidade” (DB, 05/07/1970, p. 8)<sup>40</sup>.

Assim, no arcabouço desses novos debates, temas como desenvolvimento integrado e a consolidação da centralidade universitária em Campina Grande se fizeram ecoar na tentativa de angariar cada vez mais apoio social à causa: “serão

---

<sup>38</sup> Diário da Borborema, 13 de janeiro de 195. Editorial: Universidade para a Região.

<sup>39</sup> A implantação da URNe orientou-se pelas diretrizes da Universidade de Brasília (UNB), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), da Universidade do Brasil e da Universidade do Ceará que eram tidos como os projetos mais modernos e que inovariam o ensino superior brasileiro. Para tanto, José Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó e Williams Arruda realizaram diversas viagens a essas universidades no intuito de compreenderem sua organização. Também realizaram viagens à Europa onde visitaram a Universidade de Sourbonne. Entretanto, a inadequação entre os projetos e a realidade campinense afetou a estrutura administrativa, já que a cidade estava inserida em uma região de realidade adversa da sociedade urbano-industrial da maioria dessas universidades. (ALEIXO, 2018); (MELO, 2013); (VIEIRA, 1979)

<sup>40</sup> Diário da Borborema, 05 de julho de 1970. Editorial: Falemos da federalização!

enfocadas as maiores facilidade de acesso, em nível universitário que, fatalmente, proporcionarão às classes humildes, quando da federalização da Universidade” (DB, 05/07/1970, p. 8).

Conforme passava o tempo, a crise financeira da instituição se aprofundava. As discussões sobre a federalização tomava proporções cada vez maiores. Em 1972 publicou o DB:

(...) o funcionamento dessa instituição somente será concretizada se a universidade receber uma substancial ajuda para poder continuar a existir. Já foi dito e repetido por seus dirigentes que, como está, é praticamente impossível continuar, havendo mesmo o perigo de parar. (DB, 13/05/1972)<sup>41</sup>

O jornal iniciava então uma nova, e talvez desesperadora, forma de conseguir cada vez mais apoio apresentando projeções negativas para o futuro da cidade. Passou também a propor, no mesmo texto, que o governo do estado assumisse a universidade, caso a federalização não saísse do papel:

O Governador Ernani Sátiro, um intelectual que nunca escondeu sua simpatia por Campina Grande e a formação da juventude, poderá se constituir no salvador da universidade. Para isso, seria necessário que nessa solução de emergência a Fundação Universidade do Nordeste passasse a ser mantida pelo Estado. (DB, 13/05/1972)

O Jornal da Paraíba, igualmente, não se distanciava, da cadeia discursiva em que evocava ao mesmo tempo, presente, passado e futuro, como tônica da defesa da federalização:

---

<sup>41</sup> Diário da Borborema , 13 de maio de 1972. Capa.

## Federalização da FURN

Campina Grande recebeu, em dia desta semana, a visita do novo reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Humberto Nóbrega. Após visita oficial à Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas, o reitor da UFPB manteve demorado em contato com o professor Antônio Lucena, reitor da Fundação Universidade Regional do Nordeste e, na ocasião, diversos assuntos de interesse educacional foram abordados. O reitor da Universidade Regional disse que a meta que pretende alcançar durante a sua administração é a federalização da FURN. Explicou que existem em nossa cidade duas escolas federais e que acharia possível a inclusão da Escola de Agronomia de Areia na futura Universidade Federal de Campina Grande. Acrescentou que a criação dessa nova universidade traria enormes vantagens para toda uma região, interiorizando o ensino, além de não sobrecarregar a reitoria da UFRB. O professor Humberto Nóbrega mostrou-se vivamente interessado pela explanação feita pelo seu colega, pron-

tificando-se, em visita posterior a esta cidade, a estudar em detalhes todas as idéias focalizadas naquela ocasião, acrescentando textualmente: "nós somos os comandantes e temos um só ideal, o trabalho em comum".

A criação da Universidade Regional do Nordeste foi obra da administração do prefeito Williams Arruda num arrojado vôo para o futuro de Campina Grande. Pouco importa que a nossa Universidade venha passando por algumas crises, principalmente de caráter financeiro. É comum se ouvir dizer que a FURN é irreversível. Essas palavras refletem uma grande verdade. A Universidade Regional não pertence a A nem a B, é, e isso sim, de Campina Grande.

Organizada sobre bases sólidas da melhor orientação em matéria de ensino superior no Brasil, a Universidade atualmente conta com cinco unidades em pleno funcionamento: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Administração, Faculdade de Serviço Social e a Fa-

culdade de Química, esperando-se, para o próximo ano, que seja agregada a Faculdade de Odontologia.

Ora, a idéia do reitor Antônio Lucena em unir todas essas escolas e mais as três federais, duas desta cidade e uma de Areia, formando o conjunto a Universidade Federal de Campina Grande, só pode merecer os mais calorosos aplausos de todos que visam o progresso de nossa terra. Quem vem acompanhando de perto todos os passos dados para que a FURN sobreviva a essas crises; quem sabe o enorme sacrifício nobremente feito pelos seus dirigentes; quem sente de perto a grande abnegação do seu professorado que recebe vencimentos com grande atraso, é que pode medir, em toda a sua extensão, a feliz idéia do reitor Antônio Lucena. E para que ela vingue torna-se necessário um grande esforço conjunto.

E no futuro quando ela estiver cimentada como Universidade Federal de Campina Grande será a grande herança deixada pela atual geração para os futuros filhos desta terra.

FIGURA 16: Editorial do Jornal da Paraíba. 05 de novembro de 1972.

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 19 de junho de 2017.

Pela primeira vez, o JP traz a ideia da futura Universidade Federal de Campina Grande que congregasse à URNe, à FACE, à POLI e também à Escola de Agronomia na cidade de Areia.

Para o Jornal da Paraíba, no editorial, somente "quem vem acompanhando (...) todos os passos dados para que a FURN sobreviva a essa crises (...) é que pode medir (...) a feliz idéia do reitor (...). E para que ela vingue torna-se necessário um grande esforço conjunto" (JP, 05/11/1972).

Pareciam atos de desespero: Se o Jornal da Paraíba pedia um esforço de todos para a formação da universidade federal, o Diário da Borborema dizia que Campina Grande teria a sua universidade federal, mesmo que a Politécnica e a FACE não lhe integrasse (DB, 13/05/1972).

Contudo, a Faculdade de Ciências Econômicas e a POLI não se mostraram favoráveis a passar a compor a URNe e propuseram, como solução para os problemas financeiros da universidade, a criação do campus II da UFPB em Campina Grande.

A este fato, não houve pronta adesão à ideia. Os jornais não deram destaque, os políticos e os intelectuais de Campina Grande não se mostraram interessados... não é difícil perceber os porquês da indiferença à ideia. Ora, um campus II da UFPB em Campina Grande ia de encontro à toda discursividade

construída ao longo do decênio. Além disso, manteria a cidade vinculada ao desenvolvimento do ensino superior da capital João Pessoa. Não seria Campina a dona de seu próprio destino.

Entretanto, o jornalista Stênio Lopes em sua coluna “Homens de fato” no Diário da Borborema, saiu em defesa do campus II: “desejemos o campus II da Universidade Federal da Paraíba. Ali pode-se abrigar, em seu complexo, todas as faculdades e Institutos Superiores de Campina Grande” (DB, 14/01/1974)<sup>42</sup>. Como resposta, o JP lançou um grosseiro editorial em que além de atacar o jornalista se posicionou contrário ao campus II.

(...) Esqueceu o versado colunista que a maior universidade brasileira não é de origem federal e nem é mantida pela União: A de São Paulo. Que existem outras universidades (...) com melhor nível de ensino e melhor equipamento que qualquer Universidade Federal em funcionamento no país; que a Universidade Regional do Nordeste para sobreviver e se desenvolver não precisa ser federal, bastando trabalho, dedicação integral de seus dirigentes e presença deles aos seus problemas, como já aconteceu uma vez; não esqueceu, entretanto, de se proclamar “em prol do campus dois”, título que nenhum filho desta cidade, seja aqui nascido ou simplesmente integrado com seu espírito de luta, aceitaria sem certo constrangimento.

O assunto está encerrado. A polêmica é impossível, como impossível é fechar a sua universidade ou retirar de Campina a liderança econômico-financeira que sempre exerceu perante a Paraíba (JP, 23/01/1974, p. 1)<sup>43</sup>

Os embates sobre as propostas para a recuperação dos serviços de educação superior em Campina sempre foram marcados por muito acirramento como podemos perceber nos trechos acima. Não há como atestar que uma publicação é resposta à outra, porque em nenhuma são expostos nomes. Mas a temática sugere que tais acirramentos permeiam não só a ideia de cidade, mas, sobretudo, o papel da cidade... A imagem-síntese de uma cidade que só é comparável aos grandes centros urbano, como São Paulo.

Em meio a essas discussões, a ditadura brasileira fez-se reformular as universidades federais e a UFPB reestruturou-se em Centro de Ciências. Assim a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Agronomia de Areia, passaram a compor o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT-UFPB).

O CCT teve curta existência (1974-1978), depois transformou-se no Campus II da UFPB, quando esta universidade passou para a estrutura multi-campi. Segundo Fernandes (2011), a criação do campus II foi muito sugerida ao

---

<sup>42</sup> Diário da Borborema, 14 de janeiro de 1974. Coluna Homens de fato por Stênio Lopes.

<sup>43</sup> Editorial Jornal da Paraíba, 23 de janeiro de 1974: Polêmica impossível.

longo dos anos 1970, como possíveis soluções para os problemas do ensino superior em Campina Grande. Contudo, raras foram às vezes em que os jornais defendiam a junção de todos os cursos, escolas superiores e faculdades em torno do nome da UFPB.

Mesmo a elite intelectual tanto da FACE e da POLI, como da URNe não coadunavam das mesmas ideias. Ainda que fossem firmes acerca da ideia de fazer de Campina um grande centro universitário. Os debates e as pressões sobre os destinos do ensino superior em Campina foram intensos e acalorados.

Nos jornais, enquanto as matérias evocavam o passado, alardeavam o presente e projetava o futuro, os editoriais denunciavam as crises, as discussões e as conquistas em busca da universidade federal de Campina Grande como única forma possível de “eivar ainda mais o conceito dessa cidade” (JP, 15/03/1976)<sup>44</sup>.

Em 1978, sob o reitorado do campinense Lynaldo Albuquerque, professor da POLI e participante assíduo da fundação da URNe, a UFPB aprovou um novo estatuto, no qual criava, dentre outros, o Campus II da UFPB em Campina Grande sem aglutinar a URNe.

Tanto o DB como o JP não publicaram editoriais nessa data. No Diário da Borborema alternaram-se matérias sobre a criação do campus II e os problemas financeiros por que passava a URNe. Nos dias que se seguiram foi também o DB quem continuou apresentando matérias sobre a implantação, ampliação e a transformação da antiga POLI em campus. Mas não publicou editorial sobre o assunto.

No discurso, o silêncio funciona de dois modos: por meio do excesso do dizer, marcado por paráfrases em torno do já-dito que produz efeitos de sentido e cala outros discursos e por meio do não-dito, em que o sujeito poderia dizer, mas não disse!

Orlandi (2002) indica uma relação do dizer com o não-dizer. Para ela, o não-dito assume posição de apagamento constitutivo de sentidos. E Villarta-Neder (2004, p. 170) aponta que a constitutividade do silêncio é o significante que concebe a relação recíproca entre ele e a palavra.

Se nos atermos a uma abordagem foucaultiana de formação discursiva, que já referenciamos anteriormente, perceberemos que a enunciação se

---

<sup>44</sup> Editorial Jornal da Paraíba 15 de março de 1976: é da federalização que Campina precisa.

estabelece em certo funcionamento de permissão. Ou seja, há o que pode e o que não pode ser dito em determinada inscrição discursiva.

Portanto o silêncio, para além de seu sentido habitual que trata da ausência de barulho ou ruídos percebidos em determinados ambientes, é uma instância produtora de sentidos quando não pensado fisiologicamente, isto é, quando desvela relações de poder.

Em Campina Grande, aos poucos, o imaginário de progresso reinicia um percurso de retorno, mas agora na formação do imaginário *tech city* da cidade. A imagem, forjada em discursos que incidiam para significar e representar Campina sofre uma perceptível mudança no discurso da imprensa local, em especial no limiar dos anos 1980. Porém, agora tomando uma conotação ainda mais superlativa, em particular com a criação do Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) em 1984 que surgiu para promover o desenvolvimento tecnológico da Paraíba e que fora instalado em Campina Grande.

De acordo com Santos Filho (2007), os parques tecnológicos foram implementados no país com uma forte inspiração internacional, sobretudo francesa onde o desenvolvimento desses parques se dava de forma polarizada. Assim, o Estado brasileiro, via Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), implementou no país os primeiros parques tecnológicos, um para cada região geográfica do Brasil.

No Nordeste, coube à Campina Grande a inserção no modelo de modernização tecnológica do Brasil. É interessante perceber que a implementação dos parques tecnológicos e seu advento em Campina Grande se deu quando o ex-reitor da UFPB, o mesmo que fora responsável pela implantação do campus II em Campina Grande (Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque), presidia o CNPq.

(...) as consequências imediatas desse modelo para a cidade são a locação de uma área para o alojamento e instalação de empresas, a redução de 50% da taxa de Alvará de funcionamento pela Prefeitura Municipal e o repasse para o Programa do ISS (Imposto Sobre Serviço) recolhido nas Empresas de Base Tecnológicas (EBT's), **além, evidentemente, do fortalecimento do discurso da inserção na modernidade e no movimento global da sociedade** (Grifo nosso) (CARDOSO & MAIA, 2007, p. 533).

Com a instalação do PaqTcPB, buscava-se a ampliação da área de influência de Campina Grande no que diz respeito à Educação Superior, pois foi por meio das IES (Instituições de Ensino Superior), ou via incubadoras, que as EBT's se instalaram na cidade, segundo Santos Filho (2007). E através dos

Centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) criou-se um sistema de redes de cooperação, no âmbito da cidade, formando, segundo Santos Filho (2007), um tecnopólo<sup>45</sup>.

Para além das discussões inerentes sobre a emergência do tecnopólo, no discurso, esta imagem opera em um contexto de intenções que incidem para representar Campina Grande em suas características singulares e superlativas. No sentido da cidade imaginável que tem sido pensada e alicerçada em um jogo de interesses e posições, tais imagens nos levam a perceber a invenção de Campina Grande como “a cidade do trabalho”, por exemplo. Campina Grande, legitimada em seus significados é síntese de sua história.

Por fim, a universidade federal de Campina Grande, aos moldes como queria a elite intelectual, nunca saiu do plano do papel. Segundo Porfírio (2008), em fevereiro de 1987 fora arquivado um projeto na câmara federal sobre o tema.

Antes disso, o DB já trazia declarações do então ministro da educação, Marco Maciel, que segundo o jornal o ministro “explicou que se abrisse um precedente, estaria discriminando outros Estados, visto que há quase 600 universidades em idêntica situação e com igual pleito” (DB, 23.05.1985)<sup>46</sup>.

Em 1986 é que o tema da estadualização da URNe passa a ser debatido com mais veemência. Entretanto, segundo Fernandes (2011) esse debate encontrou muita resistência por parte da comunidade acadêmica. Segundo Porfírio (2008), a ideia não era acatada pela maioria das lideranças dos segmentos da universidade, principalmente pelos líderes do movimento estudantil. Já para outros grupos, o pessoal docente e os técnico administrativos viam como uma ação salvadora ante as crises e os atrasos salariais constantes.

Ao fim e a cabo, a URNe foi estadualizada em 1987 durante o governo Burity (1987 – 1991) como a única alternativa de se colocar um ponto final à crise financeira existente desde a sua fundação<sup>47</sup>. Desse evento, passou a se chamar

---

<sup>45</sup> Sobre a estrutura, formação e implementação do tecnopolo Campina Grande, ver Santos Filho (2007).

<sup>46</sup> Diário da Borborema, 23 de maio de 1985. Capa: entrevista com o Ministro da Educação Marco Maciel.

<sup>47</sup> <http://www.uepb.edu.br/historia-decisao-de-estadualizar-a-urne-e-tomada-pelo-governador-tarcisio-burity/> acessado em 22.03.2019.

Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. Os jornais noticiaram, contudo, só o Diário da Borborema alardeara a inerente condição superlativa de Campina, tão propalado entre os anos de 1960-1970, em relação ao ensino superior.

(...) para Campina Grande, a estadualização representou a efetiva participação do Governo Burity no desenvolvimento econômico da cidade, a começar pelos efeitos que o restabelecimento da entidade provocará no comércio e na indústria local (...). (DB, 06.09.1987, p. 1)<sup>48</sup>.

De acordo com essa matéria, os campinenses queriam ver a instituição voltar ao clima vivido nos primeiros anos de sua fundação, exercendo grande atrativo para estudantes dos mais diversos pontos do Nordeste. E voltava com o tema da federalização. Utilizando a fala no plenário da assembleia legislativa do então deputado estadual Evaldo Gonçalves, escreveu: “a estadualização não é tudo. O objetivo maior é a sua federalização” (DB, 11. 09.1987, p.02)<sup>49</sup>.

Contudo, somente em 2002 com o desmembramento do campus II da UFPB é criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tal ação não foi acolhida com grande festa pelos jornais, mas claro noticiaram, cada um a seu modo. O DB estampou na primeira página: “UFCG chega com três décadas de atraso”<sup>50</sup> e o Jornal da Paraíba publicou o seguinte editorial:

---

<sup>48</sup> Diário da Borborema, 06 de setembro de 1987, capa.

<sup>49</sup> Diário da Borborema, 11 de setembro de 1987, discurso de Evaldo Gonçalves no plenário da ALPB, p. 02.

<sup>50</sup> Diário da Borborema, 13 de abril de 2002, capa.

# A Universidade Federal

**E**stá, pois, criada por lei a Universidade Federal de Campina Grande. Apesar de ela começar a funcionar com orçamento próprio somente a partir de janeiro do próximo ano, a Universidade já existe. Em breve, ela terá Reitor e Vice-Reitor nomeados temporariamente e dentro de seis meses haverá de apresentar o seu estatuto para a aprovação do Ministério da Educação. Até então ela se regerá pelo Estatuto da Universidade Federal da Paraíba.

A Universidade Federal de Campina Grande nasce com mais três "campi": o de Patos, o de Sousa e o de Cajazeiras. Nasce já uma entidade de ensino superior de grande dimensão, muitos cursos de graduação e pós-graduação, centenas de professores, milhares de alunos.

Nasce também com muitos problemas. Nos últimos anos, no atual governo da União, foram escassas as verbas para reaparelhamento e novos equipamentos nas Universidades Federais. Uma unidade como a Universidade Federal da Paraíba, com as dimensões que ela tinha, sofria ainda mais, porque abrigava sete "campi" muito distantes uns dos outros e cada um com suas necessidades específicas.

A Universidade Federal de Campina Grande é um sonho acalentado desde a época da fundação da Universidade Regional do Nordeste, em 1966, na gestão do Prefeito Municipal Williams Arruda.

O decreto de criação da Ume, em cuja feitura colaboraram Edvaldo do O e José Lopes de Andrade, já previa a sua incorporação e a incorporação do seu patrimônio a uma universidade federal que viesse a ser criada em Campina Grande.

Edvaldo do O chegou a trazer a esta cidade o Ministro da

Educação Tarso Dutra para tratar do assunto. Mas é evidente que, naquela época, não havia condições para a criação aqui de uma universidade federal.

Dois outras tentativas mais avançadas foram feitas, uma pelo deputado federal cajazeirense Otaciano de Queiroz, a outra pelo deputado federal campineense Aluisio Campos.

Foram tentativas fora do tempo. Era preciso que Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, combativo diretor da Escola Politécnica de Campina Grande, fosse ocupar a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba para iniciar um processo que teria de culminar com a criação da Universidade Federal de Campina Grande. O início do processo foi a criação dos "campi" do interior e o fortalecimento do "campus" de Campina Grande.

Durou mais do que o previsto o tempo de espera. Há mais tempo o desmembramento da UFPB poderia ter sido feito. Fatores políticos não foram suficientes até que o Congresso Nacional e a Presidência da República não se dobrassem às fortes pressões para a criação da Universidade Federal de Tocantins, da Universidade Federal de São João del-Rei.

Agora, temos a universidade há tanto tempo desejada.

Tudo permite a conjectura de que, pelo seu estatuto e pelas suas normas e intenções de funcionamento, será uma universidade nova, com algumas características da época em que irá começar a funcionar.

São inúmeros os estudos e trabalhos que se têm escrito sobre as funções, as missões, os propósitos e os modos de ser de uma universidade do início do século XXI. Os que estão planejando a UFCG, sabem muito bem disto.

FIGURA 17: Editorial do Jornal da Paraíba. 13 de abril de 2002.

Fonte: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo> acessado em 19 de junho de 2017.

É possível perceber uma linguagem muito menos ufanista em relação às publicações do jornal nos anos 1970.

A Universidade federal de campina Grande nasce com mais de três 'campi': o de Patos, o de Sousa e o de cajazeiras. Nasce já uma entidade de ensino superior de grande dimensão (...). A Universidade Federal de Campina Grande é um sonho acalentado desde a época da fundação da Universidade regional do Nordeste, em 1966 (...) Edvaldo do ó chegou a trazer o Ministro da Educação, Tarso Dutra (...) mas é evidente que, naquela época, não havia condições para a criação aqui de uma universidade federal. (...) Agora temos a universidade há tanto desejada. Tudo permite a conjuntura de que pelo seu estatuto e pelas suas normas e intenções de funcionamento, será uma universidade nova, com algumas características da época em que irá começar a funcionar. (JP, 13/04/2002, p.2).

O fervor da reestruturação econômica de Campina Grande já não encontrava respaldo nos anos 2000. Ao longo dos anos 1980 e 1990, a cidade foi se afirmando como centro universitário como nos mostra Araujo (2012) e outras faculdades surgiram no espaço intraurbano. A centralidade de Campina Grande em relação ao ensino superior foi atingida ao longo dos anos. Entretanto, a imagem síntese de uma cidade superlativa, cujo adjetivo de grande já estava gravado em seu nome, se ressignifica. Agora não mais como projetos ou planos para uma

cidade que se supõe singular, mas nos discursos que elevam os já-ditos sobre Campina Grande ao efeito de verdade que marca a imagem-símbolo da cidade rainha, orgulhosa de si mesma.

#### 4. CAPÍTULO:

##### UMA ODE À CIDADE: do discurso de modernidade à cidade – hipérbole

*O símbolo é um signo concreto evocando a relação natural com o ausente ou impossível. O símbolo surge quando o sentimento é tão complexo que não se expressaria de outra forma.*  
Gilbert Durant

Estabeleceremos neste capítulo um diálogo acerca das sínteses hegemônicas sobre a cidade de Campina Grande. Travaremos as discussões sobre o modo como a imagem da cidade foi construída ao longo do tempo com fortes vinculações burguesas.

Tais características conferem à cidade um caráter unitário, neste caso muito mais por sua imagem discursiva do que mesmo por sua função urbano-regional, ainda que a cidade de Campina Grande tenha desempenhado ao longo do tempo uma forte centralidade. Contudo, tal função, ou não se confunde com as imagens sedutoras da cidade, ou se agrega a tais imagens para criar efeitos de verdade.

Assim estabeleceremos discussões da ordem do discurso, dialogando com as teorias foucaultianas, em especial buscando esclarecer como o espaço produzido ideologicamente em Campina Grande é também uma busca por “vontade de Verdade”.

Desse modo, trazemos as imagens-símbolos da cidade como lugar singular para justificar o que chamamos de cidade hiperbólica. Assim, buscamos apreender como os discursos nos editoriais da imprensa local reverberaram sobre as imagens da cidade e forjaram vocativos presentes, ainda hoje, no espaço intraurbano.

#### 4.1 As marcas históricas do discurso no espaço urbano

No limiar da década de 1950 Campina Grande já despontava, economicamente no estado da Paraíba, como um importante município de considerado desenvolvimento econômico oriundo da economia algodoeira. A introdução das linhas férreas e a manutenção da qualidade dessas linhas, como nos aponta Maia (2017), fazendo de Campina Grande uma “ponta de trilhos” por quase meio século, fez ampliar o caráter comercial da cidade e, com isso, a busca incessante da elite campinense por afirmar-se, via a cidade, como os responsáveis diretos pelo desenvolvimento alcançado.

É inegável a importância adquirida no cenário regional pela cidade, sobretudo no que se refere a sua centralidade urbano-regional. Ao longo do século 20, à cidade se acomodaram as imagens de grandiosidade a ela direcionada. Claro que o dinamismo econômico-comercial e, de modo mais tímido, também o industrial foram importantes para consolidar a cidade como uma capital regional, conforme podemos perceber nos estudos realizados pelo IBGE, desde os anos 1960<sup>51</sup>.

Em diversas ocasiões, Campina Grande chega mesmo a rivalizar com a capital do estado, João pessoa, como centro econômico mais importante da Paraíba. Segundo Lima (2004, p. 47) a cidade “era um oásis no deserto a que a região [Nordeste] estava submetida”. Moreira (1979) relata que as políticas de cunho econômico, implementadas no Nordeste do Brasil, apresentavam discursos salvacionistas, ainda que não atendessem às reais demandas da região. Escreve o autor:

Em 1956 (...) o PIB (...) no nordeste era de 1,8 milhão de dólares, ou seja, seis vezes menor do que o do Centro-Sul. (...) No entanto, a população do Nordeste na época equivalia a 50% da população do centro-Sul. (...) desenvolve-se no Centro-Sul uma política de inversões dentro de um programa (...) visando a industrialização, enquanto no Nordeste se levava a cabo um política “assistencialista”. A ação governamental no Nordeste centrava-se na política de combate às secas e tinha, efetivamente, um caráter filantrópico. (MOREIRA, 1979, p. 32-43).

---

<sup>51</sup> Este autor já realizou um debate sobre a constituição da centralidade urbano-regional de Campina Grande, à luz dos estudos das regiões de influência das cidades, como os Regic 1963 (1983), Regic 1993 (2000) e o Regic 2007 (2008). Para ver mais, consultar Araujo (2012).

Era desse panorama que Campina Grande se diferenciava como principal praça algodoeira regional e que, como dito nos capítulos anteriores, se lhe conectava ao capitalismo internacional. Com a introdução do Plano de Metas como política de Estado na gestão de JK, o discurso desenvolvimentista gerou grande expectativa.

A elite local, que estava mais fortemente marcada pelas representações políticas desde a formação da cidade, passou a vincular-se de modo mais efetivo nos mais diversos serviços – como o comércio, o setor bancário e o industrial – e passaram a atuar para implementar as políticas desenvolvimentistas na dimensão local. Já falamos aqui do GTDN e do PDLI que em tempos distintos, mas sobreposto, buscavam garantir o desenvolvimento e a modernização do espaço urbano campinense, elevando à sua inerente condição de grandeza.

É importante destacar que essa euforia oriunda do plano de metas de Kubistchek não é uma característica apenas na cidade, por que as promessas de crescimento econômico geraram um otimismo nacional. Para tanto, cabe lembrar-nos da mobilidade populacional em direção ao Sudeste como resultado do crescimento econômico concentrado ali.

Contudo, havia um movimento intrarregional em que os habitantes de pequenas cidades do interior nordestino, por exemplo, buscavam as cidades que mais se destacavam na região. Campina Grande, que já se destacava como uma cidade de importante ascensão econômica tornou-se um polo de atração populacional no interior do estado.

A partir da segunda metade da década de 1950 emergiram muitos debates sobre desenvolvimento regional na esteira do projeto nacional-desenvolvimentista. Já dissemos anteriormente que em Campina Grande houve seminários que discutiam o quadro sócio econômico da região e buscavam soluções concretas na tentativa de reverter o atraso econômico, político e social da região Nordeste.

Lima (2004, p. 54) cita como marco inicial na busca por mudança na política econômica regional o “I Encontro dos Bispos do Nordeste” ocorrido em Campina Grande em 1956. Encontro que congregou lideranças religiosas, políticas, intelectuais e empresariais. O setor industrial se fez representar,

segundo Fernandes (2011), por representante das federações das indústrias dos nove estados nordestinos. Além disso, nomes como Dom Helder Câmara, Aluizio Campos, e até o presidente da República estiveram presentes no encontro.

É imprescindível deixar claro que o encontro estabeleceu diretrizes que resultaram, no mesmo ano, na criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, como já dissemos no segundo capítulo. De acordo com Lima (2004) esse grupo estabeleceu três objetivos básicos: o de fixar capitais formados em outras atividades econômicas na região Nordeste, evitando a migração de tais capitais para outras regiões, notadamente o Sudeste; o de gerar emprego para a população flutuante, isto é, o conjunto de indivíduos presentes no território, mas que não tem a pretensão de fixar-se; e, por último criar um novo grupo dirigente que coadunasse com tais ideologias desenvolvimentistas.

Como já exposto anteriormente, dos diagnósticos resultantes do GTDN, foi criada em 1959 a SUDENE, e do Grupo de Estudos criou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO). Esses órgãos, segundo Maranhão (1984), entraram em funcionamento em 1960 sob a administração do economista paraibano Celso Furtado.

Aqui nos interessa o fato de que a criação da SUDENE representava para o grupo desenvolvimentista de Campina Grande, uma vitória. Isso porque participaram ativamente nas discussões técnicas e políticas sobre a extensão do Plano de Metas para Campina Grande (FERNANDES, 2011).

Nesse cenário, a mudança no projeto desenvolvimentista em decorrência da política econômica implementada após o golpe militar de 1964, atingiu, diretamente, as pretensões de implantar um plano de desenvolvimento industrial como solução para a economia campinense que apresentava estagnação desde a crise do algodão, e claro, a continuidade da linha férrea em direção ao sertão, retirando de Campina a qualificação de “ponta de trilhos”.

Além disso, como os militares consideravam a SUDENE um “ninho de subversivos” (Fernandes, 2011, p. 80), destituíram toda sua direção e, com isso, o próprio projeto de desenvolvimento econômico regional concebido por Celso Furtado.

Campina Grande foi fortemente atingida, como podemos constatar em Lima (2012), pois o “grupo desenvolvimentista” que havia ganhado as eleições de 1963 e defendia um processo de industrialização para soerguer a economia do município via SUDENE, é retirado do poder. Ato que ficou marcado com a cassação do prefeito Newton Rique em 14 de junho de 1964 (MELO, 2013, p, 21).

Rique era o líder do grupo dos desenvolvimentistas. Como banqueiro e industrial era defensor da industrialização do município e tinha como vice-prefeito, Williams Arruda. Arruda passeava entre os grupos de interesse político, mas estava mais fortemente ligado ao grupo dos intelectuais que buscava consolidar e fortalecer o ensino superior. De acordo com Fernandes (2011) conectava-se com os interesses da ala mais tradicional de Campina.

Um homem muito contraditório, Williams Arruda, que inicialmente fora impedido de assumir a prefeitura por atuar no Partido Socialista Brasileiro – PSB -, defendia, mais avidamente, a modernização da cidade. Tornou-se prefeito quando a resistência aos militantes de esquerda e aos comunistas iniciava seu ponto mais crítico no cenário sociopolítico, depois, filiou-se à ARENA, partido fundado pelo militares quando da vigência do bipartidarismo e, com a redemocratização, ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), de vinculação brizolista, em 1988. (MELO, 2013).

Já dissemos que durante sua gestão, Arruda fundou a FURNe e a, então, URNe. Mas também a CINGRA (endossada pelos militares, segundo Melo, 2013) empresa de economia mista cuja participação da prefeitura era de 51% e tinha como subsidiária a TELINGRA, a CELB e a COHAB-CG.

Enquanto Arruda concentrava seus esforços para munir o município de infraestrutura capaz de elevar o seu desenvolvimento local nas mais diversificadas áreas, os jornais davam o tom dos discursos exacerbados sobre Campina Grande, ainda que a SUDENE, fundada no escopo do projeto de desenvolvimento juscelinista, fosse totalmente descaracterizada de seu objetivo principal e, assim como o prefeito, fora cooptada pelas forças político-militares.

Se Arruda instituiu a data de trinta e um de março como o dia da “Revolução Democrática Brasileira” em feriado municipal fora porque deixava

clara a sua adesão aos militares. Contudo, ao final de sua administração em 1969, havia deixado também marcas no espaço que, somadas às marcas que projetavam a imagem-símbolo de cidade moderna, passaram a alimentar o ego campinense.

O projeto de cidade e do urbano de Campina Grande, ao apropriar o lugar para determinado uso, mas o qualifica do que o delimita; sendo que qualificar significa distintivo, diferenciado do resto que o envolve, do que não é apropriado, mantendo, porém com ele, ao mesmo tempo, ligações que definem o modo de interpretar e construir a paisagem (CARDOSO, 2002, p. 55).

A Campina “moderna” deve ser vista a partir das imagens da cidade sedutora que passa, em última análise, na busca por constituí-la uma cidade polo: primeiro como a cidade princesa, depois rainha<sup>52</sup>. Mas também, como dissemos anteriormente, como a “Liverpool brasileira”, “metrópole do Sertão”, “a capital do trabalho”.

O discurso sobre Campina Grande se ancora nas referências históricas e no resgate da memória para justificar, posicionar, projetar e reverberar as imagens e o dizer sobre a cidade. Nesse sentido, o DB e o JP foram as principais vozes da elite. Segundo Sousa (1994), na busca por atrair investimentos, a elite via imprensa, passou a investir em propaganda que evocasse a memória urbana e exaltasse as potencialidades da cidade.

Naturalmente que além dos objetos desse discurso, capitais e investimentos são atraídos para a cidade população pobres da zona rural e/ou urbana de áreas polarizadas por Campina Grande. E há durante a década de 70 reportagens e publicações de imprensa e de órgãos municipais que tentam chamar a atenção ou se mostrar “preocupados” com o fluxo desses contingentes populacionais para a cidade e das consequências e problemas que eles poderiam (...) significar em termos de ocupação e organização do espaço. (SOUSA, 1994, p. 40-41)

Ou seja, enquanto a elite pretendia criar ares de “modernidade”, a constituição da imagem da cidade como polo incide para significar os atributos

---

<sup>52</sup> Vale destacar que encontramos as primeiras referências das imagens-símbolo hiperbólicas da cidade no “Anuário de Campina Grande de 1925” como “princesa da Borborema”. Na década seguinte, os jornais já a apontavam como “Rainha da Borborema”, de modo que o vocativo atual a que os jornais costumam se referir à cidade não deve ter a compreensão de sua constituição apenas na perspectiva histórica quando da sua elevação para vila, mas discursiva. Consideramos assim, que o termo “Rainha da Borborema” é, além de uma releitura a antiga denominação (Vila Nova da Rainha), resultado da associação histórica dessa denominação e o *boom* do algodão nos anos de 1930.

singulares da cidade. Problemas de cunho urbano decorrentes da constituição de tal polo, como êxodo rural e o conseqüente crescimento da cidade e o processos de favelização<sup>53</sup> resultantes disso, marcam no discurso um elemento de diferenciação para repensar o espaço urbano. Vale salientar que sobre esta discussão, nos apoiamos em Maricato (2001) quando afirma que favelas são áreas invadidas por completa ilegalidade da relação entre a terra e o morador. E para Abreu (1994) sua origem se liga à crise habitacional e às recorrentes crises econômicas advindas, principalmente, da República Velha.

Além disso, já falamos que na segunda metade do século 20, a cidade de Campina Grande enfrentara uma forte crise econômica decorrente do fim do ciclo do algodão o que intensificou os discursos sobre reestruturação urbano-econômica ora para preparar a cidade para o seu futuro inato (segundo os discursos), ora evocando a memória urbana para justificar e reclamar transformações urbanas.

Assim, a imagem de Campina é construída não só como uma cidade destinada a ser grande, mas que se prepara para tal. Mais um elemento de fortes marcas imagéticas porque as intervenções urbanísticas tornam-se imprescindíveis para a configuração da imagem da cidade contemporânea.

Para Silva Júnior (2009) a redefinição do espaço urbano como instrumento que potencializasse a capacidade de acumulação de capital, passou à dimensão discursiva que se engendrava na ideia de modernização do país na década de 1960. Nesse caso, o novo era associado ao que era reformado e/ou embelezado, contanto que fosse indispensável a superação do atraso histórico, como nos mostra Rezende (1997).

Nesse sentido, estabelecer a imagem de Campina Grande como uma cidade ordenada passou a ser a ordem discursiva. A busca pelo embelezamento da cidade, então, saiu dos planos discursivos para o espaço

---

<sup>53</sup> As primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro, após a Guerra de Canudos; e em São Paulo por volta da Segunda Guerra Mundial (RODRIGUES, 2003). Caracterizam-se, especialmente, por problemas ligados à insalubridade das moradias e ao caráter plurifamiliar das habitações. Além disso, sua existência é frequentemente associada à marginalização sócio espacial de seus moradores. Para Valladares (2005) a expansão das favelas se deu devido três fatores: i) surgimento dos assentamentos informais; ii) ampliação da ocupação horizontal das áreas anteriormente ocupadas e; iii) o aumento da densidade dos aglomerados já consolidados. Ver Abreu(1994); Carlos (1994); Maricato (1996; 1997; 2001); Valladares (2005); Villaça (2001) dentre tantos outros que têm discutido à questão da moradia no Brasil.

urbano como forma de distanciar a cidade real em crise, da cidade ideal que buscava remodelar-se.

Partindo dessa discussão, concordamos com Santos (1985) que defende ser o espaço uma realidade objetiva, um produto social que está em permanente transformação. Desse modo, o autor destaca que para realizar a apreensão do espaço, compreendendo sua organização espacial, é necessário lançar mão da compreensão de quatro elementos inerentes à leitura espacial: forma, função estrutura e processo.

Nesse sentido, a forma é o aspecto visível de um arranjo de objetos; a função, a atividade esperada de uma determinada forma; a estrutura é o produto imposto ao espaço pela sociedade e de ser analisada na relação espaço-tempo; por fim, o processo que deve ser entendido como uma ação contínua no espaço cujo intuito é se obter um resultado, ainda que este resultado implique tempo e mudança. (SANTOS, 1985)

Ao observarmos, então, a gestão do prefeito Evaldo Cruz (1973 – 1977) temos, portanto, as marcas por um processo de embelezamento e ordenamento. Ou seja, formas foram construídas com intuítos de estabelecer funções ao longo do tempo que resultariam no processo de embelezamento da cidade.

Compreendendo a discussão posta por Santos (1985), podemos mergulhar na lei nº 28/1977, que instituiu o Plano Trienal de Ação. Segundo Oliveira (2005), tal plano foi constituído no momento em que a cidade atravessava uma grave crise econômica, já aqui tão repetida. Contudo, o Plano Trienal de Ação buscava analisar e intervir na cidade a partir das dimensões institucional, socioeconômico e físico-territorial. O Diário da Borborema então registrou:

O chefe da edilidade campinense fez exposição do Plano (...) dizendo [aos vereadores presentes na sessão da câmara municipal] da importância de sua aprovação para que a prefeitura possa executar, dentro de um programa racional, as obras e serviços de caráter prioritários ao desenvolvimento do Município (DB, 02/04/1974)<sup>54</sup>.

Percebamos que neste trecho, temos que a função está diretamente ligada à forma, uma vez que deve ser compreendida como sua atividade

---

<sup>54</sup> Diário da Borborema, 02 de fevereiro de 1974, capa.

elementar. Se apreendermos que dentre as prioridades da gestão Evaldo Cruz, destaca-se a busca por dotar a cidade de instrumentos urbanísticos que justificassem os ares de “modernidade”, a urbanização do Açude Novo<sup>55</sup> foi, portanto, um dos pioneiros nesse processo de intervenção urbanística para embelezamento e, concomitante, reprodução imagética do espaço urbano.

Segundo Roberto Lobato Corrêa em seu texto “Formas simbólicas e espaço” (S/D), as formas simbólicas espaciais são intencionalmente dotadas de sentido político porque elas se constituem como marcas que remetem a determinados significados, igualmente, políticos. Isto porque “glorificam” e reconstituem o passado conferindo-lhe novos significados. Neste ponto, podemos retomar a noção de enunciado discutido no primeiro capítulo, já que este é repetível e singular, cuja singularidade está no surgimento de novos significados.

Além disso, tais formas simbólicas espaciais podem, segundo Correa (S/D), transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos e neste caso, estariam envolvidas em relações de poder e, ao sugerir que o futuro chegou, as formas simbólicas tentam munir o espaço de ares de modernização ao passo que constituem forte vinculação identitária social. Neste ponto, lembremos do regime de verdade que nos fala Foucault (1997), já discutido também no capítulo primeiro, em que a legitimação de uma verdade passa pelo controle de aparelhos políticos ou econômicos em que os discursos (no caso de Foucault) e as formas simbólicas espaciais carregadas de discursividade (no caso de Corrêa) revelam a interdependência do desejo da verdade e do poder.

Voltando nosso olhar para a urbanização do Açude Novo, o parque (a *priori* nomeado de Parque do Açude Novo) foi inaugurado em 1976 como forma de erradicar a favela São Joaquim<sup>56</sup>, de acordo com Carvalho (2011). Para Oliveira (2005) a construção do Parque do Açude Novo assumia o discurso de munir a cidade com áreas de recreação e lazer. Contudo, o que pode ser

---

<sup>55</sup> O Açude Novo foi construído em 1830 com a finalidade de garantir o abastecimento d'água da então vila. Contudo, em 1930 perdeu sua finalidade quando da implantação do sistema Vaca Brava. Sobre mais informações ver Cabral Filho (2007) e Sylvestre (1993).

<sup>56</sup> A chamada Favela São Joaquim foi uma ocupação que se estabeleceu no espaço deixado pelo Açude Novo quando da primeira tentativa de urbanização e o consequente aterramento do açude ainda na administração de Newton Rique em 1962.

percebido é que a construção desse parque foi uma leitura higienista da cidade já que no Plano Trienal de Ação não contemplava a realocação das famílias que viviam no entorno daquela área.

Essa leitura higienista das cidades advém do médico Mattos Pimenta que desenvolveu no Rio de Janeiro, no final da década de 1920, uma campanha contra a existência das favelas propondo como solução para essa questão urbana o fim das construções clandestinas. De acordo com Pita (2012), o médico higienista concebeu um plano que visava substituir as favelas por grandes prédios. Além dele, o urbanista Alfred Agache também passou a discutir a existência das favelas. Contudo, para este o simples fato da remoção das famílias não seria suficiente para obter uma ordem social, segunda Pita (2012). Entretanto era necessário construir subúrbios operários que garantissem condições de higiene e vida mais confortável à população para assim renovar e embelezar a cidade (no caso de suas discussões) do Rio de Janeiro.

Sendo assim, percebemos que a remoção da favela São Joaquim do centro de Campina Grande, foi também uma solução rápida para um problema inerente à realidade brasileira. Sua exclusão da paisagem central da cidade buscava erradicar aquilo que prejudicava a urbanidade, e a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro que para resolver o problema da insalubridade no centro da cidade foi construído o Parque Proletário Provisório, em Campina Grande foi construído o Parque do Açude Novo. Nele foi erguido um obelisco, chamado de Monumento aos Índios Ariús, com 45 metros de altura cujo objetivo era representar o marco zero da cidade.

Sobre os monumentos, para Lamas (2004) estes são elementos que marcam a morfologia urbana por seus significados e presença individualizados.

O monumento deve intervir, em primeira mão, na composição da cidade. Não se localizam em qualquer ponto. Têm seu lugar marcado. Servem para compor a fisionomia urbana. (...). A sua existência situa-se para lá do desempenho de uma função e assume significados culturais e históricos bem precisos, mesmo quando a sua função primitiva já não existe (...) (LAMAS, 2004, p. 104).

Nesse sentido, a opção pela transformação do lugar em parque e a construção de tal monumento em seu interior teve, dentre outras vinculações,

um caráter político, uma vez que mesmo quando as marcas espaciais tendem remeter-se ao passado, possibilitam interpretações outras sobre o presente, já que podem revelar as vicissitudes do momento e dos grupos sociais. No relewa Corrêa (S/D):

A fachada e (...) um prédio podem ser remodelados, alterando-se a sua iconografia de acordo com a intensão de quem pretende reciclar significados sobre o passado, “apagando” a iconografia cuja intensão era de geral outra interpretação. (...) um memorial (...) apresenta uma flexibilidade que permite uma refuncionalização simbólica (...); pode tornar-se um meio útil para uma política de significados. (CORREA, S/D, p. 6)

Nesse sentido, a construção do Memorial aos índios Cariris, pode ser compreendido como um meio que reproduz a continuidade do poder daqueles que o construiu, ou seja, tal marca espacial constitui a forma pela qual o grupo político-burguês comunica o futuro de realizações via um passado do qual não fizeram parte, através de um outro grupo – os indígenas – que não lhes representa.



FIGURA 18: Construção do Parque do Açude Novo, com destaque para o Monumento aos Índios Ariús  
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=parque+evaldo+cruz#.XSOP7utKjIV>, acessado em 16/05/2019

Contudo, de acordo com o projeto trienal, a proposta era munir a área do antigo Açude Novo com espaços para recreação infantil, densa arborização e a construção de um museu de arte. De acordo com o DB em agosto de 1975<sup>57</sup> a primeira parte do futuro parque deveria ser inaugurada em dezembro do mesmo ano quando da finalização da sede do museu, do monumento e uma fonte luminosa circundando o obelisco.

É importante destacar ainda que, assim como nos leva a atentar Lamas (2004), esse monumento, como qualquer outro, passa a desempenhar um papel essencial no desenho urbano, pois caracteriza a área e se torna um ponto estruturante que marca a paisagem da cidade.



FIGURA 19: Parque do Açude Novo no início da década de 1980.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=parque+a%C3%A7ude+novo#.XS0BF-tKIU> acessado em 16/05/2019.

A despeito da importância atribuída aos monumentos urbanos como os obeliscos, por exemplo, Corrêa (2005) escreve que eles não são apenas estéticos. Mas ao contrário, estão eivados de sentido político e impregnados de figuras de linguagem que remetem ao poder. Se for certo que a construção de um monumento é parte integrante do processo de embelezamento do espaço urbano e que, como atenta Corrêa (2005), constitui representações materiais

<sup>57</sup> Diário da Borborema, 17 de agosto de 1975. Capa.

dos processos econômicos, sociais e políticos de um dado período, a construção do Monumento aos Índios Ariús vai ao encontro disso.

Construído pelo Estado, que em rigor é a regra, tal monumento se propõe celebrar histórias heróicas dos indígenas. Contudo, sua construção se atrela fortemente à burguesia político comercial-intelectual da cidade. Nesse sentido, Peet (1996, p. 23) nos mostra que os monumentos são portadores de mensagens ideológicas, pois cumprem a função de “modelar o imaginário social”, criando e alterando padrões de significados. Segundo Correa (2005):

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos principais, identidade e poder. (...). Por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado face aos modernos meios eletrônicos de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem imagens impregnadas de intenção (...), os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico. As paisagens e os lugares são parte da espacialidade dos monumentos. (CORRÊA, 2005, p. 04)

Nesse sentido, a natureza política do Monumento aos Índios Ariús, prescinde aos próprios indígenas, porque ele é portador de um sentido identitário político-local, já que a representação política sempre esteve mais vinculada à imagem do grupo político do que aos Índios Arius. Na fotografia 7, temos imagem atual do Parque do Açude Novo:



FOTOGRAFIA 7: Parque Evaldo Cruz atualmente, antes denominado Parque do Açude Novo, com destaque para monumento aos Índios Ariús.

AUTOR: ARAUJO, J.A.S. Pesquisa de campo, em 15 de julho de 2019.

Na fotografia, vemos o Monumento aos Índios Arius, completamente distante do seu papel simbólico quando da sua criação/construção. Tanto que com o falecimento do ex-prefeito Evaldo Cruz em 1985, a área passou a se chamar Parque Evaldo Cruz, em homenagem àquele que embelezou o lugar, e o obelisco, mesmo que imponente na paisagem passa despercebido dos olhares menos atentos.

Assim, corroboramos com Corrêa (2005) quando afirma que os monumentos estão inscritos em representações políticas. Mais do que isso, o monumento em questão se insere na discursividade intra-urbana, isto é, não é este monumento uma representação histórica de glórias ou lutas como se pode ser percebido em inúmeros monumentos mundo afora, mas uma representação

de uma temporalidade e espacialidade específicas que caracteriza um determinado grupo social.

Contudo essa não foi a única marca deixada no espaço como um projeto discursivo de modernização. Se o crescimento da cidade era, como destacou o DB em 14 de outubro de 1975, “incontrolável”, outros equipamentos precisavam ser “renovados”:

É Campina Grande sempre, pioneira, desbravando caminhos, dando passos a frente, numa demonstração do espírito empreendedor e da capacidade de realização de seu povo. É a Campina Grande insaciável na sua sede de conquistas, aceitando o desafio de uma época que exige das comunidades, ao lado do desenvolvimento material, o culto às traduções e à história, na preservação dos seus mais altos valores espirituais e culturais (DB, 14/10/1975)<sup>58</sup>.

Assim o jornal mais uma vez surge reverberando a ideia de uma Campina Grande que “lutava” por modernizar-se, preservando a memória de seu passado “glorioso”. O Diário da Borborema não se furtara em mostrar uma cidade que se destacava ante as demais da mesma região. Os projetos modernizantes eram inovadores para o jornal e a cada equipamento inaugurado, festas e comemorações<sup>59</sup> eram realizadas sob o escrutínio do “espírito de modernização de Campina Grande”<sup>60</sup>.

Foi apoiado por esse enredo que Evaldo Cruz sugeriu a construção de um estádio de futebol para Campina Grande, indo analisar os, então, recentes estádios de Fortaleza e Natal para projetar em Campina um que estivesse a “altura da cidade”<sup>61</sup>.

Na verdade, mesmo antes da gestão de Evaldo Cruz já havia discussões sobre a construção de um novo estádio de futebol uma vez que

<sup>58</sup> Diário da Borborema, 10 de outubro de 1975. Caderno especial de aniversário.

<sup>59</sup> Ainda hoje é comum, não só em Campina Grande, que haja festas em comemoração à inauguração de algum equipamento. Em Campina, tais festas já tomavam ares megalomaniacos no início do século XX. Em 1939, quando da inauguração da adutora Vaca Brava, fora construído na cidade um chafariz, este como um novo marco para o abastecimento da cidade. Entre os dias 9 e 10 de outubro fora realizado quase “24 horas de festas, de alegria e comemoração (...) com salvas, foguetório, alvorada tocada por bandas de música, continuaram com a missa celebrada na matriz (...) e só terminaram na madrugada do dia 10 ao final dos bailes programados por clubes populares e da elite”. Ver mais em Sylvestre (1993, p. 250) e Cabral Filho (2007).

<sup>60</sup> Diário da Borborema 17/10/1975, p. 2; 18/01/1976, capa; 01/05/1976, p. 8.

<sup>61</sup> <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=est%C3%A1dio+#.XTIfRvJKJIU> acessado em 12 de março de 2019.

tanto o Plínio Lemos (estádio municipal) como o Presidente Vargas (campo do Treze) tinham baixa capacidade de público e inviabilidades de expansão.

Nesse caso, os discursos sobre a necessidade de um equipamento como um estádio transitava entre a ideia de modernização e o fato de Campina Grande não ficar atrás da capital João Pessoa. O Jornal da Paraíba publicara dois editoriais defendendo a ideia:

A construção de um estádio nessa cidade (...) para 40 ou 50 mil pessoas já foi apontado através do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (...). De início o bom senso mostra que a prefeitura não tem condições para construí-lo e também do Estado. (...) Mas a prefeitura bem que poderia organizar uma empresa de capital misto para angariar fundos e administrar a obra. Cabendo como contribuição do poder público municipal a doação do terreno e o projeto arquitetônico. (...). Com o entusiasmo presente não será difícil obter tais fundos. A venda de cadeiras cativas – cerca de 2.500 –, a exemplo do que foi feito no Maracanã (...) daria a maior parte da verba de 8 milhões. (...) Campina tem influência numa área que abrange uma população de 1 milhão e 400 mil habitantes de municípios próximos. E, naturalmente, tais disputas esportivas só seriam feitas aqui (...). O campinense deve partir do princípio que Campina Grande deve ficar em primeiro lugar (...) Campina Grande, essa é a verdade, em primeiro lugar. (JP, 03/07/1973, p. 2)<sup>62</sup>.

Nesse ponto, relembremos as discussões sobre o efeito de verdade, dos capítulos anteriores e a tentativa de convencimento a partir da normalização das imagens-síntese de Campina. A ideia de que Campina Grande é uma cidade muito importante e o papel que assume na região por ela polarizada, sempre a hiperbolizam. Percebemos, além disso, a presença da contínua comparação com outras cidades cujos papéis urbanos são incontestáveis.

Ao utilizar o estádio do Maracanã como quadro comparativo para reclamar a emergência de um estádio para Campina Grande, o autor retoma a estratégia de compará-la às grandes cidades do país, o Rio de Janeiro, e mais especificamente, utilizar o Maracanã (considerado símbolo icônico para a cidade do Rio de Janeiro e para o futebol nacional) como exemplo a ser seguido por Campina.

<sup>62</sup>Editorial Jornal da Paraíba, 03 de julho de 1973: Estádio para Campina, p. 2.



FOTOGRAFIA 8: Estádio Ernani Sátiro "O amigão", 2019.

Autor: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 04 de julho de 2019.

O estádio logo saíra dos planejamentos e insuflara o ego campinense. Sob a administração do governador Ernani Sátiro, ficou decidido que a Paraíba teria dois estádios, um em João Pessoa e outro em Campina Grande. Publicou o Diário da Borborema:

Depois de muito refletir e no auge das discussões, o Chefe do Executivo dá uma de Salomão: em vez de um, dois estádios, agradando gregos e troianos (...). A construção simultânea dos dois estádios, (...) se justifica até por uma peculiaridade da Paraíba: a existência de duas cidades importantes, próximas, prósperas e vibrantes (DB, 08/03/1974, p.15).<sup>63</sup>

Com o apoio de Evaldo Cruz, o governador Ernani Sátiro foi aclamado “amigo de Campina” e o estádio logo foi apelidado de “amigão” em referência ao governador. “Em governo algum Campina teve a participação tão ativa como a do ministro Ernani Sátiro”<sup>64</sup> publicou o DB. Apresentando o governador como “conhecedor da potencialidade do povo campinense”, exaltava a administração Ernani Sátiro por haver direcionado obras “que elevassem ainda

<sup>63</sup> Diário da Borborema, 01 de janeiro de 1974, p. 15; e 08 de março de 1974, Capa.

<sup>64</sup> Cabe ressaltar que Ernani Sátiro governou a Paraíba de 1971 a 1974. Mas como havia deixado a cadeira de ministro do Superior Tribunal Militar em 1971, o jornal ora se referia a ela por “governador”, ora por “ministro”.

mais o conceito da poderosa concentração populacional” que era Campina Grande. (DB, 05/05/1974)<sup>65</sup>. Os dois estádios, o da capital e o de Campina foram construídos e inaugurados simultaneamente:



Contudo, não só o Estádio Amigão fora construído em Campina Grande sob a administração municipal de Evaldo Cruz e Ernani Sátiro no governo do estado. A central de abastecimento (Ceasa) também foi outra obra que fora construída (antes disso, reclamada) como tentativa de distinguir Campina Grande. O Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba faziam publicações concomitantes que defendiam e evocavam a construção do estádio.

(...) a Central de Abastecimento de Campina Grande se distingue das outras, em sua concepção geral e nas seleções de estrutura, pela arquitetura criativa e original, que alia funcionalidade e beleza (...) (DB, 11/03/1974)<sup>66</sup>

Também a Ceasa Campina Grande tinha sua construção atravessada por um discurso hiperbólico. Além disso, nas publicações dos jornais parecia até inevitável compará-la a João Pessoa, ou mesmo reclamar obras com as mesmas dimensões das que se construía na capital do estado: “Não se pode conceber uma Ceasa em João Pessoa, sem outra também (...) na Rainha da Borborema”<sup>67</sup>.

<sup>65</sup> Editorial Diário da Borborema, 05 de maio de 1974: O “amigão” de Campina.

<sup>66</sup> Diário da Borborema, 11 de março de 1974, capa.

<sup>67</sup> Diário da Borborema, 29 de dezembro de 1974, p.11.

## Equipamento Multimunicipal

Informações ainda não oficialmente divulgadas, mas dignas de toda fé, confirmam que o projeto de viabilidade econômica da Central de Abastecimento de Campina Grande acaba de ser aprovado nos altos escalões do Governo Federal, abrindo-se assim o sinal verde à construção daquele importante melhoramento público em nossa cidade, agora dependente apenas da alocação pelo governo do Estado dos recursos financeiros necessários.

O secretário das Finanças da Paraíba, sr. Milton Vieira, em entendimento mantido com a alta direção do Banco do Nordeste em Fortaleza, seguindo notícias publicadas na imprensa, já teria dado os primeiros passos para obter aqueles recursos, o que deverá ser efetivado dentro de breve prazo, a acreditar-se também nas informações de fonte oficiosa do governo estadual.

As duas revelações, é escusado acrescentar, enchem de alegrias os campinenses que aguardam, esperançosos, o cumprimento da solene promessa do governador Ernani Sátyro, várias vezes reiterada, de construir a Central de Abastecimento desta cidade, mesmo que o projeto de

empreendimento não viesse a contar com apoio financeiro do governo da União, fato, aliás, já consumado, uma vez que a programação federal em sua primeira etapa não contempla a construção de Centrais de Abastecimento fora das Capitais de Estado, o que, trocado em miúdos, quer dizer que a Central de Campina Grande terá de ser financiada do governo do Estado ou não será construída.

Contudo, se existe impasse quanto a recursos federais imediatos para a Central de Campina Grande, a aprovação do projeto desta na área federal representa, de qualquer forma, a integração da obra no planejamento do governo da União em nosso Estado, significando sobretudo que, a um determinado prazo e por força do próprio entrosamento iniciado com a aprovação do projeto a Central de Campina Grande não correrá risco de isolamento depois de construída ficando-lhe, ao contrário, desde já, assegurados meios de funcionamento e participação no sistema geral de abastecimento, em montagem pelo governo federal com âmbito nacional e regional.

Uma segunda implicação que logo

se deduz da aprovação do projeto da Central de Abastecimento de Campina Grande é que somente aos que desconhecemos a importância histórica desta cidade como mercado micro-regional poderia escapar a visão realista da necessidade de reorganizar e modernizar o mercado natural aqui desde longa data formado e levá-lo a aumentar sua contribuição à economia regional, em vez de deixá-lo continuar a marginalizar-se por falta, entre outras, de providências como a Central de Abastecimento, cuja principal função será a de uma espécie de conglomerado com efeitos altamente dinamizadores da economia, tanto nos setores agrícolas e pastoris quanto nos industriais e comerciais.

Como a Universidade Regional ou o Hospital do IPASE, a Central de Abastecimento será também um equipamento multimunicipal, ultrapassando as fronteiras urbanas, administrativas e territoriais de Campina Grande e aumentando cada vez mais a função de lugar central "zentral Ort", como dizem os geógrafos alemães), há quase um século desempenhada pela nossa cidade no interior do Norte/Nordeste.

FIGURA 21: Editorial do Jornal da Paraíba em 06 de abril de 1973.

FONTE: <https://login.jornaldaparaiba.com.br/acervo>. Acessado em 08/03/2017

Nesse caso podemos perceber, mais uma vez, tanto o discurso hiperbólico que apresenta Campina Grande como um lugar singular, como também a busca, via vontade de verdade, de ampliar ainda mais a função urbana desempenhada pela cidade. Nesse caso, o autor editorialista recorre a termos científicos para demonstrar a cidade que extrapola seus limites municipais e regionais, pois tal função é "há quase um século desempenhada pela nossa cidade no interior do Norte/Nordeste". Além disso, o editorialista tenta mostrar os papéis urbanos desempenhados por Campina não só pelo comércio grossista de produtos agropecuários, como também pelo serviço de educação via URNe e os serviços de saúde via IPASE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Federais e do Estado) hospital que posteriormente foi integrado a UFCG<sup>68</sup>. Desse modo, o IPASE foi o embrião do que viria a ser a atual faculdade de medicina da universidade federal.

Em relação à central de abastecimento, mesmo tendo sua aprovação e construção iniciada na gestão estadual de Ernani Sátyro (1971 – 1975), a

<sup>68</sup> <http://www2.ebserh.gov.br/web/huac-ufcg/nossa-historia>. Acessado em 26 de julho de 2019.

Ceasa (hoje chamada de Empasa – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas)<sup>69</sup> foi inaugurada pelo Governador Ivan Bichara (1975 – 1978) em 03 de julho de 1976. Contudo ainda na administração de Evaldo Cruz como prefeito de Campina Grande.



FOTOGRAFIA 9: Entrada da Empasa Campina Grande, 2019.

FOTO: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 04 de julho de 2019.

Ainda ao longo dos anos de 1970 e início dos 1980, outras intervenções urbanísticas foram, pouco a pouco, dotando a cidade de Campina Grande de símbolos. Alternaram-se as diversas administrações em criar símbolos que representassem suas gestões, contudo essas representações não se furtavam em evocar o ideário de grandeza. Se várias obras, especialmente a partir dos anos 1980, marcam grupos políticos bem consolidados, a discursividade em que essas obras imergem não se diferencia das ideias modernizantes dos anos de 1950 e 1960 que deram a imagem hodierna da Campina.

A construção de uma nova rodoviária de passageiros se insere nesse contexto. Em 27 de abril de 1974 o Diário da Borborema publicou um editorial intitulado: “Campina quer uma nova Estação Rodoviária”. Como parecia habitual entre os jornais, o DB tentava passar a ideia de que a cidade

<sup>69</sup> No dia 09 de abril de 2019 foi aprovada na Assembleia Legislativa a criação da Empaer (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização) como resultado da fusão entre a Empasa, Emater-PB e Interpa.

necessitava desse equipamento: “(...) a Estação Rodoviária é não só uma reivindicação de toda a comunidade, como também a satisfação de imperiosa necessidade exigida pelo progresso das comunicações interurbanas”<sup>70</sup>.

Mais de dez anos depois, em 25 de maio de 1985 o Terminal de Passageiros Argemiro de Figueiredo, a Rodoviária Nova, foi inaugurada substituindo a Rodoviária Interestadual de Passageiros Cristiano Lauritzen, a rodoviária velha, localizada no centro da cidade; e o Diário da Borborema ressaltou:

(...) a rodoviária nova é uma velha aspiração da população de Campina Grande, uma vez que a Rodoviária Cristiano Lauritzen construída há mais de 25 anos, tornou-se inviável para a prestação dos serviços de transporte de passageiros. (DB, 25/05/1984, p. 8)<sup>71</sup>

Também a construção da Rodoviária Nova esteve atravessada de discursividade. O arquiteto responsável pela obra fora Glauco Campello, o mesmo que projetou o terminal de passageiros da capital João pessoa, de modo que também esse equipamento dava ares de modernização e tentava manter uma equiparação nas intervenções espaciais que o Estado realizava.

De acordo com Batista (2011) a Rodoviária Nova foi construída em uma área mais afastada da cidade que, no final dos anos 1990 e a inserção de outros equipamentos como um shopping center nas suas proximidade, foi também responsável pela expansão do tecido urbano.

Além disso, essa expansão foi, pouco a pouco, modificando as vias que lhe dava acesso e especializando-as para a prestação de serviços, sobretudo do comércio de veículos. Vale salientar ainda, que a expansão urbana que se seguiu nos arredores da rodoviária acarretou na valorização da área e na reorganização das atividades, provocando posteriormente, o surgimento de uma nova centralidade; ainda que esta tenha se dado com desdobramento do centro principal<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Editorial Diário da Borborema em 27 de abril de 1974: Campina quer Nova Estação Rodoviária.

<sup>71</sup> Diário da Borborema em 25 de maio de 1985, p.8. Coluna Opinião: Campina Grande agora tem uma rodoviária do seu tamanho.

<sup>72</sup> Neste caso, não foi a Rodoviária Nova a responsável pela expansão e conseqüentemente a ampliação dos serviços. Mas este equipamento somado ao shopping center, reafirmou a especialização econômica da área, bem como a sua tradução em área de elevado *status* social. (BATISTA, 2011, p. 122)

Na verdade, no início dos anos de 1980 o discurso dos jornais começaram a se tornar menos frequentes se comparado às décadas anteriores. As obras que reclamavam modernização da cidade começaram a se configurar mais como marca de determinados grupos políticos do que dos discursos sobre a cidade. Isto é, os grupos políticos na cidade passaram produzir marcas de si mesmo. Nesse sentido, os dizeres da cidade nos jornais passaram a se tornar menos hiperbólicos já que tais discursos vinculavam-nos a esses grupos.

Isso se diferencia das vinculações passadas porque a partir da década de 1980 as marcas políticas passaram a se tornar maiores que as imagens-símbolo da cidade: não era mais o dizer sobre Campina que atravessa os grupos políticos, mas eram os grupos políticos que reclamavam para si a imagem os verdadeiros representantes dos campinenses do passado.

Assim, a construção de uma obra de dimensões relevante na cidade deve ser observada como uma marca política no território: o Parque do Povo. Distante do discurso de modernização, a construção do parque representou o uso da memória social campinense como “*modus operandi*” para que um grupo político tomasse forma e força.

Os Cunha Lima<sup>73</sup> passaram a partir desta década a se tornar cada vez mais hegemônicos no espectro político partidário, assim nas discussões sobre a construção do Parque do Povo as vinculações passaram a ser cada vez mais partidárias, posicionando aqueles que eram a favor ou contra o grupo. Os jornais também não se distanciaram disso. O Diário da Borborema Chamou-o de “fórródromo”<sup>74</sup>, pois ali se daria a “apoteose dos festejos juninos (DB, 09/05/1986)”<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Grupo oligárquico que ganhou projeção na primeira metade do século XX, mas que somente a partir de 1969, quando o então prefeito Ronaldo Cunha Lima foi cassado pelos militares. A partir daí passou a vincular sua imagem mais fortemente à cidade. Vale destacar ainda que este grupo se consolidou na redemocratização quando Ronaldo retornou do exílio para Campina Grande e se tornou, mais uma vez, prefeito em uma disputa com Enivaldo Ribeiro, político fortemente ligado aos militares. Após isso, foram sucessivos cargos eletivos desempenhados por ele, por seu filho Cassio Cunha Lima e por seus irmãos. De modo que, ao longo de mais de três décadas a família Cunha Lima tem sua função política fortemente ligada à Campina Grande.

<sup>74</sup> Tal substantivo nos remete a “sambódromo”, símbolo do carnaval do Rio de Janeiro eu, igualmente, assume discursividade hiperbólica.

<sup>75</sup> Diário da Borborema em 05 de maio de 1986, capa.

Segundo Lima (2008) a forte vinculação política que se estabelece com as festividades de São João na cidade pode ser concebida em duas fases: o São João antes e depois de Ronaldo Cunha Lima. A referida autora estabelece uma discussão sobre a construção dos discursos na prática da festa e, segundo ela, o hiperbólico título de “O maior São João do Mundo”<sup>76</sup> passou a se vincular fortemente com o político (Ronaldo Cunha Lima).

Tal fato não deve ser confundido com o caráter simbólico do Parque do Povo e a função, igualmente simbólica, da festa de São João para o qual ele fora construído. De certo, as comemorações às festividades juninas sempre tiveram muito apelo em Campina Grande e a área onde hoje está construído o parque também fizera parte das discussões do Plano Trienal sob a gestão de Evaldo Cruz como o propósito de ampliar para ali o parque do Açude Novo. Segundo Silva (2006):

O espaço condicionado pelos arrimos do Açude Novo permaneceria em nível superior aos das ruas em circulação, preservando a área contra a circulação de automóveis, permitindo mais proteção aos frequentadores e ao mesmo tempo em que oferece uma perspectiva mais generosa aos observadores situados em torno da bacia do açude. Interligava-se este parque, através de uma passagem de nível inferior com o grande parque cultural localizado na área de ligação entre o Açude Novo e o Açude Velho (...) (SILVA, 2006, p. 122)

Observemos que a construção de um parque entre os dois açudes da cidade já era discutida na década de 1970. O que defendemos aqui é que a sua construção, nos anos 1980, foge à discursividade da modernização da cidade até então vigente e incrementa a ideia de espetacularização da cidade com o advento dos grandes eventos<sup>77</sup>. Segundo Cardoso (2000):

Poderíamos sugerir que esta espetacularização da cidade (...) não signifique necessariamente perda de intensidade desatenção ou leviandade; trataria-se apenas de uma forma diferente de viver o debate cultural. (...) ainda que se trate de um fenômeno transitório, mesmo já alcançado níveis absurdos de espetacularidade institucionalizada. (CARDOSO, 2000, p. 91).

---

<sup>76</sup> A autora Lima (2008) em seu livro “A fabrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano” estabelece uma discussão sobre a origem do temo “O maior são João do Mundo”. Segundo a autora, desde finais da década de 1940 já havia referências sobre a cidade de Campina Grande realizar o a maior São João, entre os marcadores de quadrilha que, entre poemas e entoadas, evocavam a dimensão e a grandiosidade da festa. Contudo, é no discurso de inauguração do Parque do Povo que Ronaldo, conhecido também por sua capacidade de fazer poesias de improviso, anuncia que iriam fazer em Campina “O maior são João do Mundo”. A partir de então, a festa e a figura política de Ronaldo passaram a ser fortemente identificados pela mídia local.

<sup>77</sup> Sobre esta temática, consultar Cardoso (2000)

Ou seja, os contornos que a festa de São João passaram a assumir no início dos anos 1980 não prescindiam a própria festa, nem o carácter hiperbólico das formas de dizibilidade e efeitos de verdade sobre a cidade. Ao contrário, impingiu no espaço urbano transformações paisagísticas e, também de uso do espaço numa combinação as relações de poder que se estabeleceram para a reprodução do espaço urbano e a vinculação da festa ao consumo do espetáculo.



FIGURA 22: Antigo palhoção construído para as comemorações de São João no local onde hoje se encontra o Parque do Povo. Detalhe para o Parque do Açude Novo em segundo plano.

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=parque+do+povo#.XTBtqvJKiIU>. Acessado em 16/05/2019.

Com o início das obras de construção do Parque do Povo, o Diário da Borborema era o jornal que mais realizava matérias acerca dessa obra e da necessidade de tal construção como imagem simbólica de Campina Grande. Em uma dessas matérias trazia uma reportagem com Luiz Gonzaga em que o jornal punha em destaque a seguinte frase de Gonzaga sobre Campina Grande: “Ela está rodeada de muitas cidades boas, nesse tronco da Borborema. Por isso, o povo daqui é sambador, é forrozeiro, é alegre, e talvez por isso, aqui seja o centro do sanfoneiro desse Nordeste<sup>78</sup>”.

Vale salientar que não foi encontrada nenhuma referência nos jornais pesquisados sobre o Parque do Povo como equipamento de modernização da

<sup>78</sup> Diário da Borborema em 11 de novembro de 1979, p. 4: Gonzaga fala ao DB.

cidade. Nesse sentido, o compreendemos como forte marca simbólica de um dado grupo político, diferentemente do que pudemos observar em equipamentos e intervenções anteriores cujos grupos políticos estavam mais dispersos em diferentes alianças da elite fosse ela industrial-desenvolvimentista ou intelectual.

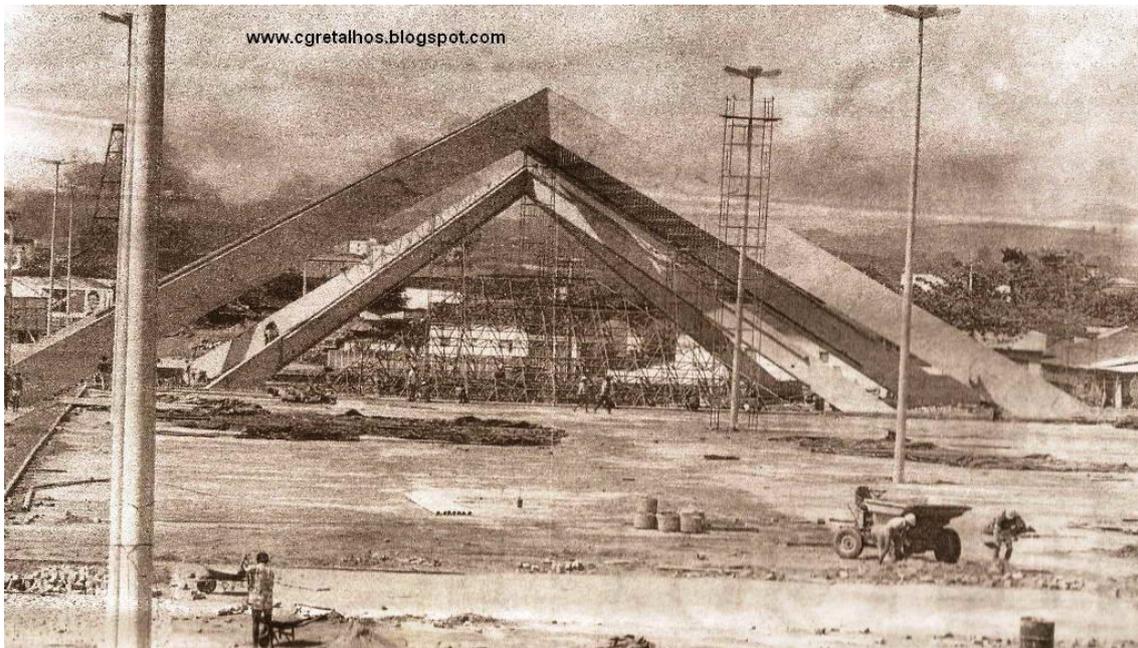


FIGURA 23: Construção do "Forródomo", conhecido popularmente como Pirâmide do Parque do Povo

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=parque+do+povo#.XTBtqvJKiLU>. Acessado em 16/05/2019.

Ainda que o discurso político oficial por trás da construção do Parque do Povo tenha lhe consolidado (e ainda é possível encontrar reverberações dele) como instrumento para agregar as diferentes comemorações de São João que ocorriam na cidade, em um único espaço, Cardoso (2000) e Lima (2008) convergem para o fato de que as festas tradicionais de São João tenham perdido parte de sua essência na cidade. Para Cardoso (2000) houve uma descaracterização da festa popular, e Lima (2008, p. 87) afirma que o Parque do Povo instituiu uma “tradição inventada, um espetáculo, passando a existir como uma festa comercializada por meio de um *marketing* turístico, econômico, social, cultural e político”.

Flores (1997) se refere a uma indústria da tradição ao se mencionar os espetáculos ligados às festas catarinenses de forte vinculações germânicas.

Para ela, as festas criam representações das cidades que reproduzem o espaço urbano enquanto imagem a ser vendida.

Nesse sentido, temos que o Parque do Povo se estabelece como marca imagética da cidade enquanto palco da festa e esta, enquanto produto a ser consumido como uma invenção capitalista forjada nas relações sociais de poder.



FOTOGRAFIA 10: Aspecto atual do Forrodrômo, também conhecido como Pirâmide do Parque do Povo, ao fundo pode se observar o Monumento aos Índios Ariús, no Parque Evaldo Cruz.

Autor: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 12 de agosto de 2019.

Em todo caso, estamos convencidos de que as intervenções urbanísticas no espaço campinense foram forjadas ora para dar ares de modernização, ora utilizando os discursos de modernização como instrumento de construção imagética da própria elite. Mesmo assim a marca “O Maior São João do Mundo”<sup>79</sup> configurou-se como a indústria cultural mais forte na cidade e coaduna com o que até aqui temos apresentado: a cidade hiperbólica.

Nos anos 2000, já com um distanciamento ainda maior dos jornais com o discurso desenvolvimentista ou modernizante, o grupo político Cunha Lima

---

<sup>79</sup> É importante destacar que até 2008, o Parque do Povo era palco também da Micarande, ver Cardoso (2000), “o maior carnaval fora de época do Brasil fora da Bahia” (DB, 23/04/1995).

elege outro elemento para manter vivas as novas marcas da cidade vinculadas a eles. Se as obras dos anos 1970 já não eram mais novidade e “O Maior São Joao do Mundo” já havia se consolidado pela espetacularização da cidade, era preciso um novo símbolo: um viaduto.



FIGURA 24: Propaganda institucional sobre a construção do viaduto Elpidio de Almeida durante o governo de Cássio Cunha Lima.

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/2017/02/recortes-jornal-da-paraiba-sobre-o.html#.XU7vLONKjIU>. Acessado em 16/05/2019.

Seguindo esse mesmo sentido, consideramos que a construção do Viaduto Elpidio de Almeida é uma marca estética para ser consumida enquanto cartão-postal. Segundo Santos (2007) É preciso compreender o cartão postal com uma referência imagética e seletivo do espaço em que se dá destaque a

um determinado recorte no intuito de fazê-lo representar a estética de um dado espaço.

Neste caso, não é o viaduto um cartão postal, mas o modo como ele fora apresentado em fotografias. Afinal, o cartão postal é uma referência a determinados instrumentos ou equipamentos urbanos. De modo que, segundo Santos (2007), o modo como as fotografias são captadas colaboram para uma melhor apreensão da imagem dos monumentos, guiando os olhares e os pensamentos dos interlocutores sobre determinada paisagem, destacando algumas características e omitindo outras.

Além disso, os cartões postais fazem referências ao espaço da cidade que os receberam como marcas espaciais. Contudo, aqui nos interessa mais as relações de poder que ao reproduzir esta parte do espaço urbano revela o modo como a forma tenta omitir tais relações.

A construção do viaduto Elpidio de Almeida em Campina Grande se dá no escopo do enfrentamento político-partidário local entre os “Cunha Lima”, representados mais fortemente por Cássio, então governador do estado e o grupo que se associava mais ao ex-governador José Maranhão.



FOTOGRAFIA 11: Viaduto Elpidio de Almeida em 20 de julho de 2019

Autor: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 04 de julho de 2019.

De forte teor político, a construção do viaduto se dá em intensa disputa polarizada entre as duas maiores forças políticas da cidade. Tal disputa se justifica mais em quem seria o representante da obra entendida como marco arquitetônico, do que por sua real necessidade. Carvalho (2013) chega a dizer que a obra é percebida como estéril por alguns, pois sua utilidade como viaduto é quase imperceptível já que seu uso não modificou a realidade da mobilidade do local.



FOTOGRAFIA 12: Viaduto Elpidio de Almeida, congestionamento abaixo e quase nenhum veículo sobre ele.

Autor: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 12 de agosto de 2019.

Contudo, a construção do Viaduto Elpidio de Almeida, também foi forjada do discurso de modernização. Quando da sua inauguração, o JP dá destaque à construção como “uma forma de oferecer aos campinenses uma obra transformada, **marco em termos arquitetônico e explicitamente político**” (grifo nosso. JP, 22/02/2007).<sup>80</sup>

Como temos dito, as marcas na cidade no pós 1980 tomou cada vez mais fortes vinculações político-partidárias. Contudo, isso não foi suficiente para inibir o enaltecimento da cidade via memória discursiva. É certo que os

<sup>80</sup> Jornal da Paraíba, 22 de julho de 2008, p. 3: Viaduto Fica Pronto em agosto.

discursos políticos costumam lançar mão desse recuso linguístico para provocar marcas e paixões, contudo, o que percebemos em Campina é que o uso desse instrumento se deu como estratégia para seguir reproduzindo o espaço urbano da cidade. Desse modo, suas marcas atuais possuem fortes vinculações imagéticas da cidade que é grande até no nome.

#### **4.2 A cidade hipérbole: as formações imaginárias para a configuração do discurso da cidade contemporânea**

O conjunto de já-ditos sobre Campina Grande configuram as principais imagens-síntese que temos da cidade. Ao nos referirmos a Campina Grande como cidade hipérbole, não nos perdeu a figura de linguagem, pois compreendemos a cidade justamente como isso: o exagero do dizer.

Tampouco se tem aqui a pretensão de desconstruir tais imagens. Na verdade, compreendemos que se Campina Grande é uma cidade que se configura como um importante centro para o interior da Paraíba é porque produções urbanas pretéritas foram responsáveis por tal atributo urbano. E sobre isto a historiografia e a Geografia Urbana nos dão possibilidade de análise que até aqui nos temos apoiado.

Mas é importante considerar que também o discurso é uma forte marca na produção dessa cidade que se presume capital. É que se Campina Grande nunca foi capital do estado, é comum ouvir-se nas ruas em conversas mais despreziosas que só não o é, porque não tem praia. Qualquer discussão menos superficial prova que isso não é verdade: as relações histórico-espaciais e políticas não prescindem o litoral.

Dito isto, caminhemos no sentido de que o reconhecimento das imagens-símbolos reforça a cidade como um lugar através do qual as relações sociais operaram para re/estruturar o significado da própria cidade. Tal compreensão nos leva a identificação dos elementos que constituem as imagens da cidade e que, por isso mesmo, a distinguem. Vale ressaltar que o dizer sobre Campina criou representações estabelecidas em vários aspectos e

forjou na cidade a produção do seu espaço urbano, mas também econômico, cultural e institucional.

A invenção da cidade como *lócus* do progresso, mobilizou, e ainda mobiliza a sua imagem, seja em sua totalidade ou em fragmentos, destacando os seus predicativos. Entretanto, é possível perceber que dos anos de 1960 aos finais de 1970 os signos que a destacavam como centro de primazia eram mais frequentes na linguagem jornalístico-editorialista. Com o passar dos anos, e a cooptação de tais imagens de progresso a determinados grupos político-partidários, os jornais passaram a destacar esses discursos, em reportagens, diminuindo a emissão de editoriais.

Muitos dos enunciados a que, cotidianamente, é possível perceber nos dizeres sobre a cidade, tiveram como auge discursivo a segunda metade do século XX. Para ilustrar, observemos o editorial do Diário da Borborema de 1970.

Quem vem acompanhando (...), o entusiasmo e o desejo de trabalhar do povo campinense tem observado a ação dinâmica e profícua do desenvolvimento. (...) Surgiu, nesse lustro, como marco admirável do progresso de Campina Grande, aquilo a que se chamou de “arrancada para a industrialização”. (...). Sua realidade acabava de se afirmar e transmitir aos País inteiro, especialmente aos investidores, a mensagem de trabalho e progresso de Campina Grande, (...) terra abençoada por Deus, capital do trabalho, porta aberta de todos os caminhos do Nordeste(...). (DB, 02/04/1970)<sup>81</sup>

Em outros termos é observado que os efeitos de sentido acionados nos discursos estiveram por trás das práticas espaciais para a (re) produção do espaço urbano da cidade. As imagens-sínteses da cidade seduzem, portanto, em nível simbólico. Eis a síntese do discurso da grandeza de Campina.

Lançando mão, como já dissemos anteriormente, da história de formação da localidade como lugar central, da memória dos embates político-econômicos que reclamavam a emergência de intervenções para a cidade como lugar singular, e reverberando, via jornais, tais embates, como verdadeira *odisseia* sem a qual Campina Grande jamais teria conquistado seu lugar ao Sol, todos os movimentos de sentido se articularam a partir da representação de sua grandeza.

---

<sup>81</sup> Editorial Diário da Borborema em 02 de abril de 1970, p.2: O progresso de Campina.

Campina é mesmo iluminada. Tem na figura do tropeiro seu principal ícone. Na frase “a Capital do Trabalho”, seu alento e esforço. (...) Cidade dos boêmios, da cultura, da pujança. Encorajada pelo povo absorve o progresso por acreditar no novo. Novo, palavra que cheira a vida, que pulsa no coração de um povo ávido por conquistas (...). E o que envaidece é saber que no íntimo do lugar, há um sentimento mais forte que a própria felicidade que lhe é peculiar (...), cidade eterna e divina, grande em tudo, de nome Campina. (DB, 11/10/1998)<sup>82</sup>

Com se pode perceber, o discurso sobre Campina Grande envaidece o campinense, estabelece uma leitura sobre a cidade como, ela mesma, símbolo do esforço do campinense. Povoados de memórias, os elementos de modernização e urbanização se renovam para reconstruir a imagem sedutora da cidade.

Mesmo quando o período histórico relata um declínio econômico no ritmo de crescimento da cidade, há referências sobre a urbe moderna e cosmopolita, reiterando o caráter inovador da cidade.



FIGURA 25: Imagem síntese da cidade como lugar singular que seduz.

FONTE: CARVALHO, 2011, p. 132.

O discurso da cidade moderna inovadora expressa a ideia do que se deseja para o lugar e, ao mesmo tempo estabelece as conexões necessárias

<sup>82</sup> Editorial Diário da Borborema em 11 de outubro de 1998, p.2). Campina, há 300 anos Rainha da Borborema.

para dar sentido à cidade-exemplo, a cidade-pujante, afinal não seria ela mesma a “capital do trabalho”?

O discurso de cosmopolitismo e do trabalho recupera a memória para narrar a urbe contemporânea. É na articulação destas imagens da cidade que o discurso sobre Campina Grande se repete. Os já-ditos sobre Campina retornam agora para falar de uma cidade idealizada, inovadora, criativa:

(...) enfim é uma cidade inteira que vive que curte sua terra, que se enche de brios quando alguém, a menospreza, que se infla o peito de orgulho quando alguém de lá se destaca na Paraíba ou no Brasil. (...) Nada de dizer, como se diz, (...) “da Paraíba”. O que é de Campina, ela não divide com ninguém, (...). (DB, 23/04/1980)<sup>83</sup>

Assim, tais dizeres sobre o espaço urbano legitimam os novos significados e seguem estabelecendo as imagens-símbolo de Campina Grande e sua característica hiperbólica. As referências reforçam o estabelecimento da cidade como um lugar diferenciado em que há uma busca incessante por sua grandeza que deve ser declamado em um amor platônico<sup>84</sup>.

Do mesmo modo, a cidade é vivenciada e identificada ou enquanto síntese hiperbólica de si mesma, ou enquanto síntese hegemônica de sua história. Dito de outro modo, Campina é apresentada com um lugar singular de estilo de vida próprio e que, portanto, se devem dar glórias a sua imagem à luz de sua história.

Tais discursos tomaram o *front* dos jornais, mais fortemente quando tentaram, pouco a pouco, se distanciar das discussões político-partidárias que buscavam associar-se dos discursos de progresso e desenvolvimentismo que marcaram tão fortemente os anos de 1960 ao início de 1980.

Assim, tanto o Diário da Borborema como o Jornal da Paraíba passaram a comemorar as festividades municipais de emancipação política, com um discurso muito mais simbólico do que aqueles que reclamavam

<sup>83</sup> Editorial Diário da Borborema em 23 de abril de 1980, p. 1. Campina, sempre Campina.

<sup>84</sup> Aqui não consideramos a ideia, originalmente escrita por Platão em sua obra “O banquete”, segundo o qual, o amor é essencialmente desprovido de paixões, pois estas são instâncias cegas, materiais e efêmeras. Mas, ao contrário, nos baseamos pela compreensão contemporânea do termo em sua dimensão psicológica. Nesse sentido, o amor se refere a um tipo de relação afetiva que não prescinde o elemento sexual, mas que as fantasias e expectativas não correspondem, necessariamente, à realidade. Ver mais em “A teoria do amor na psicanálise” (FERREIRA, 2004).

intervenções espaciais com o fim de tornar Campina uma cidade maior que seus próprios limites.

Ao comemorar, no dia de hoje, (...) sua emancipação política, Campina Grande preserva as destinações históricas e as potencialidades inesgotáveis que a inserem no mapa da Paraíba. (...). Inexiste visão da capacidade realizadora nordestina mais simultânea do que a produzida pelos campinenses em todas as fases da nossa história. (...). Campina possui uma ânsia muito veemente de progresso. (...) ostenta, gravados em sua fisionomia urbana e em seu legado cultural, o trajeto duma aventura histórica que deve ser (...) compartilhada pelo orgulho da gente campinense. (...). Não há, afinal de contas, zelo mais saudável que o devotado às raízes de onde floresceram a evolução e a grandeza da nossa terra. Uma terra destinada ao trabalho profícuo de um povo cuja têmpera é indestrutível pela dignidade de sua fé nos benefícios peculiares ao solo natal. (...). Ou seja, um modelo da Paraíba e do Nordeste, por menos que se queria aceitar esta verdade. (...) Campina Grande é a imagem pulsativa da vitalidade, da energia criadora transpirada pelos poros do seu solo inexaurível. Nem haveria de ser diferente, se considerada a forte dose de cosmopolitismo dos campinenses, que sempre esbanjaram operosidade e independência. (JP, 11/10/10, p. 2)<sup>85</sup>

Observemos como é estabelecida a associação da cidade como um lugar de fantasias. O arranjo discursivo choca-se com a cidade real, pois tais discursos não se articulam com as contradições inerentes ao espaço urbano. Posicionamo-nos, portanto, de acordo com Cardoso (2002) quando afirma que o sentido dessas estratégias denuncia a ausência de um projeto que diga respeito ao espaço urbano.

Nesse sentido, os problemas sociais – surgidos na cidade como resultado das várias etapas de migrações internas, como o êxodo rural, especialmente devido às recorrentes secas e ao atrativo populacional que Campina se tornou desde os tempos do algodão –, como processos de favelização, comércio de rua (os camelôs) que ocupava as calçadas e os frentes das lojas, mas também, as deficiências do sistema de saúde, educacional, abastecimento... Enfim, nunca tiveram os mesmos espaços nos jornais.

Ao contrário, a maioria das edições estava repleta de propagandas institucionais que contrastavam com alguma notícia mais negativa sobre a cidade. Igualmente, os editoriais não tinham um tom denunciativo em que reclamassem por melhorias reais da vida urbana, como temos visto até aqui.

---

<sup>85</sup> Editorial Jornal da Paraíba em 11 de outubro de 1987, p. 2: A terra do dinamismo.

Se, a rigor, os editoriais se configuram como os posicionamentos da empresa jornalística, pode-se compreender, então, a opção por não apresentar os problemas sociais da cidade. Nesse sentido, atravessados, discursivamente pela construção imagética de Campina Grande, os jornais DB e JP somente traziam matérias que confluíssem para tal posicionamento. Além disso, quando apresentavam reportagens que contradissem tais imagens-síntese, o tom eufemístico logo era utilizado como estratégia para não auxiliar na desconstrução dessas imagens. Ou, como também era recorrente, desviava-se do tema com assuntos menos importantes. No caso do Jornal da Paraíba, o caderno “A Cidade” sequer era publicado, como pôde ser percebido em algumas edições do jornal.

Chamou-nos atenção o fato de que entre os anos de 1994 e 2000, os conflitos entre os fiscais da prefeitura municipal e Polícia Militar com os vendedores ambulantes e camelôs, perdiam espaço tanto no JP como no Diário da Borborema especialmente nos períodos de festas, no caso, a Micarande e o São João. É preciso destacar ainda que esse é o período em que se buscou embelezar mais uma vez o centro da cidade, construindo os camelódromos e as ARCCAS (Área de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre) com o projeto Campina Grande Decó<sup>86</sup> que só foi concluído em 2002.

No início dos anos 2000 os jornais então passam a se posicionar de modo mais agressivo contra o comércio de rua. As matérias, e também alguns editoriais, passam a reclamar por uma mudança mais enérgica do governo municipal. “Enquanto os ‘camelódromos’ anunciados pela Prefeitura (...) não entram em funcionamento, as calçadas (...) continuam invadida pelos vendedores ambulantes, prejudicando o comércio e o livre trânsito das pessoas (...)”<sup>87</sup> (JP, 31/05/2001)

A posição do Jornal da Paraíba era a de seguir reclamando melhoramentos ao espaço urbano, contudo sobre o desafio de se resolver as questões do comércio informal o jornal parece silenciar. Assim também seguiu

---

<sup>86</sup> Esse projeto propunha a recuperação e revitalização dos edifícios em estilo *Art Déco* da área central da cidade. Vale destacar que nos anos 1940 aconteceram duas grandes intervenções urbanísticas que demoliram grande parte da cidade colonial e introduziram o estilo *Art Déco* para o embelezamento e higienismo da então cidade que buscava modernizar seu espaço. Mais informações e discussões sobre o *art déco* em Campina ver Queiroz (2010).

<sup>87</sup> Editorial Jornal da Paraíba em 31 de maio de 2001, p. 2: Invasão urbana.

o DB: “Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô. (...) mas, para ganhar dinheiro sem comprometer o trânsito nas calçadas e a estética da cidade, os ambulantes (...) deverão se concentrar (...) [nas] ARCCAS<sup>88</sup>”.

Para compreender os posicionamentos dos jornais, precisamos observar os significados e os já-ditos sobre a imagem da cidade, sobre as experiências higienistas na cidade desde a primeira metade do século 20. Assim, a valorização arquitetônica da “estética da cidade” liga-se à imagem-síntese da cidade da pujança econômica e/ou de uma vocação comercial.

Se um dia os fardos de algodão ocuparam as ruas e a característica de empório comercial – imagem que ainda faz parte da memória coletiva – foi a mola propulsora para justificar os discursos da “grandeza” de Campina, na cidade “moderna” o comércio de rua (informal) contrasta com o novo milênio e, seu lugar não seria outro senão o museu ou o camelódromo.

“Saída de Ambulantes deixa cidade limpa”<sup>89</sup>(JP, 06/02/2002, p.3). Esse título expressa o que temos dito até aqui: as discussões sobre a revitalização do centro da cidade, nas páginas dos jornais, apresentaram caráter higienista. E esse posicionamento discursivo não foi por acaso: sempre se mostraram vinculados à discursividade de Campina como um lugar singularíssimo, fosse por sua localização geográfica, fosse pelas “ações do seu povo”.

Já dissemos que os editoriais se tornaram cada vez mais escassos a partir da década de 1980. Nos anos 2000, os poucos que eram publicados foram sendo substituídos por colunas de opinião e/ou em evocação à memória da Campina Grande de outrora.

Contemporaneamente, as vozes que falam sobre Campina estão atravessadas pela imagem simbólica da cidade. Os processos de intervenção urbana, seja para requalificação, seja para expansão, tem por trás de si as práticas e discursos que construíram a imagem de uma cidade hiperbólica.

As marcas espaciais do seu espaço urbano são símbolos dessa imagem e é sobre ela que se evoca o discurso da grandiosidade da cidade e de seu povo. O vocativo “Rainha da Borborema” é uma evocação imagética em

<sup>88</sup> Caderno Cidades, Diário da Borborema em 23 de setembro de 2000, p.5.

<sup>89</sup> Caderno “A cidade”, Jornal da Paraíba em 06 de fevereiro de 2002, p. 03.

que os sentidos se articulam nas formas urbanas para representar sua grandeza.

Esta cidade que brotou, em cima da Serra, levantando dedos de cimento armado para os céus, crescendo e se agigantando pelos flancos da Borborema, ora, meu deus, só podia mesmo ser em Campina Grande (...), a sofisticação de uma cidade quase metrópole. Por isso cognominada de Rainha da Borborema (...) é, em realidade, Campina Grande mesmo! (DB, 11/10/2005)<sup>90</sup>

A cidade que já foi “a capital do trabalho”, que se denominou rainha desde o início do século 20, reconfigura sua imagem sob a marca do discurso da metrópole do interior<sup>91</sup>.

Contudo, esta marca discursiva é muito mais uma instância para demonstrá-la como um lugar de singularidade e/ou de cidade pujante do que um lugar que se articula com outros centros.

De todo modo, se insere aí parte do significado estabelecido na referência cosmopolita que a cidade reclama recorrentemente. Ou seja, é necessário manter vivo o discurso inovador, da capacidade empreendedora do lugar e do campinense como um povo incansável.

---

<sup>90</sup> Fascículo de aniversário, Diário da Borborema, 11 de outubro de 2005. Reedição do texto de Leônia Leão.

<sup>91</sup> Originalmente pretendíamos estabelecer uma discussão sobre a formação da Região Metropolitana de Campina Grande. Contudo, o estado da Paraíba aprovou ao longo de últimos anos uma dezena de regiões metropolitanas. Desse modo, esvaziou o sentido da pesquisa já que a formação da RMCG nunca atingiu debates sérios sobre sua formação e configuração sendo objeto de debates nos círculos político e, às vezes acadêmico, muito mais associado a existência formal (como todas as demais do estado) do que sob a ótica metropolitana. Assim, não a compreendemos como uma dimensão a ode à cidade, porque não se atrela a ordem do discurso sobre Campina. Ainda que em alguns casos a dimensão metropolitana seja utilizada para reafirmar a cidade como lugar singular, sua instituição, bem como a instituição de outras várias no estado, esvaziou o discurso da vocação pioneira da cidade.



FIGURA 26: imagem simbólica sobre o povo campinense.

FONTE: Carvalho (2013), p. 67.

Além disso, a cidade segue sendo decantada com uma visão que lhe confere singularidade. Tal singularidade está contida na cadeia enunciativa dos discursos que falam sobre Campina Grande. Ao reforçar o lugar como singular, reinventa-se a cidade-hipérbole e retoma-se as imagens simbólicas da cidade que carrega o adjetivo “grande” no nome, e que assumiu o seu dizer hiperbólico como marca da própria cidade.



FOTOGRAFIA 13: Propaganda institucional que remete a cidade como lugar singular e hiperbólico.

Autor.: Araujo, J.A.S. Trabalho de campo, em 12 de agosto de 2019.

A fotografia 13 demarca a linguagem hiperbólica presente no espaço urbano campinense. Adjetiva a cidade, recupera imagens passadas, disfarça conflitos e expressa uma dimensão simbólico-discursiva. Além disso, se nos aproximamos da noção de paisagem de Milton Santos (1982), a fotografia também nos leva a compreendê-la não só em sua delimitação física, no campo do visível, mas às práticas socioespaciais, aos modos de vida, à memória coletiva.

Afinal, para Santos (1982, p. 54), a paisagem é o “resultado de uma acumulação de tempos”. O autor complementa ainda que a paisagem é o conjunto de formas que exprimem as sucessivas relações sócio espaciais.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço as formas de que se compõem a paisagem preenche, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 2012, p. 102).

Desse modo, é a través da paisagem que o espaço pode revelar tempos diversos. É justamente ela, a paisagem, que hoje evoca os discursos para exaltar e declamar a cidade. Em vários monumentos espalhados pela cidade é possível encontrar frases com evocações à Campina Grande. Uma ode à cidade que, efetivamente, constitui a cadeia discursiva como podemos observar na fotografia 14.



FOTOGRAFIA 14: Frases de exaltação a Campina na Praça Clementino Procopio.

Autor: Araujo, J.A.S. Trabalho de Campo.

É importante destacar o caráter poético de tais evocações, mas também o resgate de um passado não muito distante. Na fotografia pode-se ler sínteses de ode à Campina Grande e essa vinculação poética para se referir a cidade, tais como: “Campina Grande: Capital do Trabalho” (atribuída ao político Raimundo Asfora) no centro da imagem; “Duvido Campina Grande, ter cidade que se afoite a ter noites como as tuas, quando o alface da Lua corta a ‘mantia’ da noite” (atribuída ao poeta Zé da Luz) no canto inferior direito; ou “Esta terra de bravos, não será terra de escravos nem reinado da opressão” (atribuída a Felix Araujo).

Além do mais, em 2014 o JP publicou uma série de cinco fascículos para comemorar o aniversário da cidade. Com o título “Campina Grande, 150 anos à frente” os fascículos dão conta de continuar a cadeia discursiva sobre a cidade como “lugar de ousadia, empreendedorismo e determinação”.

Além disso, o advento dos anos 2000 imprimiram novos sentidos de qualificar Campina Grande. Tais sentidos, reforçam as imagens de um discurso hiperbólico, e ao passo que se apoiam nos já-ditos, projetam formas de contemplação da cidade como uma pátria:

(...) há um certo transporte espiritual que faz Campina Grande mais do que uma cidade onde nasceu ou mora o cidadão, é como se ela fosse a própria pátria: tu és brasileiro? Sim! Sou campinense, diz Rômulo Araújo Lima, em seu estudo “Além do Bodopitá”, refletindo um autêntico sentimento dos que nasceram e viveram nessa cidade (...). (JP, 11/10/2005.)<sup>92</sup>

Nesse sentido, as atualizações do discurso sobre Campina Grande trazem marcas denunciadoras da manutenção do regime de verdade que, apesar de não reclamar a reprodução da cidade como centro irradiador de funções urbanas, não prescinde disso. Ademais, é possível perceber que no uso da memória urbana está a reprodução de sentidos que transborda os limites físicos e funcionais da cidade.

Se um dia foi forjado uma ideia de “campinismo” nos discursos da elite político-intelectual e reverberado pelos jornais como justificativa para reproduzir o espaço urbano da cidade aos seus interesses, hoje, o enunciado desaparece como signo, mas retorna como cadeia discursiva que superlativa tanto a cidade como a vaidade de ser de Campina.

---

<sup>92</sup> Jornal da Paraíba em 11 de outubro de 2005, p. 3. Opinião: Uma história em construção.

## A GUIA DE CONCLUSÃO

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem a minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz (FOUCAULT, 1999, p.7).

Compartilhada a epígrafe acima, impelidos pela vontade de concluir e, ao mesmo tempo, pelo receio de fazê-lo, Foucault (2000), que nos apresenta os perigos que rondam os inícios, é quem nos atravessa para compreender que também dar um fim é arriscado.

Entretanto, tal como se exige de um autor, estas palavras finais abordam discussões que devem abrir caminhos para novas pesquisas. Esta pesquisa, portanto, não deve concluir tais discussões, até porque o fazer científico não é um contínuo “em si mesmado”; mas, ao contrário, estas palavras finais abrem novos caminhos para trilhas apontadas, ainda que desconhecidas.

Mas claro que iremos arrematar os pontos levantados na discussão deste trabalho. Afinal, aqui se objetivou refletir sobre a construção e a circulação de sentidos predominantes no processo de (re) produção urbana de Campina Grande e suas marcas simbólicas em discursos específicos, a saber, o jornalístico.

Assim, a empreitada realizada nesse trabalho, na busca da compreensão dos sentidos e dos determinantes da “invenção” sócio espacial e simbólica da cidade de Campina Grande nos guiou à arqueologia foucaultiana: foi necessário olhar para a quase inteireza do século 20 para (re) descobrir a substância da “verdade” histórica.

Nesse ponto, amiúde, ousamos entrar no terreno perigoso da “ideologia” dos sujeitos enunciadores presentes nos jornais (às vezes mais, às vezes menos modernizados) tratando-lhes como testemunhos capazes de

elucidar na materialidade discursiva as relações de poder que se enraizaram na (re) produção da cidade.

Com efeito, a “pá” que nos estimulou escavar essa arqueologia das imagens simbólicas de Campina Grande foi a hipótese de que a elite política-comercial através dos jornais fez reverberar, à luz das relações de poder, discursos de verdade sobre a cidade enquanto lugar de excessivas manifestações econômicas e, assim, intervir no espaço reproduzindo-o à sua maneira.

Em verdade, esta investigação revelou que, se a ideia da “localização estratégica” fora utilizada para garantir transformações do núcleo originário da cidade, uma vez que as relações estabelecidas entre os tropeiros e boiadeiros e a produção comercial no território foram importantes para a consolidação comercial do lugar, o mesmo não se pode dizer sobre o desdobramento do comércio algodoeiro e a manutenção da “ponta de trilhos” (MAIA, 2017) por quase meio século.

Ora, se até a inserção dos trilhos ferroviários fora parte da cadeia discursiva de que a cidade possuía “vocação natural para ser um centro” (ALMEIDA, 1962, p. 37), as transformações urbanísticas então foram forjadas com o intuito de inscrever marcas simbólicas à cidade.

É importante ter clareza que a ferrovia e, com ela, o desenvolvimento da economia algodoeira, transformou Campina Grande na cidade de maior centralidade da Paraíba. Mas o que defendemos aqui é que isto não se deu de modo fortuito: não foi a localização, tampouco o par trem-algodão, ainda que esses atributos não prescindam à cidade.

Em verdade, o que esta intensa investigação revela é que, se não devemos endossar a propalada “localização estratégica” nem a “vocação comercial” da cidade – pois isto implicaria em prejuízo geo-histórico, uma vez que reduziria o espaço à concepção de área e abrir-se-ia mão da compreensão das relações de poder vinculada às relações capitalistas de produção para a produção espacial, como nos mostra Lefebvre (2008) – tampouco podemos

olvidá-las, por que elas são base territorializadas e materializadas dos discursos que consolidam imagens à Campina Grande.

Os jornais, por seu turno, assumiram então papéis de valor heurístico para a compreensão tanto da *práxis* política<sup>1</sup> como do imaginário na constituição, manutenção e ressignificação de sentidos e verdades. Precisamente, se configuram na materialidade discursiva em que a realidade urbana esta “galvanizada” de interesses e aspirações da classe social mais abastada da cidade.

Contemporaneamente, a mídia é vista como uma prática discursiva em que poder e saber se articulam via jogos de verdades que produzem efeitos de sentidos. Nesta pesquisa, nos aventuramos nos trilhos dos discursos midiáticos como caminho para interpretar e descrever os mecanismos de produção de sentido sobre as imagens de Campina.

Evidentemente, o processo histórico em que se inscrevem os jornais é marcado por inflexões que torna mais complexa e fragmentária sua apreensão. Não raras vezes a “cidade ideal”, aquela pensada pela elite econômica política-comercial que se reverberava nos discursos na mídia, apagava a imagem da cidade real nas páginas dos jornais e, de modo muito mais caro, nos editoriais.

O silêncio discursivo se mostrava contraditório com as estratégias e ações porque parecia-nos que em algum momento do percurso a realidade se sobrepunha aos discursos sobre a cidade e nos custava perceber que este silêncio também era modo de inscrever as imagens da cidade.

O período de maior efervescência discursiva se deu entre os anos 1960 e início de 1980, justamente quando na economia da cidade havia passado o apogeu do algodão. Nesse caso, a constituição das imagens-símbolo de Campina Grande passou a ser o mote discursivo, pois se valiam do passado e das marcas do crescimento urbano para atualizar os já-ditos.

A cidade da crise (resultante do declínio da economia algodoeira) foi substituída pela “capital do trabalho”. A “Rainha da Borborema” atualizava não

---

<sup>1</sup> Não é demais expressarmos que nesse caso, nos referimos ao seu sentido filosófico como nos aponta Bobbio (2014) em “O significado da política”.

só a função central da cidade, mas a “localização estratégica” e enquanto esses deslocamentos e (re) significações discursivas repetiam um conjunto de imagens e dizeres advindos de um tempo “áureo”, apresentavam novos efeitos identitários que revelam uma função ímpar de Campina Grande: o lugar central que por sua singularidade, ímpeto e liderança só podia ser comparada com as cidades de maior destaque na representação urbana brasileira.

A imagem da cidade-hiperbólica tem, então, fortes vinculações com a vaidade de viver e morar em Campina. O “campinismo”, irrompendo novas vontades de verdade, alicerça antigos sentidos e recria imagens de uma cidade que busca mudar sua paisagem, embelezar-se, constituir símbolos imagéticos no espaço intraurbano que apontem para a memória social, mas ao mesmo tempo reforce uma imagem-síntese da cidade.

O Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, nesse sentido, foram veículos importantíssimos para a criação de padrões imagéticos, pois ao reforçarem a síntese de uma cidade singular, mantiveram consensos sobre a leitura da cidade.

Ao apresentarmos as intervenções públicas no espaço campinense, seja no passado com o Parque do Açude Novo ou, mais contemporaneamente, com o Viaduto Elpídio de Almeida, temos clareza de estar diante da constituição desses padrões imagéticos.

Não queremos, contudo, questionar os papéis de intermediação urbana que se realiza na cidade, seja via centralidade do ensino superior ou mesmo comercial. Mas o que defendemos aqui é que aprioristicamente ao desenvolvimento econômico e à modernização da cidade ao longo do século XX, foram os sujeitos discursivos que, interpelados ideologicamente, reproduziram o espaço urbano campinense.

Em “As cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino (2005) nos embriagada com as narrativas de Marco Polo ao imperador Kublai Khan sobre 55 cidades que ele visitara em missões diplomáticas para ajudar o khan a construir um império perfeito. Na cautelosa análise sobre a arqueologia das imagens sedutoras de Campina Grande, nos remetemos, por vezes, à alegoria de Maurília,

provinciana e próspera, cujos cartões postais ilustram a cidade e dão conta do que ela já foi um dia. E para não decepcionar seus habitantes da “metrópole da magnificência”, Polo louva a cidade porque pode recordar, com saudade, daquilo que ela foi.

De modo particular, a cidade da memória e a cidade do desejo forjaram as imagens símbolo de uma Campina hiperbólica que nunca coube em seus limites. Se é possível analisar, como já o fez Araujo (2012), a centralidade educacional quanto aos serviços de educação superior é porque entre as décadas de 19660 e 1980 houve forte constituição discursiva para a emergência desse serviço como elemento modernizante.

Assim também, se o *slogan* da administração atual da cidade é “Campina Grande, cidade da inovação” é porque a cadeia enunciativa que inventou Campina segue interpelando o sujeito campinense, constituindo novos efeitos de sentido, em que a memória discursiva atualiza a leitura de Campina Grande como um lugar singular.

Portanto, se defendemos aqui que os discursos sobre Campina Grande se aproximam da (re) produção do seu espaço intraurbano, destaquemos que a cidade que inova é reforçada pelas imagens de progresso, de Maior São João do Mundo, da capital do trabalho, da Rainha da Borborema; mesmo que os jornais não assumam mais os papéis discursivos do passado.

De toda forma, esta pesquisa, em discurso, tem caráter infinito, pois ela se caracteriza como um olhar dentre muitos sobre um conjunto de uma cadeia enunciativa. Dessa forma, o vasto campo a ser descoberto, permite ainda que olhares sobre as resistências aos discursos possam ser analisados.

Na Geografia Histórica Urbana se pode analisar, ainda, as requalificações urbanas e/ou o papel de cada grupo político sobre o espaço urbano produzido.

De todo modo, esta pesquisa pode auxiliar, a partir destas conclusões, que se componham novos ângulos e olhares sobre os processos de constituição das imagens sedutoras de Campina Grande.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU Maurício de Almeida. **Reconstruindo uma história esquecida: a origem e a expansão inicial das favelas no rio de Janeiro**. In: Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV, n.º 37. São Paulo: NERU, 1994

AGRA DO Ó, Alargon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)**. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2006.

ALEIXO, Ramon de Alcantara. **A construção do “novo Nordeste” no concerto do ensino superior: Intelectuais, política e educação na URNe**. Tese (Doutorado em Educação) CE/UFPB: João Pessoa/PB, 2018.

ALMEIDA, ELPÍDIO. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

ALMEIDA, M. S. Nicolly Ribeiro de. **Relações socioespaciais no contexto das indústrias de calçados informais de Campina Grande/PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: PPGG/UFPB, 2011.

Anuário de Campina Grande, 1925. Diretor João Mendes. Recife: Gráfica do Jornal do Comércio, 1925

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação Discursiva como conceito chave para a arqueogeneologia de Foucault**. Revista Aulas: Campinas. n.3. dezembro/2006 – março/2007.

ARAUJO, José Arimateia da Silva. **CENTRALIDADE URBANO-REGIONAL DE CAMPINA GRANDE-PB: os serviços de saúde e educação superior**. Dissertação (Mestrado em Geografia). CCEN/UFPB: João Pessoa – PB, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Campina Grande – PB: UFPB/CH, 1991.

\_\_\_\_\_. **Trem e Empório do algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita**. Cadernos do Nordeste em Debate. UFPB, Campina Grande, ano 1, n.1. 1993. p, 07 – 23.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARACUHY, Maria Regina. **Análise do Discurso e mídia: nas trilhas da identidade nordestina.** Veredas *on line* - Análise do Discurso: PPG/Linguística/UFJF: Juíz de Fora, 2/2010. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-131.pdf>. Acessado em 22 de julho de 2017.

BATISTA, Péricles Alves. **O Boulevard Shopping Center e a formação de uma Nova Centralidade em Campina Grande – PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia) PPGG/UFPB: João Pessoa – PB, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Identidade:** entrevista a Benedito Vecchi/Zygmunt Bauman. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENEVIDES, Pablo Severiano; BARRETO, Diva Rodrigues Daltro. **Foucault e a Genealogia da verdade** – Notas sobre a onipresença, a irrefutabilidade, a ausência e a universalidade da verdade. Revista Lampejo. N.6. 02/2014, p. 140-165.

BOBBIO, Norbert. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

BOTELHO, Adriano. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário:** Uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espaacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo. Tese (doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP, São Paulo – SP: 2005.

BRANDÃO, R. T. P. **Resenha.** Revista de Geografia e Interdisciplinaridade InterEspaço. V.1.n.3. Edição Espacial, setembro 2015. p. 392-398

BRENNER, Neil. **Reestruturção, reescalonamento e questão urbana.** GEOUSP, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** 2ed. São Paulo: companhia das letras, 2005.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: esboço Histórico-social do povoado e da Vila (1697 – 1864).** Prefeitura Municipal/secretária de Educação/ Núcleo Cultural Português. Campina Grande: Caravelas, 1999.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Termo de Referência para o PDLI** (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande — Proposições. Campina Grande: PMCG, 1971.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **PDLI** (Plano de Desenvolvimento Local Integrado). Campina Grande: COMDECA, 1973

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Ofício 170/1973.** Campina Grande: gabinete do Prefeito/COMDECA, 1973.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Relocação de Comunidades**. Campina Grande: COMDECA, 1973.

CARDOSO, M<sup>a</sup> Thereza C. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**, out./dez, ano XXV. n. 4. 1963. p. 415 – 451

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade e a festa no interior do Nordeste: espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande - PB**. Tese (doutoramento em Geografia) São Paulo: FFCHL/USP, 2000.

\_\_\_\_\_. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. In: **Revista Mercator**. Ano 1. n.º 2. UFC, 2002. p. 41-60.

CARDOSO, C.A. Amorim; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, M.E.B. **Cidade Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARLOS, A. F. Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 53-73.

CARVALHO, Maria Janaina Feitosa. **Discurso e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande – PB (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Sociologia). João Pessoa-PB: UFPB/CCHLA, 2011.

CARVALHO, M.J.F. SCOCUGLIA, J. B. **Novos discursos, velhos problemas: políticas urbanas e planejamento em Campina Grande (1970 – 2015)**. 2008. Disponível em: [http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-%20n1/pdf/NOVOS\\_DICURSOS\\_VELHOS\\_PROBLEMAS.pdf](http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-%20n1/pdf/NOVOS_DICURSOS_VELHOS_PROBLEMAS.pdf). Acessado em 12 de dezembro de 2018.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2<sup>a</sup> ed., Trad: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre os agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F.A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 41-51

\_\_\_\_\_. **Trajетórias Geográficas**. 4<sup>o</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 23-33.

\_\_\_\_\_. **Monumentos, política e espaço.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales SCRIPTA NOVA. v. IX, n. 183, Barcelona, Espanha: 15 de febrero de 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm> acessado em 05 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Formas Simbólicas e Espaço:** algumas considerações. Aurora Geography Journal. S/D. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/view/1680>. Acessado em 03 de agosto de 2019.

COSTA, Antônio Albuquerque. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção do Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo.** Dissertação (mestrado em Geografia), Recife: UFPE/CFCH, 2003.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político.** O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Vanice Sargentine (Org.). São Carlos: EdUFScar, 2009.

CUNHA, Marcos André Dantas da. **Tão longe, tão perto: A identidade paraense construída no discurso da mídia do sudeste brasileiro.** Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística) Universidade estadual Paulista: Araraquara, SP, 2011.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** 2 ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980).** Dissertação (Mestrado em História) Campina Grande: CH-UFCG, 2011.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida Barbosa de. **Cotidiano e vida privada em imagens: Campina Grande/PB (1950 – 1970).** Dissertação (mestrado em História). Campina Grande – PB: UFCG/CH, 2012.

FLORES, M Bernadete Ramos (ORG.). **Oktoberfest: Turismo, festa e Cultura na Estação do Chopp.** Letras Contemporâneas: Florianópolis/CS, 1997

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder.** 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** 9ed. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Tradução: Luis Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 36. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ :Vozes, 2009.

GADET, F & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux**. Trad. Bethania S Mariani Et al. Ed.3 Campina/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Da academia ao bar: círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do modernismo em Campina Grande-PB (1913 – 1953)**. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande/PB: UFCG/CH, 2012.

GOTTIDIENER, Mark, **A produção social do espaço urbano**. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: EdUsp, 1993.

GREGOLIN, M<sup>a</sup> do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos/SP: ClaraLuz, 2004.

\_\_\_\_\_. **A análise do Discurso: conceitos e aplicações**. São Paulo: Alfa. V.39. p 13-21. 1995

GUIMARÃES SILVA, J. Q. Interdiscursividade. <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/interdiscursividade> Acessado em 21 de maio de 2018.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Resistência indígena e dominação dos sertões. In: LIMA, Damião de *et al.* **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande: Cultura Nordestina, 1994, p. 21-25.

\_\_\_\_\_. Um panorama da província da Parahyba. In: LIMA, Damião de *et al.* **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande: Cultura Nordestina, 1999, p. 72-77.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. CD-ROM

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JERÔNIMO DOS SANTOS, Elizângela. **Tarimba: aspectos históricos e culturais de Lagoa Seca (1929 – 1969)**. Bauru – SP: Canal6, 2007.

LFEBVRE, Henri. **O direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 5.ed. , 2010.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: ed. Da UFMG, 2008

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 3º reimp. 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sergio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) 1.versão. 2006

\_\_\_\_\_. **Lógica Formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Espacio y política – el derecho a la ciudad, II**. Barcelona: ediciones Península, 1976

\_\_\_\_\_. **A linguagem e a sociedade**. Trad. José António Machado. Lisboa: Ulisseia, 1966.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas/SP: editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Damião. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação (mestrado em Economia Rural) CH/UFPB. Campina Grande, 1996.

\_\_\_\_\_. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964 – 1984)** Tese (Doutorado em História Econômica) FFLCH-USP: São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho do regional/desenvolvimentismo**. Editora da UFPB: João Pessoa, 2012.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. *Fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2ª Ed., Campina Grande, EDUFCG, 2008.

LIMA, Roberto Kant de. **Cultura jurídica, administração institucional de conflitos e gestão de segurança**. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) 2004. P. 317-324.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga: A Escola Politécnica e a formação de um campo científico-tecnológico**. Campina Grande – PB: EDUEPB, 2010.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste. Campina Grande: Tecnal, s/d.

MAIA, Doralice Sátyro. **As ferrovias nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia e na estrutura urbana**. TerraBrasilis (Nova Série) [on line]. 08, 2017. Disponível em: <https://terrabrasilis.revues.org/2160>. Acessado em 31 de agosto de 2017.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; Maricato, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Brasil: cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MELO, Josemir Camilo de. **Williams de Sousa arruda: política e educação na criação da FURNE**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

MELLO, José Otávio de Arruda. Um tempo de muitas lutas. In: MELLO, J.O.A. **história da Paraíba**. 13reimpr. João Pessoa: A união, 2002. p. 95 – 190.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 2a ed. - João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1995.

MONTEIRO, M<sup>a</sup>. E. R. **Enunciado, Identidade e Memória: o “lugar do esperto” no cordel e no teatro nordestino**. (Dissertação em Linguística). João Pessoa – PB: UFPB/CCHLA, 2008.

MOREIRA, Raimundo. **O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MÜLLER, Nice Lecocq. Campina Grande. Notas sobre geografia urbana. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, 1958, p. 9-34.

MURAD, M Fernanda Guita. **O sujeito em Foucault**. Doc Atividades-Jornadas-Internas-2010. Disponível em <http://www.spid.com.br/pdfs/2010-2/Atividades-Jornadas-Interna-2010.1-O-SUJEITO-EM-FOUCAULT-Maria-Fernanda-Guita-Muradoc.pdf>. Acessado em 19 de maio de 2017.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130

OLIVEIRA, Maria José Silva; Rodrigues, José Edmilson (orgs.). **Memorial FIEP: seis décadas de ações transformadoras**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2009

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande (1970/1976)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) UFPE, Recife – PE, 2005.

OLIVEIRA, Maria José S. Emblemas da Modernidade Campinense. In: GURJÃO, Eliete Queiroz de (Org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa – PB: Ed. União, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Maio de 1968: os silêncios da memória**. In ACHARD, p. *et al.* Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 1997.

PEET, R. A sign Taken for history: Daniel Shays Memorial in Petersham, Massachusetts. **Annals of the Association of American Geographers**, 86 (1), 1996, p. 7-25.

PEREIRA, Tânia M<sup>a</sup> Augusto. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático: o corpo em cena nas capas da revista *Veja***. Tese (Doutorado em Linguística) CCHLA/UFPB. João Pessoa-PB, 2013.

PORFÍRIO, Waldir. **Anos de luta: da intervenção do DCE da URNE à estadualização da universidade (1981 – 1987)**. Campina Grande: [s.n.], 2007.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da *Anthropology of Public Policy***. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: vol 22. n.2. 2014. 360-3385.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 12 de agosto de 2008.

RACINE, J.B.; RAFESTIN, C.; RUFY, V. **Escala e Ação**: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 45, n.1, jan/mar. 1983, p. 133- 145.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: história da cidade de Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO ARAÚJO, Martha Lucia. A ciranda da política campinense: 1945/194. **In: Imagens multifacetadas da historia de campina Grande**. GURJÃO, E.Q. (org.). Prefeitura Municipal de campina Grande: Gráfica A União, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10<sup>a</sup>ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Fabíola. **A invenção da cidade: população e planejamento urbano no imaginário e poder de formação urbana de Campinas (1930 – 2006)**. 2008. Tese (Doutoramento em Demografia). Universidade de Campinas. Campinas/SP. Disponível em: <http://www.unicamp.br/.../IFCHtesesdoutorado.html>. Acessado em 04 de julho de 2016.

SÁ, Maria Braga de & ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **Origens e Evolução do Comércio de Campina Grande**. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 11 out.1988.

SANTOS, Anderson Alves dos. **Frente, verso e reverso de um cartão-postal: leituras de paisagens da Praça Nossa senhora da boa Viagem – Recife - PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) PPGG/UFPB: João Pessoa, 2007.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulos: ed. Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Ed. 2. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. 7. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS FILHO, Ernani Martins dos. **A emergência do Tecnopolo Campina Grande-PB**. Dissertação (mestrado em Geografia). João Pessoa – PB: UFPB/PPGG, 2007.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. Trad. Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. GEOUSP – Espaço e Tempo: São Paulo. N.32. 2012. p.89-109.

SCHIMIDT, L. Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR)**. Tese (Doutorado em Geografia). CFCH/UFSC: Florianópolis/SC, 2009.

SILVA, Suelly Braga da. **O Brasil de JK, 50 anos em 5: o Plano de Metas**. Fundação Getúlio Vargas – FGV, S/D. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br> acessado em 12 de maio de 2017.

SILVA, Josefa G. Almeida. Raízes históricas de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000, p. 13 – 28.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: **Campina Grande em debate: a condição urbana**

**da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas.** OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). Campina Grande- PB: EDUEPB/EDUFCG, 2009

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra et al. **Urbanização , movimentos sociais e relações de poder em Campina Grande-PB(1964-1990).** Relatório (Iniciação Científica) — Universidade Federal, Campina Grande-PB. 1994.150p

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, “construção social da escala” e “políticas de escala”. In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 197-216.

SOUZA, Sonale Vasconcelos. **Relação cidade-campo: permanência e recreação dos subespaços rurais de Campina Grande-PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia), CCEN//UFPB: João Pessoa-PB, 2013.

SOUZA DO Ó, Edvaldo, **POLITÉCNICA:** Primeira escola superior de Campina Grande. Campina Grande – PB: DG Editora, S/D.

SYLVESTRE, Josué. A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande. In: PONTES DA SILVA *et al.* (Org.). **Poder e política na Paraíba – Uma análise das lideranças (190 – 1990).** João Pessoa – PB: A União, 1993.

TORRES, José Valmir Oliveira & MANTENEGRO, Rosielne Dias. **Escola Politécnica:** Construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do diário da Borborema. UFCG: Campina Grande, 2007.

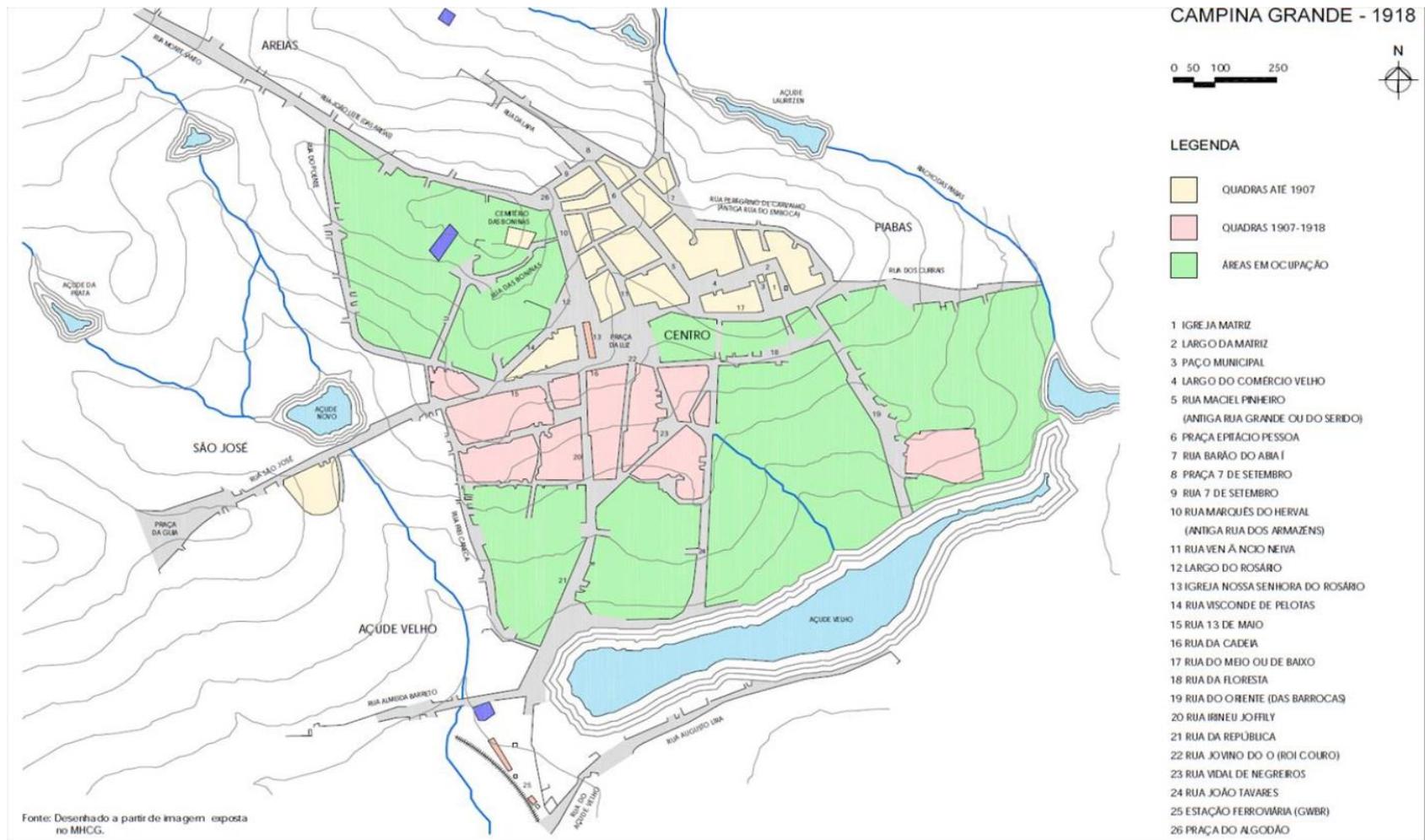
VALLADARES, Lícia do Prado. **Do mito de origem á favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIEIRA, Cícero A. **A universidade Regional do Nordeste e a comunidade campinense:** A URNe como resultante da política comunitária de Campina Grande na luta por uma posição hegemônica no contexto socioeconômico e cultural da Paraíba – 1966 a 1976. Dissertação (mestrado em Educação) Campinas – SP: UNICAMP/FE, 1979.

VILLARTA-NEDER, Marco Antônio. Silêncio, livro didático e concepções de linguagem. In: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bôsko Cabral (Org.). **Análise do Discurso:** unidade e dispersão. Uberlândia-MG: Entremeios, 2004, p. 169-182.

## ANEXOS

# ANEXO 01: Malha Urbana de Campina Grande em 1918:



## ANEXO 2: Malha Urbana de Campina Grande em 1980



FONTE: COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. Dissertação (mestrado em Geografia) PPGG/UFPB: João Pessoa/PB, 2013.p.55.

ANEXO 3: Projeto de Urbanização do Açude Novo.

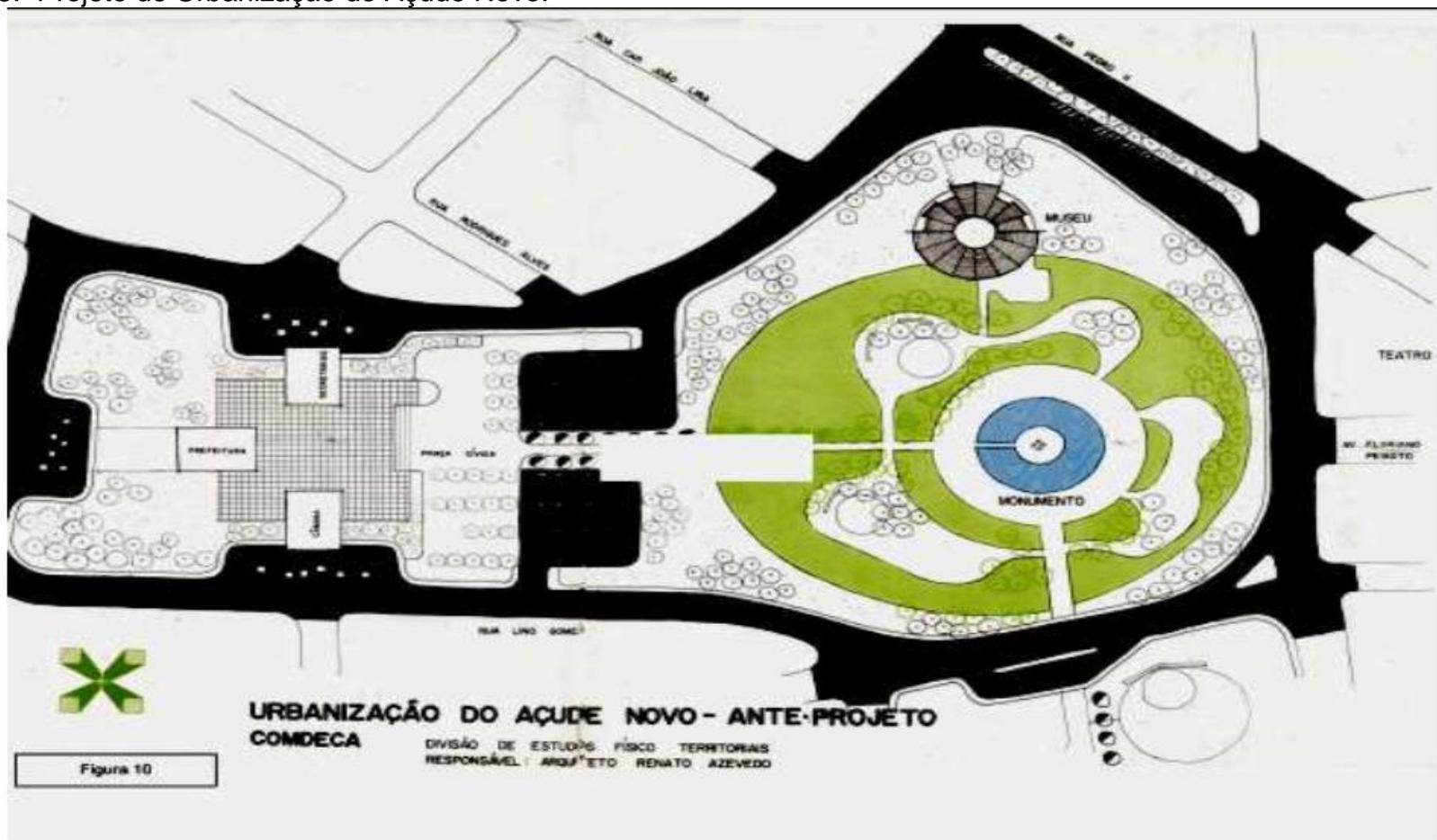


Figura 10

FONTE: PDLI (1973)

ANEXO 4: Entrevista com Verginaud Wanderley, prefeito responsável pela reformas urbanísticas dos anos 1930-1940.



Fonte: Diário da Borborema, 08 de julho de 1979.

ANEXO 5: Imagem aérea de Campina Grande antes da Reforma urbanística. Destaque para a Igreja do Rosário ao centro, demolida para dar lugar a atual Avenida Floriano Peixoto e ao fundo o Açude Novo.



FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=reforma+urban%C3%ADstica#.XVM-CONKjIV>. Acessado em 31 de maio de 2018.

ANEXO 6: Imagem aérea do centro de Campina pós reformas de Verginaud Wanderley. Percebe-se a presença da Avenida Floriano Peixoto que termina na altura do Açude Novo (ainda com água) e as praças Clementino Procópio e Da Bandeira ao centro



FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=reforma#.XUnqufJKjIU>. Acessado em 10 de agosto de 2019.

ANEXO 7: Antigo Mercado Velho, demolido para a construção do grupo escolar Sólón de Lucena, símbolo do desenvolvimento dos serviços educacionais na cidade



Comércio Velho — 1826 — Demolido em 1921 para dar lugar ao Grupo Solon de Lucena.

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=grupo+solon+de+lucena#.XUmTqvJKjIV>. Acessado em 06 de agosto de 2019

ANEXO 8: Grupo Escolar Sólon de Lucena em 1930.



FONTE: SILVA, Vivia de Melo. **Grupo escolar Sólon de Lucena: Um novo modelo de escolarização primária de Campina Grande-Pb (1924-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação) CE/UFPB: João Pessoa/PB, 2009. p. 63.

ANEXO 9: Fachada do Antigo Grupo Escolar Sólon de Lucena, posteriormente sede da Escola Politécnica e Universidade Regional do Nordeste. Hoje é sede do Museu de Artes Assis Chateaubriand pertencente à FURNE.



ANEXO 10: Folder da empresa Reitur Turismo nos anos de 1980 em que apresenta uma marca imagética de Campina Grande enquanto cidade de negócios.

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

População ..... 300.000 habitantes  
 Educação: Ensino de 1o. Grau: 260 Escolas  
 2o. Grau: 14 Escolas  
 Universidade Federal da Paraíba – Campus II  
 Universidade Regional do Nordeste  
 Comércio: Atacadista: 250 estabelecimentos  
 Varejistas: 3.000 estabelecimentos  
 1 Shopp Center  
 Bancos: 14  
 Sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba  
 Indústrias: 230 fábricas  
 Uma CEASA  
 Uma Bolsa de Mercadorias  
 Hotéis e Hospedarias: 13  
 Hospitais: 18  
 Uma Emissora de TV  
 Cinco Emissoras de Rádio (2 FM e 3 AM)  
 3 Jornais Diários e 1 Semanal  
 4 Museus  
 1 Teatro e 13 Conjuntos Teatrais  
 3 Cinemas  
 20 Bibliotecas  
 1 Centro Cultural  
 10 Clubes Sociais  
 3 Estádios de Futebol  
 10 Associações Culturais  
 2 Lojas Maçônicas  
 3 Clubes de Rotary Internacional  
 2 Clubes de Lions Internacional  
 Telefones: 20.000 terminais DDD e DDI  
 Aeroporto João Suassuna  
 Estação Ferroviária  
 Estação Rodoviária  
 Feira Livre: a maior e mais característica do Nordeste  
 Artesanato e Folclore  
 Posição Geográfica: Planalto da Serra da Borborema  
 112 Km de distância da Capital e da Orla Marítima  
 Latitude: 7° 13'11"  
 Longitude: 35° 52'31"  
 Altitude média: 600 metros  
 Clima: temperatura mínima: 14°  
 Máxima: 30°  
 Média das mínimas: 18°  
 Média das máximas: 28°  
 Mais constante: 22 a 28°  
 Área urbana da cidade: 60 km2 com 440 ruas  
 e logradouros 66.000 prédios urbanos

**OPERADORA DE RECEPTIVO:**  
 REITUR – REIDE TURISMO LTDA  
 EMBRATUR 00635-00-41-2  
 Telefones: (083) 321-4663 – 321-8372 – 321-3655  
 Telex: (083) 2335 NEBA  
 Rua Vidal de Negreiros, 95 – 58.100 – Campina Grande – PB.

# Campina Grande

## cidade de negócios



Acúde Velho - vista aérea

### REITUR TURISMO

Passagens aéreas, nacionais e internacionais – Excursões aéreas, marítimas e terrestres – Reserva de hotéis e automóveis – Congressos, Eventos e receptivos.

## tarifário

FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/CURIOSIDADES#.XUns8fJKiU>. Acessado em 03 de agosto de 2019

ANEXO 11: Capa da matéria “Campina Grande, Capital Econômica da Paraíba” da revista Cruzeiro de propriedade dos Diários Associados. Observa-se na imagem a sede do Antigo Banco Industrial de Campina Grande (Atual edifício Rique) de propriedade de João Rique. Importante destacar que foi o seu filho, Newton Rique, um dos principais nomes do grupo desenvolvimentista em Campina Grande nos anos de 1950 e 1960.



FONTE: <https://3.bp.blogspot.com/-b9i9D5V->

[hKY/Wp\\_Mb9Q42gl/AAAAAAAAAGrs/7kMf7hLI13cCWEPvXg3Ab\\_MxatOVnvn9wCLcBGAs/s1600/Sem%2Bt%25C3%25ADtulo2.jpg](https://3.bp.blogspot.com/-b9i9D5V-hKY/Wp_Mb9Q42gl/AAAAAAAAAGrs/7kMf7hLI13cCWEPvXg3Ab_MxatOVnvn9wCLcBGAs/s1600/Sem%2Bt%25C3%25ADtulo2.jpg). Acessado em 12 de maio de 2018.

ANEXO 12: Jornal O Momento: discurso hiperbólico para a realização de publicidade do Grande Hotel, hoje sede da Secretaria municipal de administração e finanças.



FONTE: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=Grande+hotel#.XVVtg-NKjIU>. Acessado em 31 de julho de 2019

ANEXO 13: Imagem-síntese de Campina como um lugar singular.



FONTE: Carvalho (2011, p 82)

Anexo 14: Viaduto Elpídio de Almeida como uma nova marca no espaço urbano



FOTO: Carvalho (2011, p. 62).

ANEXO 15: Parque do Povo durante a festa de São João, uma importante marca simbólica de Campina Grande no Século 21.



FONTE: <http://closetdare.jornaldaparaiba.com.br>. Acessado em 08 de agosto de 2019